

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**CLAYTON CARDOSO ROMANO**

**DO ABC AO PLANALTO: A CULTURA POLÍTICA DO PETISMO**

**FRANCA  
2008**

**CLAYTON CARDOSO ROMANO**

**DO ABC AO PLANALTO: A CULTURA POLÍTICA DO PETISMO**

**Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração – História e Cultura Política.**

**Orientador: Prof. Dr. Alberto Aggio**

**FRANCA  
2008**

Romano, Clayton Cardoso

Do ABC ao Planalto: a cultura política do petismo / Clayton  
Cardoso Romano. – Franca: UNESP, 2008

Tese – Doutorado – História – Faculdade de História, Direito  
e Serviço Social – UNESP.

1. Partidos políticos – Partido dos Trabalhadores. 2. PT –  
História – Brasil.

CDD – 329.981

**CLAYTON CARDOSO ROMANO**

**DO ABC AO PLANALTO: A CULTURA POLÍTICA DO PETISMO**

**Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração – História e Cultura Política.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Alberto Aggio, UNESP**

**1° Examinador:** \_\_\_\_\_

**2° Examinador:** \_\_\_\_\_

**3° Examinador:** \_\_\_\_\_

**4° Examinador:** \_\_\_\_\_

**Franca, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2008.**

*Para Ana Paula,  
pessoa que amo e que me  
ensina a viver.*

*Aos petistas.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho, direta ou indiretamente, material ou espiritualmente. Foram quase cinco anos de muita luta e dedicação.

Aqueles que acompanharam a saga sabem que não foi fácil chegar até aqui.

Portanto, agradeço a todos vocês.

Mas agradeço muito especialmente:

À minha companheira de vida e sonhos Ana Paula; sem você ao meu lado eu não conseguiria.

Aos meus pais Alcides e Maria, minha irmã Kelen e meu cunhado Júnior, minhas lindas sobrinhas, que amo tanto, Drielly e Danielly, e a matriarca da família, Vó Luiza.

Ao meu sogro e amigo João Machadinho, minha querida sogra Ana Maria, e a prima Mônica.

Aos grandes amigos e irmãos, de perto e de longe, Tito, Aretha, Júlio, Fabiana, Gustavo, Aninha, Matê, Daniela, Wagner, Angélica, Claudinéia, Meire, Ceci e Miltinho.

Aos companheiros petistas de Rio Preto, João Paulo, Liliane, Valéria, Finotelo, Boizão, Chá, Belão, Fernando, Thiago, Carlos Henrique, Celi, e Ito; e Ismael Cochito, da cidade de Poloni.

Aos camaradas comunistas, também de Rio Preto, representados por Valter de Lucca.

A todos os alunos com quem tive a honra de trabalhar.

As instituições de ensino por onde passei e os colegas de profissão que colecionei.

Ao bolo de fubá e a farinha de mandioca da amiga Helô. Aos goles de cerveja no bar do Rubinho. Aos gols do “Glorinha” no Anísio Haddad. Ao meu amigo Chicó, companheiro fiel nas longas madrugadas.

Aos funcionários da Unesp-Franca, representados pela Jacimar.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação, representados pela Maísa.

Aos funcionários da Biblioteca da Unesp-Franca, especialmente ao Márcio.

A Unesp-Franca, minha casa.

Por fim, agradeço ao meu orientador Alberto Aggio, amigo e parceiro em mais esta empreitada.

Obrigado.

## RESUMO

Este trabalho investiga a cultura política do Partido dos Trabalhadores (PT), do ABC ao Planalto. A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002, expôs o descompasso petista entre passado e presente. Em meio à crise enfrentada pelo partido – com dirigentes envolvidos em atos de corrupção –, proliferam interpretações que anunciam a morte do petismo, ao lado de defesas apaixonadas atestando sua vivacidade. Em ambos os casos, o ponto de chegada é o mesmo, qual seja, a conclusão de que o petismo atual não condiz com aquele de três décadas atrás, logo, em algum instante, os petistas romperam seus laços originais. Ao contrário, compreende-se aqui o petismo como uma cultura política sem cortes ou traumas. Admitindo que os historiadores pouco contribuíram até momento para clarear a questão, este estudo aplica o conceito de cultura política, valendo-se do marxismo gramsciano para concluir que o petismo não expressa propriamente uma tradição, mas um comportamento político específico, uma mudança político-cultural da sociedade “formada” durante o regime militar no Brasil. Controlada politicamente pelo arbítrio, transfigurada em sua face social tamanho o fluxo migratório aos grandes centros industriais e instigada em seu instinto egoístico pela nova dinâmica do capital, aquela sociedade passou a se organizar à margem do Estado, valendo-se, para tanto, de demandas econômicas e sociais em seus gestos de associação. O binômio crescimento-pobreza transbordou para além das estatísticas. Metalúrgicos de indústrias de ponta do capitalismo brasileiro passaram a expressar de modo visceral um comportamento social difuso e sistematizado de início pelo *sindicalismo autêntico*. Os movimentos grevistas de 1978-1980 foram assim expressões monográficas de uma nova forma de proceder politicamente dos brasileiros. O PT ampliou aquela apropriação da política exposta pelos sindicalistas do ABC, cujos termos mais sinceros eram extraídos do cotidiano econômico e social ao qual estavam submetidos. Uma vez excluídos do mundo político, a negação da política foi o meio encontrado para apropriar-se dela. Para tanto, mobilizavam a equação custo-benefício como princípio e o conflito como método de ação, elementos que foram sistematizados politicamente pelo PT, reunindo influências diversas; criava-se uma nova cultura política. Nos marcos da sociologia contemporânea, o petismo se aproxima de uma representação político-cultural nos moldes da escolha racional (*rational choice*). Fruto daquele estranho americanismo empreendido pelos militares, efetuado com a marca da Ibéria, o petismo não se encontra às voltas com o passado, mas sim com o futuro, e sem cortes.

**Palavras-chave:** petismo; Partido dos Trabalhadores (PT); cultura política; americanismo; escolha racional.



## RESUMEN

Ese trabajo busca investigar la cultura política del Partido de los Trabajadores (PT), del ABC al Planalto. La llegada de Luiz Inacio Lula da Silva a la Presidencia de la República el 2002 expresó el desajuste petista entre pasado y presente. En médio a la crisis que impactó el partido – en razón del involucramiento de sus dirigentes en actos de corrupción – incontables interpretaciones fueran produzidas en las cuales se anunciava la muerte del petismo y al revés de la misma manera apasionantes defensas con vistas a certificar su vitalidad. El los dos casos el punto de llegada es el mismo, o sea, se concluye que el petismo actual no confirma aquel que se afirmó hace tres décadas, lo que significa que en su momento los petistas han roto sus vínculos con sus concepciones originales. Aquí, por el contrario, se comprende el petismo como una cultura política sin discontinuidad o traumas. Mismo con el reconocimiento de que los historiadores hasta el momento poco hicieran en el sentido de aclarar la cuestión esa investigación se utiliza del concepto de cultura política, traducido por el marxismo gramsciano, para llegar a la conclusión que el petismo no expresa verdaderamente una tradición; más bien expresa un comportamiento político específico, un cambio político-cultural que se produjo en la sociedade bajo el influjo del regimen militar brasileño. Atrapada políticamente por el autoritarismo, desfigurada socialmente por el flujo migratório a los grandes centros industriales y fomentada en sus instintos egoísticos en razón de la nueva dinâmica del capital, la sociedade brasileña se volvió a organizarse al borde del Estado utilizando para ese movimiento las demandas econômicas y sociales en su empeño asociativo. El binómio crecimiento-pobreza traspasó las estadísticas. Obreros metalúrgicos de las industrias más avanzadas del capitalismo brasileño volveran a expresar de manera visceral un comportamiento social difuso y sistematizado conocido como *sindicalismo autentico*. Las huelgas de 1978-1980 fueran expreciones monográficas de la nueva forma del hacionar político de los brasileños. El PT amplificó aquella apropiación de la política que fue procesada por los sindicalistas del ABC cuyos termos más sinceros se proyectavan del cotidiano econômico y social al cual estaban subjugados. Excluidos del mundo de la política, la negación de la política fue el médio que se uso para se apropiar della. Para eso se mobilizo la ecuación costo-beneficio como principio y el conflicto como método de acción, elementos que fueran sistematizados por el PT bajo la unificación de diferentes concepciones; se criava una nueva cultura política. El los marcos de la sociologia contemporânea el petismo se acerca a una representación político-cultural encajada en los moldes de la perspectiva definida como ellección racional (*rational choice*). Producto de aquel americanismo raro que pusó en marcha el regimen militar – raro porque mantuvó su marca ibérica -, el petismo no se confronta con el pasado y sí con el futuro, y sin discontinuidades.

**Palabras-clave:** petismo; Partido de los Trabajadores (PT); cultura política; americanismo; ellección racional.

## ABSTRACT

This paper investigates the political culture of the Workers Party (*Partido dos Trabalhadores* – PT), from the ABC region to the governmental headquarters, the *Planalto*. The arrival of Luiz Inácio Lula da Silva to the presidency in 2002 exposed the irregularities of his party between the past and the present. In the middle of the crisis faced by the party – with leaders being involved in corruption events – some interpretations that claimed the end of PT have risen, along with some passionate defense statements which attested its vivacity. In both cases, the final point is the same, that is, the conclusion that the current party policy doesn't agree with the one in the past which shows that in some points the *petistas* (the politician from PT) had broken with its original bonds. However, the *petismo* (PT's policies) is understood here as a political culture without cuts or traumas. Admitting that historians gave little contribution to clarify this issue so far, this study applies the gramscian marxism to conclude that *petismo* doesn't express a tradition but a specific political behavior, a political and cultural change of the society "created" during the military regime in Brazil. Politically controlled by will, with transfigured social view due to the size of migratory flow towards the big industrial centers and instigated in its selfish instinct by new capital dynamics, that society began to be organized on the edge of the State, taking refuge with the economic and social demands in its acts of association. The binomial growth-poverty went beyond statistics. Metallurgists of Brazilian capitalistic industries began expressing a diffuse social behavior in a visceral way, systematized at first by authentic union acts. Striker movements from 1978 to 1980 were monographic expressions of a new political behavior experimented by Brazilians. PT has amplified the appropriation of politics exposed by union associates from the ABC region, whose most honest terms were extracted from the social and economic environment in which they were involved. Once excluded from the political world, they appropriated politics through its own denial by mobilizing the cost-benefits ratio as the starting point and the conflict as their method of action; these elements were politically systematized by PT, combining various diversified influences: a new political culture was being created. In the landmarks of contemporary sociology, the *petismo* is approaching a political and cultural representation in the standards of rational choice. Born from the strange Americanism developed by the military and reflected with the Iberia seal, the *petismo* doesn't rely on the past but on the future, and it does so uncut.

**Keywords:** petismo; Workers Party (PT); political culture; americanism; rational choice.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....                               | 10  |
| <b>CAPÍTULO 1 “NO OLHO DO FURACÃO”</b>                |     |
| 1.1 Petismo, PT e crise .....                         | 12  |
| 1.2 O tempo da história .....                         | 27  |
| 1.3 O conceito de cultura política .....              | 35  |
| <b>CAPÍTULO 2 “TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR”</b> |     |
| 2.1 “Existe o petismo?” .....                         | 45  |
| 2.2 Bases do petismo .....                            | 57  |
| 2.3 Raízes do petismo .....                           | 73  |
| <b>CAPÍTULO 3 QUAL CULTURA POLÍTICA?</b>              |     |
| 3.1 Cristianismo social? .....                        | 88  |
| 3.2 Socialismo petista? .....                         | 101 |
| 3.3 Novo trabalhismo? .....                           | 115 |
| <b>CAPÍTULO 4 UMA NOVA CULTURA POLÍTICA</b>           |     |
| 4.1 A fórmula do “milagre” .....                      | 129 |
| 4.2 Novos personagens em cena .....                   | 140 |
| 4.3 Democracia e cultura política .....               | 150 |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....                                | 160 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                              | 163 |

## INTRODUÇÃO

*Do ABC ao Planalto: a cultura política do petismo* faz uma investigação histórica sobre a cultura política do Partido dos Trabalhadores (PT). O trabalho está dividido em quatro capítulos assim distribuídos:

*“No olho do furacão”* introduz o debate sobre o petismo, anotando as principais divergências colecionadas atualmente em torno do tema. Faz um rápido balanço da trajetória do PT, a partir dos fatos que culminaram na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, nos escândalos e na crise de 2005.

O capítulo também traz uma reflexão sobre o tempo da história, abordando as dificuldades enfrentadas pelos historiadores interessados em estudar o que se convencionou chamar de “história do tempo presente”. Por fim, analisa brevemente o tratamento dado ao conceito de cultura política, observando suas contradições e definindo os termos de sua utilização na pesquisa sobre o petismo.

*“Tudo que é sólido desmancha no ar”* começa com uma pergunta: existe o petismo? Sem pretender uma resposta imediata, alguns exemplares da literatura a respeito do PT e de sua cultura política são checados. Entre sentenças de morte e constatações de “lulismo”, uma certeza: o petismo do passado parece muito distante do presente.

No entanto, dados eleitorais informam que ao longo de três décadas o partido construiu sólidas bases de apoio, confirmando aquilo que já se imaginava: o petismo existe. Assim, o capítulo se encerra averiguando aquelas que seriam as raízes do petismo, amplamente reconhecidas no *sindicalismo autêntico* praticado na região do ABC paulista e responsável pelo ciclo de greves entre 1978-1980.

Mas a análise revela um problema: aqueles sindicalistas que fundariam o PT declaravam-se imunes às tradições político-culturais estabelecidas no Brasil.

*Qual cultura política?* testa então a associação do petismo a três culturas políticas, duas delas admitidas pelos petistas desde seu surgimento e uma outra escancarada apenas mais recentemente. A importância do cristianismo social na formação do PT é sublinhada através do exame sobre sua afirmação político-cultural no país. A partir da constituição de uma “esquerda católica” e esgotadas as alternativas “revolucionárias”, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se tornariam o principal instrumento de atuação dos católicos nas classes populares.

De outro modo, remanescentes da esquerda armada, derrotada pelos militares, e os trotskistas também encontraram abrigo na fundação do PT. Traziam consigo marcas da guerra e conflitos mal-resolvidos, além de fornecerem o atestado de socialista aos petistas. Há também um diálogo com os estudos dedicados ao trabalhismo, em razão da aproximação recente entre petistas e trabalhistas, algo inimaginável em 1980.

*Uma nova cultura política* conclui a pesquisa sobre a cultura política do Partido dos Trabalhadores buscando respostas no contexto histórico em que ambos, PT e petismo, foram criados. A formação do Brasil contemporâneo mostra o fluxo migratório registrado desde as primeiras décadas do século passado e amplificado pelo surto de desenvolvimento ocorrido no país sob o comando dos militares.

A perversa fórmula daquele “milagre” combinava crescimento e pobreza, resultado do investimento estatal na livre iniciativa econômica e da superexploração do trabalho. E foi assim que os novos personagens entraram em cena, ensaiados por uma nova prática associativa, cuja característica marcante era a negação do Estado e da política.

Uma nova sociedade de massas e de consumo surgia no final do regime militar, e com ela uma mudança comportamental em relação à política que traduzia os termos mais sinceros de uma nova cultura política. A escolha racional (*rational choice*) se fez assim por meio de um estranho americanismo, convertendo uma atitude, um raciocínio, em valor político-cultural, sendo o petismo uma de suas expressões monográficas.

Finalmente, algumas palavras para reafirmar que o petismo existe como obra do Partido dos Trabalhadores, podendo ser compreendido sem cortes ou rupturas, do ABC ao Planalto.

## CAPÍTULO 1 “NO OLHO DO FURACÃO”

### 1.1 Petismo, PT e crise

Quase três décadas após a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), a existência de uma cultura política específica aos petistas permanece como matéria controversa. De um lado, estão hoje os que anunciam a morte do petismo, apontando para a distância entre a prática recente e os valores declarados pelo partido no ato de sua criação, e em boa medida sustentados durante grande parte de sua trajetória. De outro, estão aqueles que advogam em defesa do petismo, alegando suposto amadurecimento dos petistas e de sua cultura política. Estes ratificam a permanência da cultura política do partido, embora admitam variações, algumas substantivas, em relação à matriz original. E por fim, há também quem afirme que o petismo jamais existiu, senão como representação contemporânea de um traço marcante das agremiações partidárias no Brasil, o personalismo, ora encarnado em Luiz Inácio Lula da Silva.

Contraditórias se observadas em conjunto, quando vistas separadamente as respectivas interpretações apresentam argumentos irrefutáveis, a saber: 1) as concepções classistas e anticapitalistas do passado não condizem com as escolhas dos petistas no presente; 2) o contexto histórico e o avanço progressivo do PT rumo ao Estado, ensinaram aos barbudos radicais a temperança dos engravatados; 3) a adesão ao PT depende cada vez mais do carisma exercido pela figura de Lula. No entanto, nenhum dos argumentos explica a impressionante capacidade demonstrada pelos petistas em passar da defesa do socialismo democrático à execução do capitalismo popular e da ortodoxia neoliberal. Ou saltar da austeridade de princípios éticos ao protagonismo no “maior esquema de corrupção da história” (sic), etc. Isto é, as noções de morte, amadurecimento e personalismo – e seus respectivos argumentos – parecem se contentar em especular os *porquês* da conversão dos petistas, limitando-se em aferir *quando* o fato teria ocorrido, sem se preocupar em checar *como* isso aconteceu, se é que realmente aconteceu.

Não à toa, atualmente pululam neologismos – “lulismo”, “lulo-petismo”, “ex-petismo”, etc –, todos ávidos por esclarecer o petismo e sua metamorfose. Contudo, em detrimento da multiplicidade dos termos em voga, prevalece uma certa

indefinição em relação ao petismo, fazendo crer que a cultura política dos petistas segue sem explicação alguma.

Na verdade, o problema não é novo. Fundado em 1980, o Partido dos Trabalhadores permanece um labirinto para muitos dos analistas e pesquisadores empenhados em compreendê-lo. Não sem razão, pois, diferentemente de liberais, trabalhistas ou comunistas, cuja existência anuncia abertamente respectivas matrizes históricas, políticas e teóricas, os petistas vieram ao mundo contestando tudo e todos. Contestavam o “capitalismo selvagem” praticado no Brasil, seu caráter monopolista e excludente. Contestavam a estrutura sindical, denunciando os vícios do “velho sindicalismo”. Contestavam o “milagre econômico”, o “projeto de abertura”, os atores e instituições do regime militar. Contestavam a oposição representada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), condenando a prática “clientelista” e “conciliatória” do partido-movimento. Contestavam os comunistas, mais precisamente a hegemonia exercida durante décadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no interior da esquerda, apontando para o distanciamento dos dirigentes comunistas em relação à “realidade vivida” pelos trabalhadores. Contestavam, enfim, a hierarquização social nos moldes ordenados pela opressão dos mais fortes sobre os mais fracos, do Estado sobre a Sociedade, reivindicando isonomia também nas relações de gênero, sexuais e étnicas.

De fato, em função da diversidade de orientações políticas e sujeitos sociais que lhe deram origem, o PT surgiu sem assumir qualquer tradição política ou herança partidária anterior. Aparentemente disposto a reescrever a história do Brasil<sup>1</sup>, a refundar a República, a começar do zero, o PT creditou seu nascimento à iniciativa autônoma dos trabalhadores, sustentando vagamente as noções de “socialismo e liberdade” como seus princípios fundadores, sem contudo se assumir integralmente socialista, tampouco liberal. Como aquele caminhante declamado pelo poeta, cujo caminho se faz ao caminhar, os petistas negavam a validade de

---

<sup>1</sup> Sobre este aspecto, convém retomar leitura recente de Marco Antonio Villa: “Para se afirmar como alternativa histórica da classe trabalhadora, o PT foi construindo uma leitura muito particular da história do Brasil e das lutas operárias. Fez o que outros já tinham feito: reinventou o passado, para que a fundação do partido fosse considerada o marco zero da luta de classes no Brasil. Apagaram da história, sem dó, sete décadas de lutas políticas e econômicas. Os intelectuais petistas foram os principais responsáveis por colocar de ponta-cabeça a história do Brasil. E com a concordância entusiástica da liderança sindical do partido, satisfeita por ser alçada pelos intelectuais como precursora de algo que nunca tinha ocorrido no país: a construção de um partido operário e de um sindicalismo combativo”. VILLA, M. A. O PT e uma outra história. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 22 mar. 2005, p. A3.

“fórmulas” previamente estabelecidas e afirmavam a “prática” como valor universal.<sup>2</sup> Em resumo, o Partido dos Trabalhadores dizia representar o novo, uma nova forma de fazer política, sem vínculo ou paralelo com qualquer outra experiência político-partidária já existente.

E como um raio em céu azul, o PT passou a ser compreendido e narrado, com raras vozes dissonantes. Aceitando a imagem que os petistas faziam de si mesmos, seus analistas pareciam preocupados em tão-somente identificar qual seria a grande novidade expressa pela fundação do partido: “radicalismo democrático”, “organização autônoma dos trabalhadores”, “lógica da diferença”<sup>3</sup>; eis alguns dos termos empregados para designar os marcos daquela novidade<sup>4</sup>; aliás, até pouco tempo, a receptividade acadêmica despertada pelo PT se confundia num misto de recusa e encantamento. Para não incorrer em comportamento idêntico, vale a pena repassar brevemente a trajetória do Partido dos Trabalhadores segundo os fatos, do ABC ao Planalto.

No final da década de 1980, já era notória a dimensão conquistada pelo PT na sociedade. Aquele pequeno partido que, em 1982, ao disputar suas primeiras eleições, elegeu apenas 8 deputados federais, ganhou dimensão nacional nos anos seguintes ao empunhar a bandeira das “Diretas Já!”. Em 1985, com a derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional<sup>5</sup>, o PT expulsou 3 de seus

---

<sup>2</sup> Dizia a plataforma eleitoral do PT em 1982, com grifos nossos: “As relações de amizade que o Brasil deve ter com os povos que lutam pela *democracia* e pelo *socialismo* não significam, entretanto, que possamos importar de qualquer um desses países uma fórmula pronta de socialismo. *Nosso socialismo será definido por todo o povo. Não nascerá de decretos, nem nossos, nem de ninguém. Irá se definindo nas lutas do dia-a-dia* e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos”. PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, 1982. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/pt25anos/index.html>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

<sup>3</sup> Para um dos primeiros atestados acadêmicos do radicalismo democrático petista: Cf. WEFFORT, F. **Por quê democracia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 129-131. Sobre o PT representar a novidade de uma organização autônoma dos trabalhadores no mercado da política: Cf. MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 15. E para lógica da diferença: Cf. KECK, M. E. **PT: a lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991.

<sup>4</sup> Ainda em 1986, Francisco de Oliveira já registrava: “Tem sido motivo de mote e glosa a chamada ‘novidade’ que o PT representa na política brasileira. Desde seus adeptos até seus adversários, estes muitas vezes maliciosamente incentivando o isolamento do PT de outras forças políticas, a primeira coisa que se diz do PT é essa ‘novidade’ [...]”. OLIVEIRA, F. Qual é a do PT. In SADER, E (org.). **E agora PT? Caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 9.

<sup>5</sup> Em 2 de março de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou proposta de emenda constitucional prevendo o restabelecimento das eleições diretas à Presidência, assinada por 177 deputados e 23 senadores. Dois meses depois, os presidentes do PMDB, Ulysses Guimarães, e do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciaram uma campanha nacional em favor das eleições diretas para presidente. A partir daí a campanha “Diretas Já!” ganhou o Brasil, levando milhões às ruas. Em 10 de abril de 1984, o comício da Candelária, no Rio de Janeiro, reuniu 1 milhão de pessoas. Na semana seguinte a cidade São Paulo igualou o feito, reunindo uma multidão no Vale do Anhangabaú. Ironicamente, nesse mesmo dia o Executivo enviava ao Congresso emenda propondo diretas para



parlamentares por terem votado na candidatura Tancredo-Sarney (Aliança Democrática). Um ano depois, o partido dobrou sua bancada federal ao compor a Assembléia Constituinte e, em 1988, saltou de 3 para 38 prefeituras conquistadas, incluindo capitais e cidades importantes, como São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Campinas, Santos. Em 1989, com mais de 11 milhões de votos, a candidatura Lula-Bisol (Frente Brasil Popular) surpreendeu e chegou ao segundo turno da primeira eleição direta para a presidência da República em quase trinta anos. O candidato do efêmero Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Fernando Collor de Mello, venceu o pleito com 53,03% dos votos válidos; Lula obteve 46,97%.

Somada ao colapso do “socialismo real”, a “onda Lula” alçou definitivamente o PT à condição de partido hegemônico na esquerda brasileira<sup>6</sup>. De certo modo, os números obtidos na eleição presidencial também comprovavam a eficácia eleitoral do oposicionismo sistemático praticado pelos petistas.

Contudo, àquela altura já era possível dimensionar os transtornos causados pelo emprego ostensivo da “lógica do conflito”<sup>7</sup>, especialmente quando se tratava de garantir a governabilidade nas cidades administradas pelos petistas. Vivenciado em suas fileiras desde a fundação e agravado após os êxitos eleitorais, o estado de tensão permanente extrapolou os corredores do partido, passando a freqüentar gabinetes e paços municipais. Isto porque os petistas aprenderam na “prática” que ser governo, principalmente em capitais e cidades de grande porte, exigia a imediata substituição da postura de conflito pela “lógica do consenso”. Nesse sentido, a

---

presidente em 1988. Em 25 de abril de 1984, numa sessão que se estendeu até a madrugada do dia 26, a emenda Dante de Oliveira foi derrotada na Câmara por falta de quorum: 298 votaram a favor, 65 contra, 3 abstiveram-se e 112 não compareceram à votação. FOLHA DE S.PAULO. **Diretas-Já 20 anos**. São Paulo, 23 nov. 2003, p. A22-A23.

<sup>6</sup> Fundado em 25 de março de 1922 como “Seção Brasileira da Internacional Comunista”, o Partido Comunista do Brasil, posteriormente denominado Partido Comunista Brasileiro (PCB), exercia forte influência na esquerda brasileira, de modo mais incisivo, desde a redemocratização pós-Estado Novo. Para se ter idéia, nas eleições gerais de 2 de dezembro de 1945, o PCB “concorreu em todos os estados da Federação e, dos 5.919.527 votos, recolheu 511.122. O seu candidato à Presidência da República, Yedo Fiúza, um engenheiro não-comunista, lançado a menos de um mês das eleições, recebeu 10% dos votos válidos. Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal (e deputado por três estados) e o partido conduziu à Câmara dos Deputados 14 representantes”. SEGATTO, J. (et al). **PCB - Memória Fotográfica 1922-1982**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 84. A partir de 1947, com a cassação do registro político do partido, os comunistas permaneceriam na clandestinidade até 1985 e veriam a influência do PCB ser consumida por toda a sorte de conflitos e contradições, internas e externas. Visivelmente debilitado e com escassos 3 parlamentares no Congresso Nacional, eleitos em 1986, o PCB disputou a eleição presidencial de 1989 com a candidatura de Roberto Freire e obteve cerca de 1% dos votos válidos. SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 79. Estava sacramentado o adeus pecebista à hegemonia na esquerda, desfrutada durante décadas pelo “Partidão”.

<sup>7</sup> Cf. VIANNA, L. W. **A transição. Da constituinte à sucessão presidencial**. Rio de Janeiro: Revan, 1989, p. 68-81.

gestão de Luiza Erundina em São Paulo (1989-1992) foi exemplar tal o nível de contradições e fissuras colecionado pelo PT, que liderava manifestações em defesa da administração e ao mesmo tempo desferia golpes severos à prefeita, e cujo resultado prático foi o de garantir sobrevivência ao malufismo na capital paulista.<sup>8</sup>

Durante a década de 1990, os petistas assistiram ao substantivo crescimento eleitoral do partido e, simultaneamente, ao acirramento de suas disputas internas. Em 1991, o PT realizou seu primeiro Congresso e, de quebra, expulsou a Convergência Socialista (CS)<sup>9</sup>, corrente de inspiração trotskista e entusiasta de primeira-hora da idéia de criação do Partido dos Trabalhadores. No ano seguinte, o PT foi liderou o movimento político que resultou no *impeachment* de Collor, se recusando em participar do governo Itamar Franco (1992-1994) e proibindo Luiza Erundina de fazê-lo. Na mesma época, surgiu *o modo petista de governar*<sup>10</sup>, isto é, diretrizes gerais centradas na inversão de prioridades e participação da sociedade organizada na gestão pública, então apresentadas como fruto da experiência acumulada pelos petistas à frente de administrações municipais. Em 1994, após liderar as pesquisas de intenção de voto para a Presidência da República, Lula sucumbiu ante os efeitos positivos do Plano Real e perdeu, no primeiro turno, para o ex-ministro da Fazenda e candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Fernando Henrique Cardoso. Dois anos depois, os petistas ultrapassaram a marca de 100 prefeituras conquistadas e, em 1998, sofreram nova derrota para FHC, também no primeiro turno; naquele ano, a candidatura Lula-Brizola (União do Povo Muda Brasil) recebeu mais de 21 milhões de votos (25,8% dos votos válidos) e o PT conquistou seu primeiro grande Estado, com a vitória de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul.

Também nos anos 90 surgiram as primeiras denúncias de desvio ético no PT. Em 1995, por exemplo, José Dirceu assumiu a presidência nacional do partido numa eleição tumultuada e sob a acusação de que parte de sua campanha ao governo

---

<sup>8</sup> Para a versão petista dos fatos: Cf. SINGER, P. **Um governo de esquerda para todos**. Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-1992). São Paulo: Brasiliense, 1996; e também: Cf. SINGER, A. e KOWARICK, L. A experiência do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**. n. 35, mar. 1993, p. 195-216.

<sup>9</sup> Os integrantes da Convergência Socialista criaram o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

<sup>10</sup> Cf. BITTAR, J. (org.). **O modo petista de governar** (Cadernos de Teoria & Debate). São Paulo: Partido dos Trabalhadores – Diretório Regional de São Paulo, 1992.

paulista, no ano anterior, fora financiada pela empreiteira Odebrecht.<sup>11</sup> Em outro caso, mais grave, o economista e militante histórico do PT, Paulo de Tarso Venceslau, afirmou ter conhecimento de práticas ilícitas envolvendo a empresa CPEM (Consultoria para Empresas e Municípios) e prefeituras comandadas pelo partido.<sup>12</sup>

E assim, acumulando votos e contradições, o PT entrou no novo século.

Ainda em 2000, o partido venceu em quase 200 municípios, inclusive São Paulo, e em 2002, enfim, elegeu o Presidente da República. Antes de ser eleito no segundo turno, com mais de 56 milhões de votos, Lula relutou, enfrentou resistências internas e teve de derrotar o senador Eduardo Suplicy (SP) na primeira – e única – prévia realizada pelos petistas para a escolha de seu candidato à presidência. Mas Lula fez suas exigências e aquelas que se tornaram públicas resultaram em ampliação do arco de alianças, garantia de manutenção da estabilidade econômica e respeito aos contratos estabelecidos durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

A indicação do senador e empresário mineiro José Alencar, então no Partido Liberal (PL), atual Partido da República (PR), para a vaga de vice na chapa encabeçada por Lula, formalizou a guinada do PT rumo ao centro político. A *Carta ao Povo Brasileiro*<sup>13</sup>, assinada por Lula em 22 de junho de 2002, tranqüilizou investidores e setores médios sobre os rumos da economia nacional num eventual governo petista.

---

<sup>11</sup> Na verdade, a acusação feita por César Benjamin durante o Encontro Nacional do PT, realizado em Guarapari/ES, referia-se a doações legais, mas então questionadas eticamente por alas do partido. Em 1994, a Odebrecht foi responsável por R\$ 478 mil (42%) dos recursos arrecadados para financiar a candidatura de José Dirceu ao governo paulista. FOLHA DE S.PAULO. **José Dirceu vence em eleição tumultuada**. São Paulo, 21 ago. 1995, p. 1-6.

<sup>12</sup> Exercendo a função de Secretário Municipal de Finanças na gestão de Angela Guadagnin (1993-1996), em São José dos Campos/SP, Venceslau impediu o pagamento de US\$ 5,5 milhões à empresa de Roberto Teixeira, compadre de Lula. Em setembro de 1993, Paulo de Tarso foi demitido e montou um dossiê relatando os negócios obscuros da CPEM, que firmava contratos sem licitação com a promessa de alavancar o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), ganhando 20% de comissão sobre o aumento obtido. Encarregados de investigar as acusações, o então secretário-geral do PT Gilberto Carvalho e Aloizio Mercadante, à época deputado federal (SP), não chegaram sequer a fazer um relatório sobre o caso nem aprofundaram a apuração sobre a relação CPEM, Teixeira e Lula. Em 1995, Paulo de Tarso procurou a direção do PT para refazer suas denúncias. Registrou em cartório uma carta destinada ao então presidente nacional do partido, Luiz Inácio Lula da Silva. Também encaminhou relatórios com as denúncias ao senador Eduardo Suplicy e ao então deputado Aloizio Mercadante. Cansado de esperar, no final de maio de 1997 Paulo de Tarso tornou pública as suas denúncias em entrevistas ao *Jornal da Tarde*, de São Paulo, e *Diário do Povo*, de Campinas. ISTOÉ. **Impacto direto no PT**. São Paulo, 4 jun. 1997. Disponível em: <<http://terra.com.br/istoe/politica/144430.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008

<sup>13</sup> SILVA, L. I. L. **Carta ao Povo Brasileiro**. São Paulo, 22 jun. 2003. Disponível em: <[http://www.pt.org.br/pt25anos/anos00/documentos/02\\_carta\\_povo\\_brasileiro.pdf](http://www.pt.org.br/pt25anos/anos00/documentos/02_carta_povo_brasileiro.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2008.

Naquele instante, PT e Lula davam claros sinais de moderação, no entanto, não abriam mão da imagem construída ao longo de anos nas trincheiras da oposição, reforçada durante os oito anos de governo FHC. E sob a insígnia da mudança, Lula derrotou o candidato governista José Serra (PSDB) e o PT registrou a maior bancada federal de sua história, com a eleição de 91 deputados e 10 senadores, além de 3 governos estaduais (Acre, Mato Grosso do Sul e Piauí).

Passada a euforia inicial, logo surgiram conflitos à esquerda e à direita.

Primeiro, a nomeação do ex-presidente mundial do BankBoston Corporation (1996-1999) e recém-eleito deputado federal pelo PSDB de Goiás, Henrique Meirelles, para a presidência do Banco Central do Brasil. Depois, a ortodoxia neoliberal convertida em pedra-de-toque da política econômica, com a imposição de superávits primários e uma agenda de reformas em setores importantes da máquina estatal, particularmente, as reformas tributária e previdenciária. Por fim, a composição de maioria parlamentar urdida nos mesmos moldes dos governos anteriores, com base no fisiologismo, alegação então refutada por petistas<sup>14</sup>. Tal sucessão de fatos deixou em estado de alerta as esquerdas e os movimentos sociais que haviam apoiado a eleição de Lula.

Em meados de 2003, a oposição sistemática feita por um pequeno grupo de parlamentares petistas já estampava os jornais. Tratado pela imprensa como “radicais”, o grupo justificava sua recusa em votar determinadas matérias de interesse do governo alegando que o PT “mudou de lado ao chegar ao governo”, que estava “traindo suas bandeiras históricas e se degenerando como partido de esquerda” e que Lula dava “continuidade à política de FHC”. Num processo interno que se arrastou até o final daquele ano, a senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados federais Luciana Genro (RS) e João Batista Oliveira (PA) foram julgados pelo Diretório Nacional e terminaram expulsos do PT<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil, negava veementemente que a composição política do governo Lula no Congresso dispusesse de métodos fisiológicos, como a troca de cargos e emendas por votos em projetos de interesse do Executivo. FOLHA DE S.PAULO. **Loteamento: Dirceu diz que PT no governo não é fisiológico**. São Paulo, 11 set. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1109200314.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>15</sup> Na ocasião, o deputado petista João Fontes (SE) também foi expulso. Por 55 votos a 26 (e 1 abstenção), Fontes foi julgado à parte, sendo excluído do PT sob a acusação de rompimento da ética partidária com a divulgação de uma fita em que Lula discursa em um comício, em 1987, contrariando posições atuais. Helena, Genro e Babá foram expulsos por 55 votos a 27, acusados de não cumprir deliberação da bancada, romper com a fidelidade partidária, opor-se às diretrizes do partido, encabeçar atos públicos contra o governo, incitar vaias contra dirigentes, atacar petistas com cargos no governo, atacar membros do PT, votar e liderar oposição depois de o partido ter fechado questão,

A decisão dividiu opiniões entre os petistas. O então secretário de organização, Sílvio Pereira, viu no episódio um gesto claro de que o: “[...] PT não irá tolerar indisciplina nem oposição ao governo Lula”. Segundo o assessor para assuntos internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, com as expulsões o partido demonstrava interesse em preservar sua “unidade de ação”. O senador Aloizio Mercadante (SP) foi além e destacou a conformidade da decisão com valores históricos do partido: “[...] Na história do PT, sempre se assegurou a liberdade de expressão e a disciplina do voto. É um valor. Não é uma questão de democracia”. Mas sem dúvida, o dirigente petista mais entusiasmado era Professor Luizinho, então deputado federal (SP) e ferrenho defensor do governo no Congresso, para quem a expulsão dos “radicais” representava: “[...] um momento grande do PT”.<sup>16</sup>

Na contramão estavam o senador Eduardo Suplicy e os deputados federais Walter Pinheiro (BA) e Ivan Valente (SP). Para Suplicy, um dos principais defensores de Heloísa Helena no processo, os: “[...] membros do Diretório Nacional não ouviram suficientemente a grande maioria dos filiados do PT”. Por sua vez, Pinheiro entendia que o partido havia optado por um caminho suicida, com base numa decisão “autoritária” e que deixava uma “mancha profunda” na história do PT. Nas palavras de Valente, os dirigentes do partido: “[...] cometeram um erro gravíssimo. Era preciso sabedoria e tolerância. A pena máxima tem a função de ser exemplar. Nesse caso, ela foi autoritária e intimidatória”.

Não obstante críticas e defecções à esquerda<sup>17</sup>, setores à direita – ao menos aqueles que não encontram abrigo imediato no governo petista – também partiram

---

aliar-se às principais lideranças do extinto Partido do Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), e do PSDB. FOLHA DE S.PAULO. **PT ignora apelos e expulsa quarteto radical do partido**. São Paulo, 15 dez. 2003, p. A4. Também as correntes Movimento Esquerda Socialista e Corrente Socialista dos Trabalhadores se desligaram do PT em 14 de dezembro. No mesmo dia, através de um manifesto, os parlamentares já anunciavam disposição de “construir de um novo partido anticapitalista, antiimperialista, democrático, socialista e internacionalista”. FOLHA DE S.PAULO. **Manifesto pede criação de novo partido socialista**. São Paulo, 15 dez. 2003, p. A5. Assim surgiu o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

<sup>16</sup> FOLHA DE S.PAULO. **“Expulsão é ato de fortalecimento” e “Medida sinaliza caminho suicida”**. São Paulo, 15 dez. 2003, p. A6.

<sup>17</sup> Ao lado do Partido dos Trabalhadores, Partido Liberal, Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido da Mobilização Nacional (PMN), o PCB integrou formalmente a coligação “Lula Presidente” em 2002. Em março de 2005, as resoluções políticas aprovadas em seu XIII Congresso anunciavam o rompimento do PCB com o governo Lula. Para tanto, alegavam que: 1) a composição de forças heterogêneas: “[...] ampliou o leque de partidos da burguesia na base de apoio ao governo”; 2) o governo Lula: “[...] decidiu manter a mesma política econômica aplicada no Brasil desde fins do governo Sarney, ou seja, visando garantir a prevalência, com maior rentabilidade, do capital financeiro nacional e internacional”; 3) portanto, o: “[...] PCB rompe com o governo Lula, em função

para o ataque. Em termos gerais, as críticas oscilavam entre constatar a presença de resquícios da “tradição comunista” (sic) nas ações do PT no governo – associando-as ao espectro autoritário dos comunistas, que, para os conservadores, nunca deixou de rondar o Partido dos Trabalhadores – e denunciar a voracidade com que os petistas tomavam conta da máquina estatal.

De acordo com César Maia, entronado prefeito do Rio de Janeiro (1993-1996, 2001-2004 e 2005-2008), o episódio envolvendo os “radicais” poderia ser resumido assim: “[...] o que a imprensa chama de radicais do PT são os revolucionários de ontem, ou a pequena burguesia radicalizada, a dissidência sobre a qual cabe ao comitê central baixar o centralismo democrático e a exclusão”. Para Maia, não restava dúvida. “O Partidão vive!”, exclamava o prefeito num artigo em junho de 2003.<sup>18</sup>

Também em texto publicado pela *Folha de S.Paulo*, no início de 2004, o filósofo Denis Lerrer Rosenfield acusava a “ausência de pudor” dos petistas, condensando denúncias de “estelionato eleitoral” e de “aparelhamento do Estado” num único parágrafo. Segundo Rosenfield, em um ano o governo Lula expunha: “[...] a continuidade em relação ao governo FHC, com um agravante: criou 2.797 cargos comissionados, de um valor total entre R\$ 38 milhões e R\$ 58 milhões por ano”.<sup>19</sup>

De fato, ainda em 2003, o antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), chegou a propor o fim da contribuição obrigatória de ocupantes de cargos comissionados filiados ao PT, ato considerado um “escândalo” pelos extintos pefelistas. Na época, os atuais democratas estavam impressionados com as estimativas de arrecadação dos petistas, algo em torno de R\$ 15 milhões apenas naquele ano, sendo que as contribuições dos cargos de confiança representavam 34,3% do orçamento estimado.<sup>20</sup>

---

deste governo estar a serviço do grande capital, não havendo, no que se refere aos interesses dos trabalhadores, a possibilidade de disputa em seu interior”. Contudo, os comunistas frisavam: “[...] Não rompemos com o PT e os demais partidos do campo de esquerda que seguem apoiando o governo federal”. PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resoluções do XIII Congresso do Partido Comunista Brasileiro – PCB**. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2005, p. 69-73. É no mínimo interessante a distinção sustentada pelo PCB entre PT e governo Lula.

<sup>18</sup> MAIA, C. O Partidão vive. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2003, p. A3.

<sup>19</sup> ROSENFELD, D. L. Ausência de pudor. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2004, p. A3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3001200409.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>20</sup> FOLHA DE S.PAULO. **Ajuda de custo: PFL propõe acabar com o dízimo petista**. São Paulo, 13 set. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1309200316.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008, e **Petistas doam R\$ 15 mi ao partido**. São Paulo, 13 set. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1309200317.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

Além de contas e números, registre-se a proximidade existente entre diagnósticos proferidos por “radicais”, conservadores e dirigentes petistas. Os primeiros concordavam que o governo Lula representava a “continuidade do governo FHC”, estando os métodos petistas impregnados de “autoritarismo”. De modo semelhante, o valor de “disciplina do voto” exaltado pelos petistas parecia convergir no essencial, isto é, na salvaguarda da “unidade de ação” do partido, com a concepção canhestra de “centralismo democrático” delatada pela direita. E como num passe de mágica, pólos supostamente opostos se aproximavam como os extremos de uma ferradura, ao menos na partilha de análises comuns.

Na verdade, o primeiro ano do governo Lula seguiu à risca o *script* encenado em diversas administrações municipais e estaduais do PT. Do ponto de vista político, a sinopse é a seguinte: em busca de governabilidade, a fuga do PT rumo ao centro fustiga tanto antigos aliados, quanto velhos e novos adversários, todos diretamente afetados com a “nova” postura dos petistas. Uns incrédulos, outros desorientados, opositoristas e dissidentes engrossam o coro para apontar contradições dos petistas no Executivo, que, como se sabe, não admitindo atuar na defensiva, partem para o contra-ataque. Institui-se então um cenário de crise, uma batalha aparentemente sem fim. Para este roteiro comum, centenas de experiências foram colecionadas pelo PT em duas décadas. Em muitos casos, os petistas se deram mal e perderam a hegemonia conquistada, em outros, o partido obteve relativo sucesso ao mobilizar o conflito a seu favor e assim consolidar a posição alcançada. Em todos os casos, a noção de crise – a “lógica do conflito” – motivava os petistas e com o governo Lula não foi diferente, nem poderia. A idéia de crise, a disposição ao embate, as vantagens do conflito, são manifestações de uma certeza compartilhada desde o nascimento por petistas de norte a sul, todos convictos de que “PT é um partido que sempre se fortaleceu nas crises”.<sup>21</sup>

Portanto, quando denunciou a existência do “mensalão”, o então deputado federal e presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson (RJ), encontrou o palco armado. Mas foi a partir das revelações feitas por Jefferson que a crise atingiu outro patamar, mostrando-se mais aguda e visivelmente fora do controle do PT. Afinal, as acusações do petebista e seus desdobramentos

---

<sup>21</sup> Palavras do então presidente nacional do PT, José Genoíno, após o encontro que expulsou os parlamentares “radicais” do partido, em dezembro de 2003. Cf. FOLHA DE S.PAULO. **Não há o que comemorar, afirma Genoíno**. São Paulo, 16 dez. 2003, p. A6.

pareciam estilhaçar de vez a exclusividade ética ostentada pelos petistas durante décadas.

Acuado após a divulgação das imagens de um funcionário da Empresa de Correios e Telégrafos (ETC) recebendo propina e dizendo agir em nome do PTB, Roberto Jefferson, cujo partido compunha – e ainda compõe – a base do governo Lula no Congresso, não obteve dos petistas a “solidariedade” desejada.<sup>22</sup> Em junho de 2005, o presidente petebista foi aos jornais e afirmou que deputados do Partido Progressista (PP) e do antigo PL, ambos partidos aliados à Lula, recebiam do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, um “mensalão” de R\$ 30 mil. Em troca, os parlamentares votavam projetos de interesse do Executivo. Segundo Jefferson, o dinheiro do “mensalão” vinha de estatais e empresas privadas, e chegava a Brasília “em malas” para ser distribuído em ação comandada pelo tesoureiro, com a ajuda de “operadores” como o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza e o deputado paranaense José Janene, líder do PP na Câmara.<sup>23</sup> Era a ponta do iceberg que, ao desnudar os termos das alianças praticadas pelo governo Lula no Congresso Federal, fez naufragar toda a cúpula do Partido dos Trabalhadores.<sup>24</sup>

De início, os petistas chegaram a questionar a própria existência da crise, conjurando elucubrações sobre o que estaria por trás daquilo. Para Marilena Chauí, por exemplo, a crise era um “produto da mídia”.

Em novembro de 2005, Chauí confessava à revista *Caros Amigos* sua perplexidade diante dos acontecimentos. A filósofa dizia que, ao contrário de seus

---

<sup>22</sup> Gravação divulgada pela revista *Veja* flagrou a existência de um esquema de corrupção nos Correios comandado pelo PTB e por seu presidente, Roberto Jefferson. Diz matéria da *Folha de S.Paulo*, repercutindo a denúncia da revista: “Marinho foi filmado recebendo R\$ 3.000 em dinheiro de um dos empresários e diz agir em nome do PTB e de Jefferson. O setor que Marinho chefiava é subordinado ao diretor de Administração dos Correios, Antonio Osório Batista, indicado por Jefferson”. FOLHA DE S.PAULO. **Correios vão apurar caso de corrupção**. São Paulo, 15 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1505200505.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008. O então ministro José Dirceu disse durante o programa *Roda Viva* (TV Cultura), exibido em 16 de maio de 2006, que não havia por que prestar solidariedade a Jefferson. “Por terceiros, já foi dito a toda sociedade que ele não se considera envolvido. Portanto não há porque prestar solidariedade a ele”, disse Dirceu na TV. FOLHA DE S.PAULO. **Dirceu descarta CPI e diz que PTB dispensa solidariedade**. São Paulo 17 jan. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1705200502.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>23</sup> Cf. FOLHA DE S.PAULO. **As denúncias de Jefferson**. São Paulo, 28 jun. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70028.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>24</sup> Em decorrência do “mensalão”, foram destituídos o presidente nacional do PT, José Genoino, o secretário de organização, Sílvio Pereira, e o tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Dos deputados petistas envolvidos no esquema, apenas José Dirceu teve o mandato cassado pelo plenário da Câmara Federal, que também cassou os mandatos de Roberto Jefferson (PTB) e Pedro Corrêa (PP). Outros quatro deputados decidiram renunciar. FOLHA DE S.PAULO. **Escândalo do mensalão levou a três cassações**. São Paulo, 22 dez. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2212200605.htm>>. Acesso em: 10. jan. 2008.



companheiros petistas e mesmo de eleitores do PT, seus questionamentos eram outros. Não eram: “[...] Como o PT pode ser corrupto? Como o governo pode ser corrupto? [...]”. Incomodava-lhe, sobretudo, como: “[...] o governo e o partido não percebem a forma que a luta de classes tomou e são incapazes de uma resposta verdadeiramente política ao que está acontecendo”.<sup>25</sup>

Como se nota, Marilena Chauí encarava a crise como um estágio avançado da luta de classes no Brasil, acelerada sob o governo Lula. Mas Chauí ia além e afirmava que a crise não lhe pegou desprevenida. Por quê?. Ora: “[...] porque desde o dia 1º de janeiro de 2003 eu espero o *impeachment* do Lula. Toda manhã acordo e pergunto: ‘Será que o *impeachment* vai ser hoje?’ [...]”. E mais à frente, Marilena Chauí finalizava seu raciocínio: “[...] talvez eu seja uma das poucas marxistas que acreditam que a classe dominante opera, e ela não vai entregar o país e o poder à esquerda”.<sup>26</sup>

Uma das poucas, mas não a única. Chauí tinha a companhia de Wanderley Guilherme dos Santos. Muito embora não declamasse o marxismo de modo tão explícito, Santos concordava com a colega, basicamente, em dois pontos: 1) a crise refletia a tentativa de grupos em golpear o governo Lula; e 2) a mídia também estava por trás da crise.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, a crise sintetizava um conjunto de conflitos estabelecidos estritamente em torno do poder político: “[...] Em nenhum momento denunciei, anunciei, identifiquei os grupos político-partidários interessados no término do governo Lula com forças econômicas de nenhuma natureza [...]”; ou seja, a crise seria um fenômeno político, desconectado dos interesses econômicos. Para Santos, o gesto recorrente de se vincular a presença de forças econômicas ou sociais, conservadoras ou não-conservadoras, internacionais ou não-internacionais à compreensão da crise, deveria ser visto como: “[...] um cacoete do modo de pensar da semi-intelectualidade brasileira, aquele resquício de um marxismo mal aprendido. Quando de fala em elite, se pensa logo em elite econômica [...]”.<sup>27</sup>

Santos entendia que não. E incluía a mídia e seus atores, especificamente os jornalistas, em sua particular concepção de “elite”. Em suas palavras: “[...] elite são

---

<sup>25</sup> CAROS AMIGOS. “**Por trás da crise está a luta de classes**”. Entrevista com Marilena Chauí. Ano IX, n° 104, São Paulo, nov. 2005, p. 30-37

<sup>26</sup> Ibidem.

<sup>27</sup> SANTOS, W. G. O grande jogo impugnatório – Entrevista concedida a Juarez Guimarães. In CHAUI, M. (et al). **Leituras da crise**. Diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 86.

todos esse jornalistas que têm coluna, por exemplo [...]”. Santos não tinha a menor sombra de dúvida de que esta “elite” também estava por trás da crise, e sentenciava ainda sem saber dos resultados eleitorais de 2006: “[...] grande parte deles [jornalistas] estava e está interessada em que o governo Lula não termine ou não seja reeleito, e [a crise] se tratava, certamente, de uma luta por poder político [...]”. Lembrando velhas máximas produzidas por teorias conspiratórias, Wanderley Guilherme dos Santos atestava enfim que a crise não passava de: “[...] um caso estritamente de tentativa de golpe por parte de forças políticas fora do poder. Ambição de poder clara, somente isso [...]”.<sup>28</sup>

Como se nota, a máxima petista de sempre contar com a crise também vale para a sua *intelligentsia*. As palavras de Chauí reafirmavam de modo cabal a peculiar disposição dos petistas em atacar sempre que acossados, mobilizando a seu favor tudo o que encontram pela frente, inclusive o marxismo. Santos não ficava atrás. Acusava os jornalistas – ou “grande parte deles” – de participação direta em ações que visavam exclusivamente desestabilizar o governo Lula. No essencial, ambos compartilhavam a mesma idéia: a crise não era obra dos petistas. Ao contrário, as leituras da crise de Marilena Chauí e Wanderley Guilherme dos Santos sugeriam que o PT e seu governo foram envolvidos numa trama meticulosamente armada por setores interessados apenas em promover o *impeachment* de Lula.<sup>29</sup> E ao agirem assim, sintetizavam os termos fundamentais do discurso entoado de modo geral pelos petistas durante a crise aberta pelas denúncias de Roberto Jefferson.

Mais tarde, porém, os petistas baixariam o tom e admitiriam sem meias-palavras que “não se faz política sem sujar as mãos”. Em 2006, na saída de um encontro de artistas com Lula, em campanha pela reeleição, o ator Paulo Betti declarou aos jornalistas: “Não se faz política sem sujar as mãos, sem pôr a mão na merda”. O comentário de Betti provocou reações de todo tipo, catalogadas por ele como “a ética da hipocrisia” e refutadas em artigo publicado na imprensa.<sup>30</sup>

Paulo Betti alegava que constatar as transgressões colecionadas pelo governo petista como sendo inevitáveis não implicava em defendê-las. Dizia: “[...] É

---

<sup>28</sup> Ibidem, p. 86-87.

<sup>29</sup> Nas críticas que fazem ao PT, Marilena Chauí e Wanderley Guilherme dos Santos também convergiam em localizar o problema numa certa “elite” dirigente do partido, acusada de burocratismo e distanciamento das bases. Isto explicaria a crise enfrentada “internamente” pelo PT.

<sup>30</sup> BETTI, P. A ética da hipocrisia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 set. 2006, p. A3.

lamentável que o sistema político exija um pragmatismo que suja as mãos, mas é só pelo reconhecimento da existência dessas mazelas que poderemos superá-las”.<sup>31</sup> Para o ator, as coisas que dissera ao sair do encontro com Lula eram tão óbvias, algo que em outro momento e contexto dispensaria a polêmica. Era um problema do sistema: “[...] Temos um sistema de financiamento privado de campanhas que a todos contamina. Com esse sistema, acaba a fronteira entre o público e o privado [...]. Logo, quem tem acesso ao capital arrecada mais e vence as eleições, agindo com reciprocidade em relação a seus financiadores quando está no poder. No que dizia respeito ao PT, Betti constatava: “[...] Enquanto fez campanhas vendendo bonés e estrelinhas, o PT não teve chances de chegar ao poder. Em 2002, diante do favoritismo de Lula, os cofres se abriram [...]”. Daí em diante, o partido errou ao se envolver com forças das quais deveria manter distância, ou nos termos de Paulo Betti: “Errou por fazer o que todos sempre fizeram”.<sup>32</sup>

A questão estava no sistema. O sistema político brasileiro permite a eleição direta do presidente da República, mas não lhe garante governabilidade. De acordo com Paulo Betti, todos presidentes buscam alianças que lhe permitam governar e, conseqüentemente, dependem: “[...] do apoio das forças do atraso político, que, em troca, pedem cargos, verbas e mesmo recursos financeiros com a desculpa de que têm dívidas de campanha”. Portanto, aqueles que acusavam os petistas e a ele, Betti, não passavam de hipócritas, denunciando no PT seus próprios vícios: “[...] Mais que hipocrisia, há na exploração de minha frase um misto de autoritarismo com oportunismo político”.<sup>33</sup>

As palavras de Paulo Betti reforçam a impressão de que, para os petistas, a crise era algo externo ao PT. O partido agiu por força das circunstâncias e por conta disso se deixou dominar pelo funcionamento do sistema. Mas não havia alternativa. Ou o governo Lula fazia conchavo com forças políticas do atraso, ou não governaria e... sofreria o *mpeachment*? Betti não chegou a afirmar isso, mas fez várias referências às intenções eleitorais de seus críticos, insinuando um certo complô levado a cabo por aqueles que se opunham à reeleição de Lula. E para não deixar

---

<sup>31</sup> BETTI, P. A ética da hipocrisia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 set. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0509200608.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>32</sup> E completava; “[...] Nem por isso devem ser linchados os que, mesmo condenando esse erro, defendem a reeleição de Lula pela qualidade do governo que vem fazendo, voltado para os mais pobres, dando-lhes mais poder de compra e alguma chance de ascensão social. Por estar vivenciando a melhora de suas vidas, e não por amoralismo, é que a maioria dos eleitores o apóiam, segundo as pesquisas [...]”. Ibidem.

<sup>33</sup> Ibidem.

qualquer dúvida sobre o seu petismo, Paulo Betti encerrava a carta delatando o autoritarismo e o oportunismo dos opositores, apontado como os verdadeiros responsáveis pela vigência da “ética da hipocrisia”.

Pouco importa. O estrago estava feito e os dias nunca mais seriam os mesmos para o PT, os petistas e o petismo.

## 1.2 O tempo da história

Pensar o petismo nos termos de uma cultura política específica, dotada de tempo e espaço próprios, exige, obviamente, a mobilização de instrumentos teóricos e metodológicos solidamente fundamentados. Nesse sentido, a primeira questão a ser tratada diz respeito ao tempo dessa história, ao “tempo presente”, e uma simples pergunta pode ajudar a visualizar melhor a extensão do problema.

Por que o petismo, cuja existência vem sendo fácil e insistentemente contestada, suscita ardentes paixões e motiva calorosos debates na academia, nas redações ou na militância?

Ora, porque a cultura política do PT se trata de um objeto fortemente marcado pelas determinações do *presente*, com protagonistas vivos e atuantes. Eis aqui o obstáculo inicial desse estudo, pois, ao não se mostrar como algo acabado, o petismo permanece indefinido, criando uma situação insólita para qualquer historiador.

A propósito, vale dizer que, ao saberem deste estudo sobre o petismo, os historiadores costumam perguntar: “mas e o recuo?”. Ou então: “como estudar algo que se mostra em movimento, inconcluso?”. Ou ainda: “um historiador pode estudar o presente?”. “É história ou sociologia?”, alfinetam.

Na verdade, questões como estas expõem o alto nível de subordinação à cisão entre passado e presente, tomada pelos historiadores como condição primordial no gesto de afirmação de sua identidade curricular perante as demais disciplinas. Secularmente definida como a “ciência do passado”, há tempos que a história mantém um relacionamento de desconfiança com os estudos históricos voltados à compreensão de objetos inseridos no presente. E muitas vezes, alegando risco de descaracterização de seu ofício, os historiadores entendem o vínculo com o passado como uma espécie de “lei natural”, uma determinação imposta pela natureza, contra a qual é difícil lutar e sem a qual é impossível viver.

Mas nem sempre foi assim.

Ainda na antiga Grécia, cerca de 2.500 anos atrás, Heródoto de Halicarnaso atribuía à *istorie* a idéia de uma investigação sobre *seu próprio tempo*. E como tudo naquela época a *istorie* também tenderia à perfeição, alcançada à medida que a investigação sobre seu próprio tempo estabelecesse vínculos plausíveis com conhecimentos e tradições herdadas dos antepassados, isto é, a *istorie*

representava o esforço dos antigos gregos em compreender o tempo vivido, empregando o passado como perspectiva. Com o passar dos séculos, a antiga *istorie* se converteu numa atividade em que cada época histórica lançou mão de uma maneira peculiar para empreendê-la. O que leva a crer quer: “[...] cada época tem sua *istorie* e com maior probabilidade, além de uma maneira de fazer *istorie*, tem, numa palavra, sua forma peculiar de entender a *História* [...]”.<sup>34</sup>

Como se toda a tradição historiográfica das gerações mortas oprimisse como um pesadelo o cérebro dos historiadores vivos, o modo contemporâneo de fazer, entender e empreender a história, quando apresenta as suas justificativas, ainda costuma recorrer às formulações próprias ao iluminismo enciclopédico setecentista. Em muitos casos, tal convicção conta ainda com o acréscimo do ranço positivista de neutralidade científica, que, na escrita da história, parece ter contribuído somente para consolidar a barreira existente entre os “tempos”, entre passado e presente. Entendida nestes termos, ou seja, impermeável às influências do presente, a ação do historiador permaneceu durante séculos jazendo ao lado da necrologia, circunscrita à investigação do que não mantém vínculos com o momento que se vive, numa palavra, do que morreu.

Nas primeiras décadas do século XX, no entanto, Marc Bloch já destacava a insuficiência contida na definição da história como “ciência do passado”, afirmando que a: “[...] própria idéia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda [...]”. Se a história é a ciência do passado, questionava, caberia então ao historiador: “[...] fazer, de fenômenos que não têm outra característica comum a não ser não terem sido contemporâneos, matéria de um conhecimento racional?”. Diferente disso, dizia Bloch, o antigo nome de história parece o mais compreensivo para designar: “[...] uma ciência dos homens no tempo e que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos”.<sup>35</sup>

Para atestar a marca do presente na motivação do historiador, Marc Bloch rememorava uma rápida passagem de Henri Pirenne: “ [...] ‘Se eu fosse um antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida’ [...]”.<sup>36</sup> Em outras palavras, ao historiador caberia então o estudo

---

<sup>34</sup> ARÓSTEGUI, J. **La Historia Vivida**. Sobre la historia del presente. Madrid: Alianza Editorial, 2004, p. 12

<sup>35</sup> BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 52.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 65.

das relações humanas estabelecidas no tempo, fazendo da interação entre os homens e o tempo seu objeto de ofício.

Após a 2ª Guerra Mundial, as palavras de Bloch e Pirenne assumiriam outra dimensão, mais dramática e profícua. Com o encerramento do conflito os historiadores – em especial, os europeus, e dentre estes, os franceses – se depararam então com a incomum tarefa de realizar uma *história viva*, que, em detrimento do saldo assustador de milhões de mortos, ou até mesmo em função disso, dispunha do *testemunho* e da *memória* dos outros milhões de sobreviventes para tentar compreender, de modo racional e sistematizado, tamanha irracionalidade humana.

Viva, a *fonte* passou a ter sua validade confirmada exatamente por pertencer ao tempo presente e, portanto, por oferecer informações que não constavam nos documentos oficiais. Vivos, os novos *sujeitos* alteraram definitivamente a relação entre passado e presente na escrita da história.

Nesse sentido, a história tem logrado êxito em seu esforço de revitalização e aproximação com o tempo em que se vive, havendo destacado, basicamente, duas linhas de atuação no estudo do presente: uma, consagrada na criação do *Institut d'Historie du Temps Présent* (IHTP), em finais da década de 1970, fundada em pesquisas específicas quanto a escrita de uma história dita do presente; a outra, anterior ao IHTP, centrada no diálogo permanente e aprofundado com outras áreas do conhecimento (ciência política, antropologia, filosofia, direito, etc.) e outros campos da história (econômica, cultural, social), compartilhando conceitos, métodos, abordagens.

Antes concebidos tão somente como uma “história anedótica”, amputados tanto pela obsessão positivista em favor da prova documental, como pela preponderância conferida aos processos de longa duração por gerações dos *Annales* posteriores a Bloch, os estudos históricos voltados ao presente certamente desfrutam hoje de um espaço bem mais privilegiado na historiografia contemporânea. Fato que, sem dúvida, não ocorre sem limites e contradições.

Desde seus movimentos inaugurais, a história do presente tem seu conteúdo entendido de modo bastante convencional, inclusive pelos responsáveis por seus primeiros passos na França e nos demais países europeus.<sup>37</sup> Via-de-regra, apesar

---

<sup>37</sup> O *Institut d'Historie du Temps Présent*, criado em 1978, constitui hoje a principal referência de uma abordagem programática dedicada exclusivamente à história do presente. Sem igual influência, mas

da difundida recusa a uma história de tipo periódico, a história do presente foi e vem sendo tomada como um novo *período* histórico, ora associada a uma certa idéia de atualização da história contemporânea, ora confirmada como o estudo correspondente ao mundo pós 2ª Guerra Mundial, confinada, em ambos os casos, a uma “história recente”, “muito contemporânea”.

Assim, a “história do tempo presente”, como preferem os franceses, expõe em sua essência uma reposição da secção setentista entre passado e presente, atualizada somente quanto à distância, agora bem menor, mais “recente”, “muito contemporânea”. Não que se pretenda subestimar os avanços teóricos e metodológicos conquistados pelos que fizeram – e ainda fazem – a “história do tempo presente”. Contudo, cumpre reconhecer que o presente, enquanto momento que se vive, permanece excluído das preocupações que motivam a ação dos historiadores, mesmo daqueles dispostos em historiar o “tempo presente”.

Aliás, a própria definição de “tempo presente” parece indicar uma noção composta em bases proibitivas, tomando o tempo vivido, o presente, como mera antítese da velha idéia de história, entendida enquanto sinônimo de passado. Do mesmo modo, convém ainda admitir os riscos de se conduzir uma investigação histórica do presente, uma vez que os antecedentes historiográficos são realmente escassos, tendo em vista a hegemonia exercida pelo IHTP nos estudos voltados ao “tempo presente”.

Júlio Aróstegui propõe uma compreensão histórica do presente em bases interessantes, avessas ao estigma de tempo recente para o tratamento do presente e, por isso, pertinentes à proposta desse estudo.<sup>38</sup>

De acordo com Aróstegui, a história do presente não se trata apenas de um novo *período* histórico ou de um novo *tema* historiográfico, representando, ao contrário, a constituição de algo mais amplo, um novo *campo* histórico, que surge como uma: “[...] resposta às mudanças da cultura, da mentalidade e da percepção

---

seguindo a mesma linha, há o alemão *Institut für Zeitgeschichte*, contemporâneo ao IHTP. Ao lado destes, há ainda o britânico *Institut of Contemporary British History*, fundado em 1986, que, de modo diferente, também propõe a problematização do presente nos termos de uma “história recente”. In: ARÓSTEGUI, J. op. cit., p. 24-25. Cf. CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (orgs.) **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999, p. 7-37.

<sup>38</sup> Diz Aróstegui: “[...] entendemos como História não só a herança recebida, senão a consciência formada a partir da experiência de nosso próprio atuar. [...] A história é antes que narrada vivida e a herança histórica não faz senão orientar melhor nossa própria vivência. A história do presente é primordialmente a história experimentada frente a tradicional história recebida”. ARÓSTEGUI, J. op. cit., p. 12.



histórica produzidas, ao menos, desde os anos setenta do século XX”. Em outras palavras, afirma Aróstegui: “[...] a história do presente e a renovação que ela implica são, seguramente, antes que outra coisa, sintoma de uma dessas mudanças, neste caso a da conformação sociocultural de nossa época [...]”.<sup>39</sup>

E para acompanhar o ritmo exigido por tais transformações, respondendo com dinamismo à altura, seria preciso então que a história apreendesse o presente em marcos ainda poucos explorados pela historiografia contemporânea. Para tanto, Aróstegui sugere o estudo histórico do presente nos termos de uma *história vivida*, isto é, investigações dotadas uma percepção capaz de transcender os limites da cisão do “tempo”, entre passado e presente, como condição fundamental da análise histórica. O tempo da história deixa de lado o pretérito e assume o presente, de uma vez, como palco da ação dos homens no tempo.

Como queria Bloch, a história não estaria mais voltada somente ao que se *viveu*, mas também àquilo que se *vive*. E para Aróstegui, não resta dúvida: “[...] a *história vivida* não faz senão recuperar, entre outras coisas porque nossa época pede, essa investigação da história fluente como *nossa própria* história [...]”.<sup>40</sup>

Evidentemente, a validade do estudo do presente como uma *história vivida* está diretamente relacionada a uma série de questões metodológicas, de resto já percebidas e analisadas à francesa por historiadores do “tempo presente”. Caberia assim analisar brevemente algumas das reflexões produzidas pela escrita da “história do tempo presente”, especialmente aquelas que reiteram a possibilidade de compreensão do presente alertando, no entanto, para que não sejam desfigurados precauções e procedimentos próprios ao ofício do historiador.

Para Jean-Pierre Azéma, por exemplo, a especificidade do estudo do presente responde ao fato deste se tratar de “uma história com testemunhas; marcada em primeiro lugar pela existência de sobreviventes”, característica que não pode ser assumida sem que sejam consideradas suas implicações mais imediatas.

Segundo Azéma, se a presença de atores e testemunhas, por um lado, permite a utilização de recursos improváveis numa pesquisa histórica sobre o período de colonização, tais como as fontes orais e o manuseio de entrevistas, por outro, também informa que “os historiadores dependem de seu tempo”. Ou seja, apesar do esforço de distanciamento, os historiadores: “[...] podem ter dificuldades

---

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 20.

para deixar completamente de lado sua própria cultura política, sobretudo no instante de compor o enredo do relato”. Inseridos num processo ainda em curso, motivados por convicções e interesses nem sempre distantes o suficiente do objeto analisado, fonte e pesquisador estão sujeitos a interferências que não podem ser desprezadas no estudo do presente.<sup>41</sup>

No mesmo sentido, Jean-Pierre Rioux chama a atenção para a “indolência conceitual” dos historiadores do “recente”, uma vez que estes se recusam definir claramente as bases do recuo histórico em relação ao objeto, ao tema, sendo por isso insistentemente cobrados. Para Rioux, porém, a ausência de sólidos fundamentos conceituais não impede que os historiadores do “tempo presente” recorram ao “bom senso do velho artesão, metodologicamente pouco sofisticado, mas passavelmente percuciente”. Logo, a acusação de “falta de recuo” não procede, afirma Rioux, “pois é o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre, em todos os lugares e por todo o tempo, o famoso recuo”.<sup>42</sup> (1999, p. 46-47).

De maneiras distintas, Azema e Rioux exibem uma mesma preocupação, própria dos que ainda vêem a história como “ciência do passado” e enxergam o presente como um “passado recente”. A obsessão pelo famoso “recuo”, exposta por ambos, revela no fundo a ânsia se em estabelecer um corte no tempo enquanto passaporte para o correto exercício do ofício de historiador.

No entanto, ao contrário de fundar marcos imaginários, altamente questionáveis quanto aos níveis reais de eficácia, talvez fosse mais produtor se os historiadores do presente orientassem seus esforços para a definição de critérios plausíveis, exeqüíveis, partindo do reconhecimento da interdependência existente entre o pesquisador, o objeto e o tempo vivido para a correta definição de seus procedimentos metodológicos. O “famoso recuo” deveria se fundar então na criatividade crítica do pesquisador, em sua capacidade de balizar sua relação com o objeto, o tema, enfim, com o tempo em que *vive*.

Na outra ponta, como menciona Azéma, o problema das fontes também se destaca. Diferentemente do que ocorre com outros campos históricos, o estudo do

---

<sup>41</sup> AZÉMA, J-P. Para una historia del tiempo presente. In REMOND, R. (et al). **Hacer la historia del siglo XX**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2004, p. 31-36

<sup>42</sup> RIOUX, J-P. Pode-se fazer uma história do presente? In CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (orgs.). op. cit., p. 46-47.

presente dispõe de variedade e diversificação de fontes em escalas superlativas, fator que gera algumas facilidades no acesso e muitos obstáculos no trato.

Dos obstáculos, três se destacam. O primeiro corresponde à fragilidade do conteúdo e à imprecisão das informações expostas, para as quais a velocidade demonstrada atualmente pelos meios de comunicação parece ser fator determinante. O segundo empecilho se resume à própria abundância de fontes, reavivando a máxima entre quantidade e qualidade. Por fim, como uma extensão da questão anterior, o risco de uma simplificação abusiva na abordagem histórica conduzir a uma espécie de “história imediata” não pode ser desconsiderado.

Sem dúvida, a amplitude adquirida pela *Internet* revolucionou o modo como os pesquisadores abordam suas fontes de pesquisa, aspecto que, claro, não se limita aos historiadores e cuja constatação não vem de hoje, embora o tratamento metodológico dispensado a ela registre ainda um conjunto bastante vago de anotações<sup>43</sup>. Com poucos cliques um imenso banco de dados, atualizado diuturnamente, é colocado à disposição de qualquer pessoa com um computador conectado à rede telefônica e, como fonte de pesquisa, resta ao pesquisador criteriosamente autenticar ou afastar tal ou qual material recolhido na *Internet*.

Por isso que ao validar fontes que tenham sua origem na *web* o historiador do presente deve assumir integralmente o ônus de eventuais fragilidades e imprecisões, já que responde diretamente pela seleção das mesmas. É bem verdade que o dinamismo do presente cria uma série de armadilhas, dentre as quais, a de se esperar que a validade de suas fontes seja permanente. Contudo, convém insistir na definição de critérios, métodos, conceitos para a abordagem de todas as fontes mobilizadas (jornais, revistas, vídeos, documentos oficiais), em particular, as oriundas da *Internet*.

Do mesmo modo, se nota o registro de uma série de movimentos ligados à disponibilidade de fontes que apontam para uma certa “democratização” – talvez esse não seja o termos mais apropriado – em seu acesso. Por exemplo, desde meados da década de 1990, ocorreram mudanças substanciais no mercado editorial brasileiro, com a proliferação de novas e pequenas editoras, muitas regionais, fato

---

<sup>43</sup> Por exemplo: “A Internet, rede mundial de computadores, tornou-se uma indispensável fonte de pesquisa para os diversos campos de conhecimento. Isso porque representa hoje um extraordinário acervo de dados que está colocado à disposição de todos os interessados, e que pode ser acessado com extrema facilidade por todos eles, graças à sofisticação dos atuais recursos informacionais e comunicacionais acessíveis no mundo inteiro”. In SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 133.

que, se não conseguiu extinguir, ao menos demonstrou força suficiente para reduzir a distância à publicação e ao acesso a livros, revistas, jornais, etc. Também neste caso, a recíproca é verdadeira, ou seja, a facilidade do acesso não esconde que, de fato, o que é publicado não traz consigo qualquer certificado de qualidade, restando ao historiador dotar-se de sólido instrumental teórico-metodológico e, numa palavra, garimpar.

Raciocínio que se aplica integralmente ao manuseio de outras publicações, tais como jornais e revistas. Caso contrário, se optar pela simplificação abusiva, a inteligibilidade do estudo histórico do presente não terá nenhuma chance e, como lembra Rioux, a ausência de fontes completas e de documentos confiáveis realmente pode conduzir o historiador a uma espécie de “história imediata”, caso em que a compreensão histórica cede lugar ora à narração jornalística, ora à mera sobreposição de fatos.

Como evitar tal simplificação?

### 1.3. O conceito de cultura política

Uma das saídas possíveis requer a fundamentação teórica acerca do objeto investigado. A construção de uma seqüência cronológica resumida em fatos, narrados ou sobrepostos, corresponde, em boa medida, à precariedade do instrumental teórico-analítico empregado, cujo reflexo se vê diretamente no trato das fontes.

Parece evidente que, ao historiador do presente avesso à possibilidade de seu estudo conduzir a uma “história imediata”, compete estabelecer uma relação dialógica com outras disciplinas, compartilhando conceitos, métodos, perspectivas. Para tanto, seria importante destacar brevemente, primeiro, os caminhos percorridos pela história política, depois, o histórico de problemas do conceito de cultura política e, por fim, as bases da noção de cultura política mobilizada para o estudo do petismo.

Como se sabe, a história política foi tida – em alguns meios ainda o é – como uma história pouco confiável. Afinal, esse “tipo” de história carrega consigo as marcas de um passado soberano, em que fazer história significava narrar os acontecimentos políticos de modo teleológico, entendendo por acontecimentos políticos os fatos que envolviam tão somente a figura do príncipe-governante e denotavam suas mais altas virtudes.

Durante séculos, o ofício do historiador esteve confinado aos estreitos limites da vida política e, mesmo com o progresso das ciências – inclusive as humanas – nos séculos XVIII e XIX, o discurso histórico permaneceu vinculado ao oficialismo dos documentos. Com os *Annales*, a historiografia rompeu categoricamente com o monolitismo do discurso político, ampliando os campos de investigação e validando temas da economia, da cultura, da sociedade. No entanto, a reação à história política e, em alguns casos, a negação da história política terminaram por reservar um lugar discreto, menor, aos historiadores da política durante boa parte do século XX. Até porque, verdade seja dita, muitos dos estudos históricos da política produzidos preservaram os mesmos métodos teleológicos do passado.

Novamente, a partir da 2ª Guerra Mundial a história política se deparou com novos objetos, novos atores, novas fontes, assim como ocorrera com a história do presente – esta, aliás, pode ser tida como uma das conseqüências mais frutíferas dessa retomada da política. A aproximação com outras disciplinas, a

interdisciplinaridade válida desde a geração fundadora dos *Annales*, parecia então começar a fazer sentido aos historiadores da política.

Nos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, a história política tem experimentado novas abordagens, com relativo sucesso. Aliás, o êxito obtido até aqui demonstra mesmo um vínculo direto com a capacidade renovada de análise histórica, extraída do diálogo estabelecido entre a história política e a antropologia, a ciência política, a economia, a filosofia, a geografia, a psicologia, a sociologia, e mais recentemente, a literatura e a lingüística. E do encontro com a ciência política, a utilização do conceito de cultura política pelos estudos históricos certamente se destaca, porém, não sem alguns limites e contradições.

O conceito de cultura política tem exercido presença constante na escrita da história. A freqüência com que o termo é tomado emprestado por estudos de história política, no entanto, não reflete apenas a adequação do conceito às necessidades dos historiadores da política, mas indica, sobretudo, uma acepção demasiadamente superficial de cultura política e termina por encobrir toda uma série de observações anotadas pela ciência política.

Não que se esteja propondo aqui uma sociologia histórica da formação de conceitos<sup>44</sup> como condição imprescindível para a utilização da cultura política na escrita da história, mas tão somente alertando para a necessidade de os historiadores efetuarem leituras atentas e balizadas em relação à noção cultura política.<sup>45</sup> Somente nestes termos é possível notar que, sistematizada no estudo inaugural de Almond e Verba<sup>46</sup>, a cultura política se tornou objeto de estudo e crítica da sociologia dos conceitos nas últimas décadas, e ainda hoje permanece sem critérios e parâmetros suficientemente sólidos.

A indefinição quanto à natureza do conceito, se político ou cultural, restringe a idéia de cultura política a interpretações dicotômicas, resumidas numa noção de cultura política que representa ora a consagração de teorias generalizantes, ora a especificidade aferida nos estudos de caso. Evidentemente, se não há disposição dos historiadores em considerar os debates acerca do conceito, prevalece o uso

---

<sup>44</sup> Cf. SOMERS, M. R. ¿Que hay de político o de cultural en la esfera política y en la esfera pública¿ Hacia una sociologia historica de la formacion de conceptos. In MORAN, M. L. (comp) **Zona Abierta**. España: 77/78, 1996/1997, p. 31-94.

<sup>45</sup> Cf. BERSTEIN, S. A cultura política. In RIOUX, J-P. e SIRINELLI, J-F. (orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

<sup>46</sup> Cf. ALMOND, G. A. e VERBA, S. **The civic culture**. Political attitudes and democracy and five nations. Boston: Little/Brown, 1965.

instrumental da noção de cultura política, destinada a confirmar as intenções do pesquisador e validar a aproximação da história política com o universo da história cultural.

Talvez a constante presença da cultura política nos estudos de história tenha neste fato um de seus elementos motivadores. Tudo indica que a noção de cultura política, em detrimento dos moldes percíveis oferecidos, apresentou aos historiadores uma possibilidade concreta de revitalização da história política ao propor uma aproximação de seus procedimentos e referenciais àqueles empregados pela história cultural.

Como já foi mencionado, o processo de renovação da escrita da história, hegemonicamente assumido pela escola dos *Annales*, se consolidou com base na recusa sistemática à narrativa tradicional, enciclopédica, factual, largamente exercida pela história política. Logo, retirar a história política da condição de isolamento e superar o rótulo de “positivista”, por exemplo, inserindo-a na voga cultural da “nova história”, seriam motivos mais que suficientes para justificar uma utilização meramente circunstancial do conceito de cultura política.

Na ciência política, o estabelecimento da temática da cultura política pela obra pioneira de Gabriel Almond e Sidney Verba, *The Civic Culture. Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, representou o “renascimento” do debate outrora iniciado por Locke e continuado por Tocqueville. A primazia desfrutada pelo estudo de Almond e Verba, porém, não deve ser interpretada como sinônimo de consenso, pelo contrário, desde sua publicação, a noção de *cultura cívica* apresentada pelos autores se consagrou mesmo por se tornar objeto das mais variadas críticas.

Em geral, seus críticos partiam – e ainda partem – do reconhecimento de que a noção de cultura política, segundo os termos propostos por Gabriel Almond e Sidney Verba, se define como um conceito capaz de introduzir o mundo dos valores, das idéias, das percepções políticas no âmbito dos estudos empíricos, aproximando dimensões aparentemente incomunicáveis. Contudo, argumentavam os críticos, a cultura cívica de Almond e Verba se justificava a partir de bases comparativas, que, por sua vez, colocavam em pé de igualdade os Estados Unidos ou Grã Bretanha com Alemanha, Itália ou México: “[...] não havia, pois, hierarquias, nem nações que

estivessem *a priori* abaixo de outras, nem países que não fossem suscetíveis de investigação empírica”.<sup>47</sup>

Os críticos avaliavam que, tal como proposto, o conceito de cultura política expunha fortes simplificações das realidades investigadas – tidas como claro reflexo do estruturalismo funcionalista na ciência política –, em especial, por propor um estudo empírico de atitudes e pautas de comportamento tendo em vista a obtenção resultados precisos e conceitualmente definidos. Neste caso, a noção de cultura política representaria, segundo os críticos, uma “variável independente”, isto é, um conjunto de atitudes e pautas de comportamento predominantes no seio de uma certa sociedade, reconhecido por sua estabilidade, totalidade e variações sociais.

Assim, a cultura política de uma determinada sociedade seria aferida com base em critérios pautados na relação democrática estabelecida por seus atores e instituições, num contexto histórico específico, contudo, os itens a serem cumpridos obedeciam a convenções elaboradas previamente, a partir de um “tipo ideal” de democracia, da qual, vale dizer, os norte-americanos seriam os que mais se aproximariam dos moldes fixados por Almond e Verba. Como uma variável de pouca ou quase nenhuma mobilidade, a noção de cultura política poderia ser aplicada pelos estudos empíricos como uma régua universal para quaisquer casos democráticos, numa palavra, como uma “variável independente”.<sup>48</sup>

A crítica empenhada à noção proposta por Almond e Verba, em contrapartida, sugeria a opção em favor de métodos investigativos capazes de privilegiar as informações obtidas nos estudos de caso, em vez de compará-las a um “tipo ideal”, preferindo entender o conceito de cultura política como uma “variável dependente” à realidade pesquisada. Entretanto, os termos da investigação da cultura política enquanto uma “variável dependente” a torna mais flexível e ao mesmo tempo mais condicionada pelos dados empíricos. De certo modo, o enfoque sistêmico e seu conteúdo estruturalista – que, vale ressaltar, com todas seus limites e generalizações, permitia uma percepção processual e adoção de uma perspectiva histórica –, cedeu terreno a investigações orientadas pela busca do específico. Do todo para as partes? Ou das partes para o todo? Vista assim, a celeuma parece

---

<sup>47</sup> BOTELLA, J. En torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos. In CASTELLO, P. e CRESPO, I. (edits.). **Cultura política**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1997, p. 18.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 19.



repor os termos da cisão filosófica entre o idealismo platônico e o realismo aristotélico, claro, em outro tempo e lugar.

A compreensão de que o conceito de cultura política se desenvolvia em bases dicotômicas, em muito excludentes, não é matéria nova na ciência política. Há uma década atrás, por exemplo, Margareth Somers indagava se o conceito de cultura política deve ser considerado um conceito político ou cultural, alegando a necessidade de uma sociologia histórica em torno do tema.

Na verdade, a provocação de Somers procurava chamar a atenção para o fato da ciência política haver falhado na tarefa de apreender o conceito de cultura política como um novo campo, dotado de tempo e espaço próprios, portanto, nem político, nem cultural, sendo possivelmente os dois, simultaneamente. Do mesmo modo, sua sociologia histórica apontava uma série de críticas às sucessivas tentativas de atualização do conceito, dentre as quais, à noção de esfera pública habermasiana, que perceberia a idéia de cultura política como mera expressão da racionalidade burguesa.

Para Somers, a esfera pública de Habermas e as identidades dos cidadãos que a povoam: “[...] não estão constituídas pelas práticas participativas, pelos discursos legais ou pelos próprios processos de atividade democrática [...]”; ao contrário, dizia: “[...] igual ao modelo parsoniano, a substância da esfera pública se deriva de e está orientada até à sociedade civil, em particular até à coesão do mercado”.<sup>49</sup>

De outro modo, especialmente atenta às necessidades de uma “renovada” história política, Eliana Dutra alude a designação de culturas políticas como alternativa possível ao monolitismo funcionalista.

Validando a leitura de Daniel Cefaï, Dutra destaca a que: “[...] a noção de experiência é o que, a seu ver, qualifica de modo inovador as relações entre a cultura e a política [...]”. Nesse sentido, a noção de culturas políticas exporia a variedade dos pontos de partida possíveis, dentre os quais, a ênfase conferida às contingências, estas advindas dos “contextos de experiência e atividade dos atores”. Para Dutra, a afirmação da “experiência” como um novo ponto de partida para a para

---

<sup>49</sup> SOMERS, M. R. op. cit., p. 55.

análise das culturas políticas, em boa medida, reforça a recusa aos estudos de “sistemas simbólicos ou funcionais”.<sup>50</sup>

Serge Berstein, por sua vez, evocava a noção de cultura política para enfatizar o processo de renovação da escrita da história política, segundo ele, operada: “[...] sob inspiração de René Remond e de que a universidade de Paris-X-Nanterre e o Instituto de Estudos Políticos de Paris foram os lugares de eleição [...]”.<sup>51</sup>

De acordo com Berstein, o historiador, ao se valer de *grelhas de análise* forjadas em torno do conceito de cultura política, em geral conclui que “elas não lhe permitem explicar, salvo de maneira parcial, os fenômenos complexos que tenta entender”, isto é, o historiador deve compreender que a noção de cultura política: “[...] não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”. Citando Jean-François Sirinelli, Berstein concorda em admitir a cultura política como: “[...] uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou tradição políticas”.<sup>52</sup>

Berstein sublinha, porém, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política e o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país. Ao posicionar a cultura política como um conjunto coerente cujos componentes se mostram em estreita relação, o que permite definir uma forma de identidade reclamada pelo indivíduo, Berstein compõe uma *grelha de análise* para compreender algo homogêneo, mas com elementos diversos, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, uma leitura comum e normativa do passado histórico, uma visão institucional, uma concepção de sociedade ideal e um discurso codificado.<sup>53</sup>

Embora distintas, as abordagens de Margareth Somers, Eliana Dutra e Serge Berstein valorizam a unicidade e a interação entre política e cultura, apresentando a

---

<sup>50</sup> Nas palavras de Eliana Dutra: “[...] justamente a noção de “contextos de experiência e atividade dos atores”, em clara afinidade com a sociologia compreensiva de Max Weber, que vem sendo destacada como a contribuição mais decisiva no alargamento do horizonte de análise das culturas políticas vindas, em anos recentes, dos campos da sociologia, da antropologia, e por vezes da história”. DUTRA, E. R. de F. História e culturas políticas. Definições, usos e genealogias. **Varia História**, n. 28, dez. 2002, p. 18.

<sup>51</sup> BERSTEIN, S. op. cit., p. 349.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 350.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 350-351.

cultura política como um novo terreno, que, pertencente ora à esfera da política, ora à da cultura, teria suas especificidades asseguradas. O exame das contradições surgidas no processo de mediação subjetiva entre política e cultura, presentes nas múltiplas esferas da realidade, transporia então as fronteiras da dimensão estrutural, alcançando a análise de procedimentos e valores, assimilados e invocados direta ou indiretamente pela mediação política objetiva.

De certo modo, as leituras indicam uma flexibilização da categoria originalmente criada por Almond e Verba, ampliando as possibilidades de uso do conceito para a escrita da história política, em especial, para a história dos partidos políticos. Contudo, seja em forma de “esfera pública” (Somers), “contextos de experiência” (Dutra) ou “grelha de análise” (Berstein), fica nítido que a noção de cultura política segue sem um caminho específico, distante ainda de se distinguir como uma variável capaz de agergar elementos e determinações das esferas política e cultural, oferecendo respostas a conflitos e contradições expostos pelos atores político-culturais, dentre os quais, os partidos políticos.

Aliás, é mesmo corrente a convicção de que a existência de “organizações e instituições socializadoras” – dentre as quais, os partidos políticos – é crucial para a transmissão das culturas políticas<sup>54</sup>, uma vez que rompe com a noção de cultura política como uma variável “independente”. Por um lado, porque permite que a história do partido seja investigada segundo uma representação monográfica e específica de determinada sociedade e, ao mesmo tempo, portadora de uma cultura política peculiar, uma subcultura do todo social. Por outro, porque requer a pesquisa sobre as diferentes subculturas que dão forma à própria cultura política do partido.

Consumada sua especificidade, a cultura política do petismo pressupõe, como condição de análise, que sejam examinadas as subculturas presentes desde os primeiros instantes do PT, com a compreensão de que as variações internas, o que integra as diversas subculturas, podem: “[...] ser também o fator dinâmico da cultura política, explicando suas possíveis mudanças e sua evolução através do tempo”.<sup>55</sup>

É importante salientar ainda que a identificação do PT enquanto sujeito exige algumas considerações. A primeira diz respeito as subculturas do partido, que são muitas, distintas, e merecem ser observadas atenciosamente. A segunda

---

<sup>54</sup> Cf. BOTELLA, J. op. cit., p. 31.

<sup>55</sup> Ibidem, p. 29-30.

consideração informa sobre a impossibilidade de que o PT venha a ser concebido como um sujeito monolítico, portador de uma única voz e através de um único instrumento. Por último, tendo em vista que a natureza do problema suscitado por este projeto de pesquisa obedece aos parâmetros metodológicos da análise de discurso, é preciso validar as fontes segundo os diferentes estratos do PT, a *intelligentzia*, núcleos dirigentes e frações internas.

Ao conceberem a política como a esfera de mediação entre conflitos e interesses, valores e vontades, as leituras fundadas em Gramsci permitem que a esfera política seja observada enquanto palco essencial da vida em sociedade.<sup>56</sup> Entre a dureza das questões sistêmicas da economia e a volatilidade subjetiva do mundo das idéias, a esfera política transforma em realidade objetiva projetos e ideologias, e do mesmo modo faz com que o sólido se desmanche no ar. No entanto, ainda que fique evidente sua vocação coletiva e transformadora, a natureza mediadora da política não garante recusa aos círculos estreitos ou mesmo a consagração de interesses restritos, afinal, a política prescinde de atores que, por sua vez, têm seus projetos, interesses e convicções moldados segundo o tempo e o contexto histórico em que vivem, portanto, expostos a todo nível de influências econômicas, políticas e culturais de suas épocas.

Nem exata, nem idealizada, a concepção que fundamenta este estudo procura valorizar a política com base na leitura crítica e contextualizada de seus fatos, personagens e processos. A investigação sobre a cultura política do petismo busca confirmar assim a vitalidade do caráter coletivo da esfera política, ultrapassando o campo de análise que se concentra na observação dos pequenos grupos e traços personalistas. Prevalece a concepção de política enquanto terreno para construção e afirmação da vontade coletiva.

Disso resulta o entendimento de que é preciso analisar a trajetória do petismo sem incorrer na reprodução teleológica dos grandes feitos e heróis colecionados pelo Partido dos Trabalhadores. Objetivando um gesto de ultrapassagem definitiva dos traços primordiais da herança rankeana na historiografia política ou mesmo a normatização estruturalista de décadas passadas, parece fundamental compreender os antagonismos processados na cultura política do petismo menos pelo resgate de

---

<sup>56</sup> A respeito, diz Botella: “[...] devemos recuperar a tradição intelectual aberta por Gramsci; de fato, não seria exagerado afirmar que quarenta anos antes que Almond e Verba, o comunista italiano estava delineando a problemática da cultura política e, em particular, dos instrumentos de suas difusão, com mais finura analítica que muitos analistas posteriores”. Ibidem, p. 34.

elementos pertencentes à memória intrapartidária e mais pela constatação traços político-culturais intrínsecos ao relacionamento estabelecido entre os desafios e respostas do Partido dos Trabalhadores e o curso da vida política nacional. E nesse sentido, novamente o marxismo gramsciano contribui, ao informar que a pesquisa sobre a cultura política do petismo deve ter em mente que: “[...] um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história do país”.<sup>57</sup>

Seguindo os termos propostos por Umberto Cerroni para a análise dos partidos, o PT, entendido como o criador do petismo, deve ser observado a partir de sua capacidade em promover a “mediação entre idéias e interesses”, o que exige analisar os múltiplos elementos da mediação originada entre os conflitos e indicações do estrato social representado pelo partido e os temas que propõe como: modelo de reorganização geral da sociedade, do Estado, de toda a humanidade. Numa unidade dialética, é preciso saber o que os petistas pensam sobre o petismo e o país, bem como saber como o país vê o petismo e os petistas. Com isso, o petismo adviria da mediação histórico-objetiva entre os projetos do PT – intra e extra-uterinos – e a importância desfrutada pelo partido perante a sociedade brasileira.

Em contrapartida é importante destacar que, superando a dimensão objetiva da mediação entre o PT e o país, indo além da articulação entre as esferas econômica e política para a confecção do projeto partidário, o petismo também responde ao processo de: “[...] mediação subjetiva que abre, por assim dizer, um jogo, uma articulação entre economia e política na qual entram em movimento vários outros elementos: a concepção do mundo, a preparação cultural [...]”.<sup>58</sup>

Portanto, enquanto fenômeno político-cultural, com raízes que transcendem os debates e questões sistêmicas, econômicas, a cultura política do Partido dos Trabalhadores deve ser compreendida enquanto tal, se abstendo de convenções fundadas no economicismo – também bastante comuns na historiografia política – para qualificar aspectos componentes de sua política e sua cultura.

Em convergência com a concepção dialética gramsciana e em sincronia com os recentes debates promovidos pela ciência política, o uso da cultura política

---

<sup>57</sup> GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 24-25.

<sup>58</sup> CERRONI, U. **Teoria do partido político**. São Paulo: LECH, 1982, p. 18-20.

enquanto categoria analítica impõe a tarefa de problematizar o universo político-cultural do Partido dos Trabalhadores e suas dimensões macro-políticas. Logo, somente será possível atestar o vigor analítico da cultura política se o estudo das características primordiais do petismo dimensionar seu campo de observação, a partir da intersecção entre as funções de medição objetiva e subjetiva do partido.

Nestes termos se torna possível indagar como mais propriedade: existe o petismo?

## CAPÍTULO 2 “TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR”

### 2.1 “Existe o petismo?”

Raramente dissociado de seu portador, o petismo tem seu destino atrelado ao do PT por analistas de diferentes matizes teóricos e ideológicos, todos em busca de respostas a uma mesma pergunta: “existe o petismo?”.

Sentenças de morte do PT e de sua cultura política ou acusações de traição aos princípios históricos por parte da direção do partido, se amontoam ao lado de explicações que acreditam comprovar exatamente o contrário. Seria interessante observar como se comportam algumas destas interpretações, procurando apontar suas limitações e detectar eventuais virtudes.

Para Mauro Luis Iasi, não resta dúvida: “[...] Hoje assistimos ao processo de morte do PT, ou pelo menos a acentuação marcada de sua agonia [...]”.<sup>59</sup> De fato, a tese sustentada em *As metamorfoses da consciência de classe* é simples e bastante conhecida.

Valendo-se dos termos anotados por Marx em *O Dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte*<sup>60</sup>, Iasi vê o PT como um excelente exemplo do movimento de constituição de uma classe contra a ordem do capital que acaba por se amoldar aos limites da ordem que queria superar. Para tanto, Iasi mobiliza um argumento irrefutável: “[...] aquilo que chega ao governo em 2002 não é mais o mesmo partido fundado há mais de 20 anos [...]”. Ou seja, em pouco mais de duas décadas, a trajetória petista registrou o saldo de transformações tão profundas, que, segundo Iasi, teriam resultado na conversão – para ele, “deformação” – do PT: de “partido contra a ordem”, em 1980, para o “partido da ordem” de hoje.<sup>61</sup> Para Mauro Luís Iasi, somente discordam desta constatação aqueles que nunca viram no PT uma

---

<sup>59</sup> IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe**. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 358.

<sup>60</sup> Cf. MARX, K. **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**. In MARX, K. e ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, v. 1, p. 199-285.

<sup>61</sup> A mesma opinião tem Marco Antonio Villa, com grifos nossos: “[...] o PT transformou-se em um partido da ordem, controlado por mãos de ferro pelos senhores de meia idade que estão a caminho de formar uma gerontocracia. [...] *Conservadores*, não seduzem mais os jovens; *isolados*, não conseguem mais mobilizar a massa petista; *aburguesados*, não precisam mais da participação popular”. VILLA, M. A. O PT e uma outra história. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 22 mar. 2005, p A3.

manifestação de classe e anticapitalista, e mesmo os “cegos” pelo amor incondicional: “[...] são obrigados a confessar que o PT mudou muito [...]”.<sup>62</sup>

Mas reconhecer a mudança do PT implica em admitir tacitamente que sua cultura política também não é mais a mesma?

Iasi não se propõe a responder a isso. Para ele o enigma é outro. A base superestrutural dos petistas, sua consciência de classe, apresenta todas as características da metamorfose exposta pelo partido, situando-se entre a negação e o consentimento. Determinada pelo avanço progressivo das relações estabelecidas pelo PT com o capital, a consciência de classe dos petistas expressa a adequação à ordem, substituindo o original viés anticapitalista por valores pequeno-burgueses. Na visão de Iasi, uma situação nada original: “[...] o PT é a reencenação de uma fábula já conhecida, e trágica, que de tanto ser repisada adquire aquela tonalidade cômica sem perder a seriedade dramática”.<sup>63</sup>

Mauro Luís Iasi se refere ao caso da Montanha francesa, repetido inúmeras vezes pela social-democracia em diversas partes do mundo. E é esta a ruptura com o passado que, segundo Iasi, tem conduzido o PT à morte: “[...] este Partido não foi desde sempre uma versão tupiniquim da socialdemocracia, nem é o altar da pureza da classe que reinventa a política [...]”. Isto é, a adoção de posturas e discursos da social-democracia impede no presente a consagração do Partido dos Trabalhadores enquanto uma manifestação de classe e anticapitalista, tal como era no passado, época em que o partido reinventava a política.<sup>64</sup>

Em novembro de 2003, a revista *Caros Amigos* trazia um polêmico artigo assinado por César Benjamim. Nele o autor – ex-dirigente do PT, coordenador da campanha de Lula em 1989 e crítico ferrenho do partido desde 1995 – fazia severas acusações ao Partido dos Trabalhadores.

Mais tarde, Benjamin pediu desculpas e admitiu o excesso no uso das palavras, classificando seu texto como “raivoso”, “maniqueísta”, etc.<sup>65</sup> No entanto, as

---

<sup>62</sup> IASI, M. L. op. cit., p. 358-359.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 359.

<sup>64</sup> Ibidem.

<sup>65</sup> Dizia César Benjamim: “A revista Caros Amigos que está nas bancas neste mês traz um artigo meu, intitulado ‘O triunfo da razão cínica’, que, sob muitos aspectos, é equivocado e injusto. [...] O artigo é fundamentalmente errado por, pelo menos, quatro razões. Primeiro, é raivoso, quando deveria ser apenas firme e claro. Segundo, é maniqueísta, com uma rígida divisão entre o bem e o mal que nunca corresponde ao que a vida é. Terceiro, homogeneiza realidades que são heterogêneas e nivela por baixo, deixando de enxergar diferenças importantes. Quarto, não ajuda a construir”. BENJAMIM, C. **Peço desculpas**. (On-line). Disponível em: <[http://carosamigos.terra.com.br/da\\_revista/edicoes/ed80/cesar\\_benjamin\\_desculpas.asp](http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed80/cesar_benjamin_desculpas.asp)>. Acesso em: 10 jan. 2008.



críticas lançadas no artigo não foram suprimidas, o que permite validá-las como expressão sincera da tese de morte do PT. “O Partido dos Trabalhadores está morrendo [...]”; assim começa *O triunfo da razão cínica*.<sup>66</sup>

Em termos gerais, os pontos abordados pela crítica de César Benjamin poderiam ser resumidos em quatro. Primeiro, a ausência de princípios. Atualmente, diz Benjamin, não resta no PT mais nenhum espírito transformador, nenhuma autenticidade, nenhum impulso vital, indícios de que o partido não tem princípios nem idéias a defender. Este era o segundo ponto, a ausência de projeto, mais especificamente, projeto de sociedade. Para Benjamin, o Partido dos Trabalhadores: “[...] não tem, nem pretende ter, projeto de sociedade. Tem apenas projeto de poder [...]”.<sup>67</sup>

Terceiro, a emergência do carreirismo, isto é, a substituição da militância voluntária dos primeiros anos do partido por militantes de outro tipo, a saber,: “[...] o carreirista obcecado pelo sucesso rápido e a trajetória meteórica, disposto a dizer amém, pronto a desmentir amanhã, por qualquer pretexto, aquilo que defendia até hoje”. Portanto, afirma Benjamin, o PT tornou-se uma via de ascensão individual para a afluência material e o poder: “[...] Tudo agora é cálculo. Liberado para florescer, o oportunismo tem pressa. Tempo é poder. Tempo é dinheiro”. Eis o quarto ponto, a emergência do pragmatismo, ou nas palavras de César Benjamin: “[...] esse ilimitado pragmatismo de que, uma vez no poder, não pode correr risco nenhum, nem mesmo o risco de dizer a verdade [...]”. Detalhe: “[...] O chefe disso chama-se Luís Inácio Lula da Silva [...]”.<sup>68</sup>

Ainda nos primeiros meses do governo Lula, Fábio Wanderley Reis festejava num pequeno texto a “moderação” e o “realismo” demonstrados até ali pelo Partido dos Trabalhadores. Publicado em maio de 2003, *Demais, de menos e na conta*<sup>69</sup> foi escrito já sob o fogo-cruzado envolvendo a cúpula petista e os chamados “radicais” do partido, posicionando-se francamente a favor dos primeiros.

Para tanto, Reis apontava uma série de “constrangimentos” enfrentados pelo governo Lula naquele início de mandato, destacando o “aprendizado” então demonstrado pelo PT. Tais “constrangimentos” seriam provocados, essencialmente,

---

<sup>66</sup> BENJAMIN, C. O triunfo da razão cínica. **Caros Amigos**, São Paulo, ano VII, n° 80, nov. 2003, p. 19.

<sup>67</sup> Ibidem.

<sup>68</sup> Ibidem.

<sup>69</sup> REIS, F. W. Demais, de menos e na conta. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 maio 2003, p. A12

pelo cenário econômico-financeiro mundial, pela vulnerabilidade externa do Brasil – esta, uma “herança ‘fernandista’ – e pela: “[...] própria origem revolucionária do partido e as expectativas que suscitava [...]”.<sup>70</sup>

“Origem revolucionária”? Reis não se dedicou a responder esta questão, tampouco confirmou a hipótese de o termo ter sido utilizado apenas como recurso de linguagem, ou como referência aos “radicais” do PT. Nada disso. A “origem revolucionária” do partido era somente mais um dos “constrangimentos” vencidos pelo “realismo” petista, uma das: “[...] ameaças mais imediatas e dramáticas que cercavam o acesso de Lula à Presidência”. Sim, porque aquela postura “revolucionária” de antanho: “[...] não ganhou a eleição presidencial, e se ganhasse provavelmente não governaria por muito tempo”.<sup>71</sup>

De qualquer modo, cumpria ao PT que se afastasse de sua “origem revolucionária”, sinalizando a quem pudesse interessar que o governo Lula não estaria disposto a: “[...] quatro ou cinco meses de encenação para enganar investidores e depois ‘fazer a revolução’ [...]”. Para Reis, os constrangimentos reais de vários tipos que o governo Lula defronta: “[...] incluídos os relativos à democracia como valor verdadeiro, exigem redefinição mais profunda das idéias e compromissos antes impensáveis”. Daí o “realismo” dos petistas fazer tanto sentido, não sem uma ressalva. Reis advertia o governo petista sobre a possibilidade de degeneração deste “realismo”, que, se excessivo fosse, poderia levar o PT e seu governo a uma: “[...] acomodação preguiçosa ao estilo de FHC [...]”.<sup>72</sup>

Ciente disso, o governo Lula deveria: “[...] contar com o melhor equilíbrio do que temos tido sempre entre princípios e realismo, ideologia e pragmatismo”. Assim, Fábio Wanderley Reis afirmava o “realismo” petista como uma necessidade inconteste, deixando em aberto: “[...] a questão dos limites e de como combiná-lo com a fidelidade a princípios e idéias que ajudou a singularizar o partido até aqui [...]”.<sup>73</sup>

Marco Aurélio Garcia também refutava a tese de morte do petismo.

---

<sup>70</sup> Ibidem.

<sup>71</sup> Ibidem.

<sup>72</sup> Nas palavras de Reis: “O governo FHC pode ser criticado por seu realismo excessivo. Eleito em circunstâncias favoráveis, Fernando Henrique abriu mão do necessário investimento intelectual e acomodou-se de maneira preguiçosa e autocomplacente aos imperativos reais e aparentes da cena mundial”. Ibidem

<sup>73</sup> Ibidem.

Às vésperas de ser confirmado presidente interino do PT, Garcia foi um dos 16 militantes de esquerda entrevistados por Hilary Wainwright no auge do escândalo do “mensalão”, em agosto de 2005. *No olho do furacão*<sup>74</sup>, admitiu a existência crise, atribuindo-a, ao se referir às responsabilidades do PT no episódio, ao distanciamento progressivo do partido em relação aos movimentos sociais. Garcia, porém, à moda de Maquiavel, eximia a burocracia – da qual faz parte – de responder pela debilidade do PT, poupando-a de julgamentos e sermões.<sup>75</sup>

Uma década antes, Marco Aurélio Garcia atestava a consolidação de uma “terceira geração” na esquerda brasileira, saudada como “esquerda social” e portadora das seguintes particularidades: 1) ausência de referências internacionais, 2) heterogeneidade ideológica e 3) ênfase à democracia.

Tais características, associadas à sua origem “social”, acarretavam na época basicamente dois problemas à nova geração de esquerda. Primeiro, uma forte tendência “basista”, por vezes corporativista, que subestimava a política institucional. Depois, aquilo que Garcia chamava de “viés estrategista”, isto é, um: “[...] iluminismo autoritário que hipertrofia os fatores subjetivos [...] e desconfia da ou desconsidera a dinâmica autônoma que as lutas sociais assumem em vários momentos”.<sup>76</sup>

Cumprir notar que a identificação dos dilemas enfrentados pela “esquerda social” com aqueles encarados pelos petistas à época não era mera coincidência. Para Garcia, em 1994, o PT representava a consagração da “esquerda social”.

Sob os efeitos desconcertantes do escândalo do “mensalão”, todavia, Marco Aurélio Garcia oferecia outro diagnóstico. Para ele, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, foi: “[...] fruto da aparição de um novo e importante movimento social na sociedade brasileira. Este movimento sem precedentes surgiu em fins dos anos

---

<sup>74</sup> WAINWRIGHT, H e BRANFORD, S. (edit.). **En el ojo del huracán**. Visiones de militantes de izquierda sobre a crisis política de Brasil. Disponível em: <<http://www.tni.org/reports/newpol/brasildossier-s1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008, p. 30.

<sup>75</sup> Na íntegra, eis a opinião de Garcia sobre o papel exercido pela burocracia do PT no escândalo: “A debilidade do partido não se deve a sua burocracia. A burocracia é fruto de sua debilidade. Quando passa um certo tempo, se alimentam entre si. O presidente do partido, Genoino, não é um burocrata retorcido. É um homem decente. Tem uma história. É um homem respeitável. Porém foi um dirigente político débil e essa debilidade permitiu que a burocracia se estendesse. Não vou emitir um juízo moral sobre a burocracia. Poderia fazer e, quiçá, deveria. Porém, o que mais me preocupa é interpretá-la como um fenômeno objetivo. E, neste caso, devo apresentar meus argumentos em termos políticos. Se quero lutar contra ela como um fenômeno moral, tenho que dar um sermão. Não sou homem religioso, sou ateu, não posso pregar”. *Ibidem*, p. 26.

<sup>76</sup> GARCIA, M. A. Esquerdas: rupturas e continuidades. In DAGNINO, E (org.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 125-126.

setenta e continuou durante os oitenta [...]”. Seria a “esquerda social”? Bem, Garcia se referia ao: “[...] grande movimento social dirigido por Lula [...]”.<sup>77</sup>

Sobre a esquerda, dividiu-a em duas, “esquerda social” e “esquerda política”, destacando assim a distinção: “[...] Havia elementos que eram profundamente ortodoxos e outros que eram extremamente heterodoxos [...]”. De acordo com Garcia, ortodoxos e heterodoxos, esquerdas “social” e “política”, todos se uniram ao “movimento social” liderado por Lula e venceram as eleições presidenciais em 2002.<sup>78</sup>

A partir de então, ficou nítida a existência de um outro cisma no Partido dos Trabalhadores, este convertido em ponto de convergência daqueles múltiplos atores<sup>79</sup>: “Basicamente, o partido se dividiu em dois: o elemento do PT (*petismo*) e o elemento de Lula (*lulismo*) [...]”. Segundo Garcia, o petismo é uma idéia, não um conceito, é a união de muitas correntes de esquerda, muitas delas em conflito entre si: “[...] Haviam herdado diferentes culturas de esquerda e distintas tradições culturais [...]”. Em contrapartida, dizia: “[...] o *lulismo* era um movimento que aproximou a política das camadas mais baixas da população [...]”.<sup>80</sup>

Portanto, como “idéia”, o *petismo* se resumiria à dialética entre união e conflito de diferentes tradições de esquerda, enquanto o *lulismo*, como “movimento”, encarnaria o acesso dos setores populares ao mundo da política. Para Marco Aurélio Garcia, as causas da crise política instalada pós-escândalo do “mensalão” seriam mais bem compreendidas se fossem analisados os conflitos estabelecidos – e mal resolvidos – entre petismo e lulismo, vivos e em choque.

Reinaldo Azevedo analisou recentemente a distinção entre petismo e lulismo, a partir de trecho<sup>81</sup> extraído do documento enviado pelo “campo majoritário”<sup>82</sup> ao 3º

---

<sup>77</sup> WAINWRIGHT, H e BRANFORD, S. (edit.). op. cit., p.30.

<sup>78</sup> Ibidem.

<sup>79</sup> Dizia Garcia, com grifos nossos: “O partido tinha um defeito e uma virtude. A virtude era que, como os diversos elementos estavam em desacordo entre si, não havia um único ponto de referência ideológico, *todos faziam causa comum à construção do partido. Isto unia a gente*. O defeito era que os conflitos contribuía para que decisões sobre questões chave fossem postergadas, e que seguiram existindo dentro do partido posturas contraditórias sobre tais questões. Por esse motivo a sociedade via o partido como uma mescla de distintas coisas. Nós dizíamos que, como éramos um partido democrático, nele podiam conviver várias tendências ideológicas e políticas [...]”. WAINWRIGHT, H e BRANFORD, S. (edit.). op. cit., p.30.

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> “O PT sempre conviveu com suas frentes: o petismo e o lulismo. O petismo é uma determinada concepção política. E o lulismo é um grande fenômeno popular, de empatia e de enormes setores da sociedade. Em 2010, de alguma forma, esses dois fatores estarão desassociados. É determinante estudar formas pelas quais a herança do petismo e herança do lulismo se manterão articuladas [...]”. referência importante para dar continuidade aos primeiros oito anos de transformação do País – de

Congresso Nacional do PT, realizado em julho de 2007. Em *O PT, o petismo e o lulismo*<sup>83</sup>, Azevedo deu mostras de como a “nova direita” encara a questão, valendo-se de antigas fórmulas para a leitura de novos fatos.

Em tom conspiratório, ameaçador, Reinaldo Azevedo alertava para a “vocação” do PT, qual seja, se constituir como ente de razão disposto a tomar o lugar da sociedade e/ou a dirigi-la. Sim, o “campo majoritário” – portanto, a direção petista – seria a reencarnação dos velhos comunistas, ou pior, seus membros seriam: “[...] sucedâneos da esquerda comunista que se aliou ao então suspeitíssimo sindicalista (no fim dos anos 70 e início dos 80, a aposta é que ele era mais um oportunista, que trairia a classe operária...) para fundar o PT [...]”.<sup>84</sup>

E assim, feito o registro sobre o projeto de poder total da “esquerda comunista”, Azevedo passava a comentar sobre a distinção entre *petismo* e *lulismo*. Para ele, o *petismo* seria: “[...] mais ‘vertical’, mais profundo, mais complexo, uma verdadeira ‘concepção política’ [...]”. Já o *lulismo*, seria: “[...] mais horizontal, mais alastrado, mas menos dogmático, característica típica de alguns movimentos de massa, não estranho ao populismo mais rasteiro [...]”.<sup>85</sup>

Na opinião de Azevedo, *petismo* e *lulismo* não concorrem, ao contrário, se complementam. Por um lado, dizia, cabe ao *petismo* emprestar à Lula: “[...] uma envergadura intelectual, um peso teórico e uma disciplina de que ele é absolutamente incapaz [...]”. Por outro lado, afirmava, Lula tem: “[...] uma biografia e

---

maneira que a ‘revolução silenciosa’, tranqüila e democrática, se faça mais ruidosa”. Apud AZEVEDO, R. *O PT, o petismo e o lulismo*. **Veja on-line**, 12 mar. 2007. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/bl/ogs/reinaldo/2007/03/o-pt-o-petismo-e-o-lulismo.html>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>82</sup> Em resposta às correntes de esquerda no PT, os: “[...] moderados, dentre os quais estavam Lula e os sindicalistas, criaram em 1983 a Articulação, uma maneira de organizar os independentes, que ‘tinham uma só camisa’. Até o 5º Encontro Nacional, em 1987, a Articulação enfrentou o bloco de esquerda unido e, mesmo assim, obteve o apoio de perto de dois terços dos delegados”. Em 1993, a Articulação sofreu uma cisão à esquerda (Articulação de Esquerda) e, em 1995, fechou uma aliança com a Democracia Radical, corrente petista criada em 1989 por ex-integrantes do Partido Revolucionário Comunista (PRC), posicionada à direita do PT. A aliança compôs: “[...] aquilo que é chamado dentro do partido de ‘campo majoritário’, logrando retomar, por margem pequena, o controle do PT [...]”. SINGER, A. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 32-33. Após o escândalo do “mensalão”, o “campo majoritário” foi declarado oficialmente extinto, no entanto, é notório que seu espectro segue conduzindo os rumos da política interna petista.

<sup>83</sup> AZEVEDO, R. op. cit.

<sup>84</sup> Ibidem.

<sup>85</sup> Ibidem. Vale dizer, a identificação de Lula e da esquerda brasileira – leia-se PT – com o populismo é bastante comum nos atuais direitistas. Em matéria da *Folha de S.Paulo* sobre a “nova direita”, o economista Eduardo Giannetti dizia, com grifos nossos: “A esquerda no Brasil se confundiu muito com o populismo. A idéia de que há um atalho indolor para o crescimento econômico. O populismo é uma praga latino-americana que produz essas aventuras de política econômica. Infelizmente, os chamados progressistas brasileiros se identificaram muito com isso”. FOLHA DE S.PAULO. **Direita, volver!** São Paulo, 15 fev. 2006, p. E4-E5

uma mística que servem perfeitamente aos propósitos de um partido de esquerda [...]”. Por fim, lembrava Azevedo: “[...] Às ilusões teóricas e mandonistas do PT, Lula emprestou o pragmatismo sindical, que tem uma larguíssima tradição de vigarice e oportunismo em qualquer parte do mundo [...]”. Ciente disso, Lula tomou as rédeas: “[...] Impôs a sua vontade ao PT e, na prática, eliminou a diferença entre ‘lulismo’ e ‘petismo’, embora ela tenha resistido na teoria [...]”.<sup>86</sup>

E numa dialética sem síntese, tal como reza a tábua fascista<sup>87</sup>, Reinaldo Azevedo encerrava a discussão ao admitir a anulação da tese pela antítese. Compreensível, pois, como se sabe, o reconhecimento pleno da existência de contrários e dos conflitos por eles estabelecidos – matéria-prima da dialética – nunca foi mesmo o forte da direita.<sup>88</sup>

Anotar o império do *lulismo* sobre o *petismo* não é exclusividade da direita. Sem “punhos e revólveres”, Rudá Ricci chegou à conclusão parecida em *Lulismo: três discursos e um estilo*<sup>89</sup>, publicado em fevereiro de 2005.<sup>90</sup> Mas diferente de Reinaldo Azevedo, Ricci visualizava uma relação conflituosa entre o lulismo e o que ele chamava de “cultura petista”.

“Não se trata de um conceito, nem mesmo um movimento político. O lulismo pode ser compreendido como uma tentativa de modelo gerencial do Estado e da governabilidade política [...]”; definia Rudá Ricci logo nas primeiras linhas. Para ele, o lulismo referia-se, portanto: “[...], ao campo estrito da engenharia política, não se

---

<sup>86</sup> AZEVEDO, R. op. cit.

<sup>87</sup> “O termo *fascismo*, lançado por Mussolini, vem de *fascio*, que significa *feixe*. Na Roma antiga, no tempo dos césores, os magistrados eram precedidos por funcionários – os *littori* – que empunhavam machados cujos cabos eram reforçados por muitas varas fortemente atadas em torno da haste central. Os machados simbolizavam o poder do Estado de *decapitar* os inimigos da ordem pública. E as varas amarradas em redor do cabo constituíam um *feixe* que representava a unidade do povo em torno da sua liderança [...]”. Na época de Mussolini, os: “[...] *fasci di combattimento* não tinham programa: limitavam-se a vomitar impérios pretensamente patrióticos contra os inimigos e, quando passavam à ação contra os inimigos, praticavam aquilo que o fascista espanhol José Antônio Primo de Rivera, mais tarde, chamaria de ‘dialética dos punhos e dos revólveres’ [...]”. KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 30-32.

<sup>88</sup> Também ouvido pela *Folha de S.Paulo* na reportagem sobre a “nova direita”, Azevedo exemplificava: “Não adianta: o totalitarismo está no DNA do esquerdismo. A máxima de que a democracia é o melhor dos piores regimes é de Churchill, um direitista. Por que a direita teria de ‘sair do armário’? Não há razão para estar lá. A esquerda é que deveria entrar. E a gente jogaria a chave fora”. FOLHA DE S.PAULO, op. cit., p. E4. Numa tacada, Azevedo restringe as tradições da esquerda ao totalitarismo, reservando a premissa democrática à direita. Resta saber que democracia é essa, capaz de trancar os opositores e jogar a chave fora?

<sup>89</sup> RICCI, R. *Lulismo: três discursos e um estilo*. **Revista Espaço Acadêmico**, ano IV, n° 45, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/045/45ricci.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>90</sup> De acordo com Ricci, o texto *Lulismo: três discursos e um estilo* fora inicialmente: “[...] produzido para o debate com Frei Betto, organizado pela Cáritas Nordeste II, realizado em Recife, em 04/11/04, cujo tema foi ‘Movimentos Sociais e Governo Lula’”. RICCI, R. op. cit.

constituindo num projeto de desenvolvimento ou projeto estratégico de país [...]”. Não seria propriamente uma cultura política, já que desprovido de conteúdo programático, mas sim uma “técnica” política.<sup>91</sup>

Assim, tratado enquanto “modelo gerencial” e de “governabilidade política”, notava Ricci, o lulismo possui uma ação marcada pelo pragmatismo que objetiva sua manutenção e reprodução enquanto força política”. Tal ação pragmática acompanha os petistas desde a campanha de 1994, mas atingiu sua configuração atual em 2002, quando se arquitetou a campanha presidencial, cristalizando-se com a divulgação da Carta ao Povo Brasileiro, em junho daquele ano.

A partir de então, argumentava Ricci, o lulismo: “[...] alterou profundamente o projeto inicial petista, que se orientava por um discurso estratégico oposto, afiliado à lógica dos movimentos sociais que emergiram nos anos 80 [...]”. Para tanto, o lulismo mobilizava três matrizes discursivas, constituídas pelo Partido dos Trabalhadores ao longo de sua trajetória, classificadas por Ricci como “pragmatismo sindical”, “vanguardismo e burocratismo partidário” e “discurso técnico de gerenciamento do mercado”. Com base nestas três matrizes, o lulismo sustentava: “[...] um equilíbrio dinâmico interno, assumindo um movimento pendular que privilegia, circunstancialmente, uma ou outra concepção [...]”.<sup>92</sup>

De acordo com Ricci, a fusão do poder da burocracia partidária com o poder do saber técnico gerou uma nova estrutura partidária mais centralizada, mais profissional, mais técnica e menos dinâmica e participativa que deu vazão, ao que denominamos de lulismo. Nas palavras de Ricci: “O lulismo é, portanto, uma nova faceta da organização, prática e discurso petistas [...]”; apresentando as seguintes características: a) É mais técnico e mais negociador com a sociedade; b) É mais pragmático e flexível para com as forças políticas externas; e c) é mais inflexível com as forças internas do partido. Por isso, escrevia Rudá Ricci, o lulismo deveria ser encarado como: “[...] uma importante novidade sociológica e política para o Brasil [...]”.<sup>93</sup>

O publicitário Carlito Maia se declarava “petista até morrer”. Em 1988, num artigo publicado no *Linha Direta* – informativo do Diretório Regional do PT de São Paulo –, Carlito tecia juras de amor ao Partido dos Trabalhadores: “[...] PT, utopia ao

---

<sup>91</sup> Ibidem.

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> Ibidem.

alcance do meu voto - eu te amo! [...]”, declamava sem fazer cerimônia. Dotado de clareza peculiar, *Uma vez PT, sempre PT*<sup>94</sup> tinha o mérito de sintetizar – e com isso expressar – traços marcantes do petismo da época.

Primeiro, a certeza da paixão, ou nas palavras de Carlito Maia, a convicção profunda de que: “[...] ser petista é ter uma paixão definitiva. É padecer no paraíso toda a vida e mais nove meses. Se saio do PT, que outro partido poderia ser o meu? [...]”. Claro, tal aflição fazia todo sentido, pois, para Maia – assim como para os filiados e outros simpatizantes –, o PT era primeiro e único<sup>95</sup>: “[...] aliás, a primeira novidade na política tupiniquim, desde 1500 mais ou menos [...]”.<sup>96</sup>

E este era o segundo traço daquele petismo, a certeza da diferença, isto é, a crença em torno da criação de um partido sem paralelo na história. Se nos outros partidos os líderes davam as costas aos liderados, no PT, enfatizava Maia: “[...] ninguém é melhor do que ninguém [...], no PT só temos companheiros, irmãos de fé. Lutando lado-a-lado, ombro-a-ombro, com muita alegria [...]”.<sup>97</sup>

O PT teria chegado então à perfeição? Nem tanto, admitia. Afinal, o partido: “[...] é composto por seres humanos, com todos os defeitos e virtudes: xiitas e xaatos, xiiques e xuucros, xaaropes e xeeretas”. Segundo Maia, a diferença estava no trato das diferenças, com cada petista: “[...] dizendo o que sente e pensa do Partido [...]”. Na verdade, um reconhecimento explícito de outra característica do petismo, a certeza do conflito, que via na democracia interna um método eficaz para: “[...] tirar as cismas numa boa [...]. Acertar os ponteiros, corrigir rumos [...]”. Sim, para Carlito Maia, mal havia deixado as fraldas e o PT já precisava ajustar sua rota: “[...] Ocorre que ele nasceu de um jeito e estava crescendo de outro [...]”, justificava.<sup>98</sup>

Num pequeno texto, Dalmo Dallari demonstrava ter certezas semelhantes às de Carlito Maia. Publicado no *Jornal Leia*, em agosto de 1986, *Existe o petismo?*<sup>99</sup>

---

<sup>94</sup> MAIA, C. *Uma vez PT, sempre PT*. **Linha Direta**, São Paulo, 1988. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1090>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>95</sup> “O PT I e único” era uma das muitas expressões criadas por Carlito Maia para o PT, sendo “oPTei” uma das mais populares.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

<sup>97</sup> *Ibidem*.

<sup>98</sup> *Ibidem*.

<sup>99</sup> DALLARI, D. *Existe o petismo?* **Jornal Leia**, São Paulo, ago. 1986. Apud GADOTTI, M. e PEREIRA, O. **Pra que PT. Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989



consistia numa espécie de depoimento de Dallari sobre o petismo, registrado em três parágrafos.

Na verdade, Dalmo Dallari admitia apenas uma coisa como certa: “[...] o petismo existe e o Partido dos Trabalhadores é seu profeta [...]”. A partir daí, dizia: “[...] explodem muitas dúvidas, que andam nas cabeças dos próprios petistas e que se colocam com a mesma agressividade que caracteriza a militância petista [...]”.<sup>100</sup>

Segundo Dallari, o relacionamento “apaixonado” e “agressivo” estabelecido entre os petistas e seu partido era o responsável imediato pela existência do petismo, uma vez que seus termos constitutivos permaneciam num processo de discussão em que todos defendiam: “[...] ardorosamente seus pontos de vista a respeito do significado do petismo, da natureza do PT e de seu verdadeiro papel neste momento da vida brasileira [...]”.<sup>101</sup>

Mas, em detrimento das dúvidas suscitadas pelo petismo e da “agressividade” petista, as palavras de Dallari terminavam confirmando mesmo as “certezas” sublinhadas em Carlito Maia e, de resto, tão comuns aos demais petistas da época.

A paixão: “[...] assim como o petismo é uma paixão, o antipetismo é igualmente apaixonado [...]”. O conflito: “[...] agressões de muitas espécies, que são utilizadas com o propósito de enfraquecê-lo, acabam tendo efeito contrário, parecendo que o petismo se fortalece quando agredido”.<sup>102</sup>

Para Dallari, os conflitos internos do PT, essa: “[...] ‘convergência da divergência’, que é problema para os petistas, é problema ainda maior para os que são contra o PT [...]”. Por quê? Ora, porque o PT era algo absolutamente novo, marcante: “[...] parecendo onipresente, ao mesmo tempo que a cada passo e em cada circunstância surge com uma aparência diferente, é extremamente difícil combatê-lo [...]”; eis a diferença.<sup>103</sup>

No entanto, Dallari deixava algumas perguntas sem resposta, como por exemplo: é possível ser petista sem estar no PT ou se alguém pode pertencer ao PT sem ser petista? Do mesmo modo, Dalmo Dallari lançava uma indagação até aqui aparentemente insolúvel, qual seja, foi o petismo quem criou o PT? Ou terá sido o contrário?

---

<sup>100</sup> Ibidem.

<sup>101</sup> Ibidem.

<sup>102</sup> Ibidem.

<sup>103</sup> Ibidem.

Como se nota, algumas imagens retratadas no passado parecem não fazer mais sentido algum. Aquele partido em que ninguém era melhor que ninguém já não existe mais, assim como a ardorosa paixão de outrora entoada por Maia e Dallari foi substituída pela atual engenharia política, comentada por Ricci. E mesmo a permanência de alguns traços – em especial, a disposição ao conflito e a certeza de crise – não se mostram consistentes o bastante para assegurar que o petismo de hoje é essencialmente o mesmo de duas ou três décadas atrás.

Comparando os depoimentos de Carlito Maia e Dalmo Dallari, dos anos 1980, com as interpretações recentes de Mauro Luís Iasi, César Benjamin, Marco Aurélio Garcia, Reinaldo Azevedo e Rudá Ricci, tem-se a impressão de que não se trata do mesmo PT. Embora pertencentes a matizes teóricos e ideológicos distintos, Iasi, Benjamin, Garcia, Azevedo e Ricci concordam ao menos num ponto: o PT e sua cultura política – vale frisar que Iasi e Benjamin não almejam esta distinção – apresentam em algum momento uma ruptura, um corte, uma cisão, ou na melhor das hipóteses, uma metamorfose em relação ao passado.

Exceto Azevedo, que admite a existência do “lulismo” desde a fundação do PT, os demais consagram a idéia de mudança na rota original dos petistas. Mas a noção de “lulismo” exposta por Reinaldo Azevedo também confronta os contornos assumidos no início do partido. Ao definir o “lulismo”<sup>104</sup> como expressão característica da política de massas de um certo populismo, Azevedo assume o risco de dizer que o PT sempre foi um partido populista, quando os petistas da época afirmavam exatamente o oposto. Restaria saber então em qual momento teria ocorrido a conversão ao populismo. Novamente, a ruptura se impõe como condição de análise e Azevedo se junta aos demais.

Passado e presente petistas seguem incomunicáveis. A dúvida permanece: existe o petismo?

---

<sup>104</sup> As possibilidades de interpretação do “lulismo” são muitas e o debate a esse respeito deve ser amplo, algo que certamente exigiria uma outra tese acadêmica. No entanto, o objeto deste estudo é o petismo. Em termos sintéticos, para nós, o “lulismo” é uma criação do petismo e tudo indica que não são incompatíveis. Principalmente após a crise recente enfrentada pelo PT, o “lulismo” tem sido encarado como garantia de sobrevivência ao partido e sua cultura política. No entanto, o petismo explica o “lulismo” – ou ajuda a explicá-lo – sem que a recíproca seja verdadeira.

## 2.2 Bases do petismo

A julgar pelos escrutínios eleitorais, sim, o petismo existe.

Em vinte anos, o Partido dos Trabalhadores registrou um crescimento eleitoral lento e permanente, digno de nota. Desde as primeiras eleições disputadas pelo partido, em 1982, até a vitória de Lula exatas duas décadas depois, os petistas viram a votação do PT aumentar a cada pleito; talvez sem a velocidade desejada por eles, porém num compasso impressionante. Após o escândalo do “mensalão” e a crise que se abateu sobre o partido, nas eleições de 2006 os petistas tiveram cerca de 5 milhões de votos a menos do que quatro anos antes. Ainda assim, na berlinda, o PT sagrou-se o partido mais votado do país, com mais de 11,5 milhões de votos recebidos, e elegeu a maior bancada na Câmara Federal, com 83 deputados.

A progressão dos votos recebidos pelo PT para deputado federal, de 1982 a 2006, mostra uma densidade eleitoral bastante significativa e aparentemente consolidada. Desde 1990, o partido obtém mais de 10% dos votos válidos para o legislativo federal, passando de 10,2% para 12,8% em 1994, 13,2% em 1998, 18,4% em 2002, com recuo para 15,6% dos votos válidos em 2006. Nada mal para aquele partido votado por menos de 1,5 milhão de pessoas em 1982 (cerca de 3,5% dos votos válidos) e que apenas dobrou sua votação em 1986, com pouco mais de 3 milhões de votos recebidos (6,9% dos votos válidos):

TABELA 1  
Votos recebidos pelo PT para Deputado Federal (1982-2006)

|                   | 1982      | 1986      | 1990      | 1994      | 1998      | 2002       | 2006       |
|-------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|
| Votos absolutos   | 1.458.719 | 3.253.999 | 4.128.052 | 5.859.347 | 8.786.499 | 16.092.411 | 11.636.600 |
| Votos válidos (%) | 3,5       | 6,9       | 10,2      | 12,8      | 13,2      | 18,4       | 15,6       |

Fonte: Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (Disponível em: <<http://www.pt.org.br/pt25anos/index.html>>. Acesso em: 24 abr. 2008), Transparência Brasil (Disponível em: <<http://www.asclaras.org.br/2006/index.php>>. Acesso em: 24 abr. 2008) e Folha de S.Paulo (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0310200645.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2008).

Mas a evolução eleitoral do PT não se explica somente com base na votação dos deputados federais do partido. Os votos obtidos nas cinco eleições disputadas para Presidente da República confirmam a tendência de crescimento constante

registrada pelo PT, com um detalhe: a votação de Lula cresceu mesmo após escândalo e crise.

Em 1989, o Partido dos Trabalhadores, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) compuseram a “Frente Brasil Popular”, que lançou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência e indicou o senador gaúcho José Paulo Bisol (PSB) para vice. A chapa Lula-Bisol surpreendeu a muitos e ao final do primeiro turno chegou em segundo lugar, com cerca de 16% dos votos. No segundo turno, Lula enfrentou Fernando Collor de Mello, candidato do PRN (Partido da Reconstrução Nacional), e foi derrotado. Collor obteve 53,03% dos votos válidos; Lula, 46,97%.

Cinco anos depois, o PT ampliou seu leque de alianças – à esquerda – e, além de PSB e PCdoB, atraiu também o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Verde (PV) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). A coligação “Frente Brasil Popular pela Cidadania” pretendia repetir em 1994 a chapa Lula-Bisol, mas revelações sobre o patrimônio nada desprezível do senador socialista levaram à sua substituição e indicação de Aloizio Mercadante, então deputado federal pelo PT (SP), para a vaga de vice. A candidatura Lula-Mercadante despontava com franca favorita, com índices de intenção de voto na casa dos 40%. Porém, os efeitos positivos do Plano Real – bem como a aposta prematura dos petistas no fracasso do plano econômico, associando-o, por exemplo, ao Plano Cruzado da era Sarney – acabaram com o favoritismo petista e deram a vitória ao candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Fernando Henrique Cardoso, então ex-ministro da Fazenda e apontado como responsável pela incipiente estabilidade econômica do país. FHC venceu no primeiro turno, com 54,27% dos votos válidos; Lula ficou em segundo, com 27,04%.

Em 1998, novamente ao lado de PSB e PCdoB, o PT deu seu primeiro grande passo rumo ao centro político, aliando-se ao trabalhismo remanescente do pré-1964, encarnado em Leonel Brizola. Vale lembrar que os petistas sempre mantiveram uma postura de distanciamento e, mais especificamente, de enfrentamento em relação ao trabalhismo e suas heranças, fator este que confirma a relevância da união com Brizola. Assim, com a presença do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, claro, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), a coligação “União do Povo – Muda Brasil” concorreu com a chapa Lula-Brizola. Embora simbólica, a aliança entre petistas, trabalhistas, socialistas e comunistas não reuniu forças suficientes para barrar a

reeleição de Fernando Henrique Cardoso, decidida também no primeiro turno. A candidatura Lula-Brizola recebeu mais de 30% dos votos válidos; FHC, pouco mais de 53%.

Passados quatro anos, lá estavam PT e PCdoB unidos em torno da candidatura de Lula pela quarta vez consecutiva. Além da participação do PCB e da inclusão do Partido da Mobilização Nacional (PMN), a coligação “Lula Presidente” contou ainda com a presença do extinto Partido Liberal (PL), atual Partido da República (PR), que indicou o senador e empresário mineiro José Alencar para compor a chapa ao lado de Lula. A aliança com os liberais em 2002 reafirmava a fuga petista rumo ao centro, de resto, anotada desde a derrota de 1994. E ao contrário do radicalismo das campanhas anteriores, a candidatura Lula-Alencar adotava desta vez um tom mais moderado, resumido na *Carta ao Povo Brasileiro* e na expressão “Lulinha paz e amor”. Durante todo o primeiro turno, Lula manteve a liderança nas pesquisas de intenção de voto, com ampla vantagem em relação ao segundo colocado. No final, a chapa Lula-Alencar confirmou as expectativas e chegou em primeiro lugar, com mais de 46% dos votos; o candidato governista José Serra (PSDB) ficou em segundo, com pouco mais de 23%. No segundo turno, vitória folgada de Lula, com 61,27% dos votos válidos. Serra obteve 38,73%.

Em 2006, apenas PT, PCdoB e o recém-fundado Partido Republicano Brasileiro (PRB), de José Alencar, integraram a coligação “A Força do Povo” e apoiaram formalmente a reeleição de Lula. Apesar do escândalo do “mensalão” e da crise nas hostes petistas – que, em boa medida, explicam a escassez de partidos aliados ao PT –, a vitória da chapa Lula-Alencar no primeiro turno era dada como certa. No entanto, a disputa eleitoral arrefeceu e, às vésperas da votação, o que parecia certo se tornou imprevisível. Sempre acima dos 50% nas pesquisas de intenção de voto, a candidatura governista não alcançou mais que 48%. Ainda assim, ao receber mais de 46 milhões de votos, Lula obteve sua maior votação num primeiro turno. O ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), chegou na segunda colocação com mais de 41%. No segundo turno, porém, Alckmin viu sua votação reduzir e não passou de 39,17%; Lula venceu com 60,83% dos votos válidos.

TABELA 2  
Votos recebidos pelo PT para Presidente da República (1989-2006)

|                               | 1989       | 1994       | 1998       | 2002       | 2006       |
|-------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Votos absolutos<br>(1º turno) | 11.622.321 | 17.112.127 | 21.475.221 | 39.455.233 | 46.662.365 |
| Votos válidos<br>(%)          | 16,1       | 27,0       | 31,7       | 46,4       | 48,6       |

Fonte: Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (Disponível em: <<http://www.pt.org.br/pt25anos/index.html>>. Acesso em: 24 abr. 2008) e Tribunal Superior Eleitoral (Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>>. Acesso em: 24 abr. 2008).

A eleição de governadores petistas apresenta desempenho semelhante ao de Lula, em especial, no que diz respeito à ascendência permanente dos números. O PT elegeu seus primeiros governadores de Estado somente em 1994: Cristovam Buarque (Distrito Federal) e Vitor Buainz (Espírito Santo). Quatro anos depois, nenhum dos dois conseguiu se reeleger, contudo, o PT conquistou os governos do Acre, com Jorge Vianna, do Mato Grosso do Sul, com “Zeca do PT”, e do Rio Grande do Sul, com Olívio Dutra. Em 2002, Vianna e “Zeca do PT” foram reeleitos, Dutra, não; em contrapartida, o petista Wellington Dias foi eleito governador do Piauí. Realizadas sob a insígnia da crise petista, as eleições de 2006 tiveram um saldo paradoxal para o PT. Por um lado, o partido viu pela primeira vez sua votação parlamentar oscilar para baixo; por outro, conquistou os governos de cinco estados da Federação: Bahia, com Jaques Wagner; Pará, com Ana Júlia Carepa; Sergipe, com Marcelo Déda; Piauí, com Wellington Dias; e Acre, com Binho Marques. Poucos notam, mas a hegemonia petista no estado da senadora Marina Silva (PT-AC) se estende por mais de uma década.<sup>105</sup>

<sup>105</sup> O êxito eleitoral obtido pelo PT nas disputas para o governo do Acre apresenta a seguinte peculiaridade: os candidatos petistas sempre venceram no primeiro turno, respaldados por amplos arcos de alianças partidárias. Em 1998, Jorge Vianna foi eleito com mais de 57% dos votos válidos, apoiado por 12 partidos: além do PT, participavam da aliança PSB, PCdoB, PDT, PPS, PMN, PV, PSDB, PL, PTB, PSL (Partido Social Liberal) e PTdoB (Partido Trabalhista do Brasil). Vianna se reelegeu em 2002 com mais de 63% dos votos e os seguintes partidos aliados: PV, PTdoB, PMN, PCdoB, PL e PSDC (Partido Social Democrata Cristão). Em 2006, o petista Binho Marques obteve cerca de 53% dos votos válidos, com o apoio de PCdoB, PSB, PMN, PL, PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro) e PP (Partido Progressista). Embora o contingente eleitoral no Estado do Acre seja um dos menores do Brasil – aproximadamente 430 mil eleitores –, favorecendo a polarização em embates eleitorais, fica aqui o registro da “hegemonia acreana” do PT. Cf. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições/Resultados (1998-2006)**. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

TABELA 3

Governadores, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais eleitos pelo PT (1982-2006)

|                     | 1982 | 1986 | 1990 | 1994 | 1998 | 2002 | 2006 |
|---------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| Governadores        | 0    | 0    | 0    | 2    | 3    | 3    | 5    |
| Senadores           | 0    | 0    | 1    | 4    | 3    | 10   | 2    |
| Deputados Federais  | 8    | 16   | 35   | 50   | 59   | 91   | 83   |
| Deputados Estaduais | 12   | 40   | 81   | 92   | 90   | 147  | 122  |

Fonte: Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (Disponível em: <<http://www.pt.org.br/pt25anos/index.html>>. Acesso em: 24 abr. 2008) e Transparência Brasil (Disponível em: <<http://www.asclara.org.br/2006/index.php>>. Acesso em: 24 abr. 2008).

Por fim, o progressivo êxito eleitoral do Partido dos Trabalhadores também pode ser visto no âmbito municipal. Desde as primeiras vitórias em Diadema (SP) e Santa Quitéria (MA), em 1982, passando pela conquista da primeira capital – Fortaleza (CE), com Maria Luiza Fontenele –, em 1985, os petistas governam dezenas, e a partir de 1996, centenas de municípios pelo Brasil. Para se ter idéia da força eleitoral do PT no plano municipal, o partido já administrou a cidade de São Paulo em duas ocasiões (Luiza Erundina, 1989-1992, e Marta Suplicy, 2001-2004) e governou a capital gaúcha por 16 anos ininterruptos (1989-2004), dois dos maiores colégios eleitorais do país; aliás, dentre os 411 prefeitos eleitos pelo partido em 2004<sup>106</sup>, 8 eram de capitais.<sup>107</sup> Embora não tenham sido realizadas eleições municipais após a crise petista de 2005, cabe destacar que o desempenho do PT até 2004 mantinha a trajetória de crescimento registrada em outros níveis:

<sup>106</sup> “No primeiro turno das eleições municipais, o PT elegeu 400 prefeitos – um crescimento de 114% em relação a 2000 – e 3.677 vereadores – um aumento de 48%. Outros 24 candidatos a prefeito pelo PT foram para o segundo turno [e 11 se elegeram]. O PT foi o partido campeão de votos, escolhido por 16,3 milhões de pessoas”. PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Especial 25 anos - Linha do tempo**. (On-line) 2005. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/pt25anos/anos00/anos00.php>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>107</sup> Fernando Pimentel, em Belo Horizonte (MG); Luizianne Lins, em Fortaleza (CE); João Henrique Pimentel, em Macapá (AP); Raul Lustosa Filho, em Palmas (TO); Roberto Sobrinho, em Porto Velho (RO); Raimundo Angelim, em Rio Branco (AC); João Paulo, em Recife (PE); e João Coser, em Vitória (ES).

TABELA 4  
 Prefeitos e Vereadores eleitos pelo PT (1982-2004)

|            | 1982 | 1985* | 1988 | 1992  | 1996  | 2000  | 2004  |
|------------|------|-------|------|-------|-------|-------|-------|
| Prefeitos  | 2    | 1     | 38   | 54    | 110   | 187   | 411   |
| Vereadores | 118  | -     | 900  | 1.100 | 1.895 | 2.485 | 3.679 |

\* Em 1985, foram realizadas eleições apenas para prefeito e somente nas capitais. Os mandatos dos demais executivos municipais foram prorrogados por mais dois anos, estendendo-se até 1988.

Fonte: Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (Disponível em: <<http://www.pt.org.br/pt25anos/index.html>>. Acesso em: 24 abr. 2008).

Outro dado importante trata do avanço do Partido dos Trabalhadores nos chamados “grotões” do país. Segundo levantamento do jornal *Folha de S.Paulo*, em junho de 2003 o PT estava estruturado em 4.623 municípios, cerca de 83% do total. Em outubro do mesmo ano, dez meses após a posse de Lula, o partido já estava presente em 96% do território nacional, organizado em 5.345 dos 5.565 municípios brasileiros. Entre junho e outubro de 2003, saltou de 3 para 12 as unidades da federação com presença petista em 100% dos municípios, além do Distrito Federal: Acre, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins, Ceará, Goiás, Amazonas, Roraima, Pará, Espírito Santo, Amapá e Rio de Janeiro. Em São Paulo (96,6%), Rio Grande do Sul (96,2%), Paraná (97%) e Bahia (97,8%), a participação do PT nos municípios também estava acima de sua média nacional (96%). Em Minas Gerais (96,7%), por exemplo, o partido estava estruturado em 825 dos 853 municípios mineiros. Naquele contexto, apenas 4 estados registravam em seus municípios presença petista inferior a 90%: Alagoas (89,2%), Maranhão (88,5%), Paraíba (85,5%) e Rio Grande do Norte (86,2%). De acordo com o jornal, o partido filiou 125.153 pessoas no mesmo período, o que representou um crescimento de 29,8% no seu quadro de filiados.



TABELA 5  
Crescimento do PT nos municípios (2003)

| N° de municípios nos Estados |       | PT ESTRUTURADO |        |        |        |
|------------------------------|-------|----------------|--------|--------|--------|
|                              |       | Jun/03         |        | Out/03 |        |
| TO                           | 139   | 108            | 77,7%  | 139    | 100,0% |
| CE                           | 184   | 158            | 85,9%  | 184    | 100,0% |
| GO                           | 246   | 231            | 93,9%  | 246    | 100,0% |
| AM                           | 62    | 51             | 82,3%  | 62     | 100,0% |
| RR                           | 15    | 7              | 46,7%  | 15     | 100,0% |
| PA                           | 143   | 137            | 95,8%  | 143    | 100,0% |
| ES                           | 78    | 74             | 94,9%  | 78     | 100,0% |
| RJ                           | 92    | 90             | 97,8%  | 92     | 100,0% |
| AP                           | 16    | 15             | 93,8%  | 16     | 100,0% |
| AC                           | 22    | 22             | 100,0% | 22     | 100,0% |
| DF                           | 1     | 1              | 100,0% | 1      | 100,0% |
| MS                           | 77    | 77             | 100,0% | 77     | 100,0% |
| RO                           | 52    | 52             | 100,0% | 52     | 100,0% |
| BA                           | 417   | 360            | 86,3%  | 408    | 97,8%  |
| PI                           | 223   | 172            | 77,1%  | 218    | 97,8%  |
| MT                           | 142   | 108            | 76,1%  | 138    | 97,2%  |
| PR                           | 399   | 328            | 82,2%  | 387    | 97,0%  |
| MG                           | 853   | 714            | 83,7%  | 825    | 96,7%  |
| SP                           | 645   | 572            | 88,7%  | 623    | 96,6%  |
| RS                           | 497   | 474            | 95,4%  | 478    | 96,2%  |
| SE                           | 75    | 64             | 85,3%  | 72     | 96,0%  |
| PE                           | 185   | 136            | 73,5%  | 177    | 95,7%  |
| SC                           | 293   | 260            | 88,7%  | 272    | 92,8%  |
| AL                           | 102   | 48             | 47,1%  | 91     | 89,2%  |
| MA                           | 217   | 143            | 65,9%  | 192    | 88,5%  |
| PB                           | 223   | 137            | 61,4%  | 193    | 86,5%  |
| RN                           | 167   | 85             | 50,9%  | 144    | 86,2%  |
| Total                        | 5.565 | 4.623          | 83,1%  | 5.345  | 96,0%  |

Fonte: FOLHA DE S.PAULO. **PT se organiza em 96% dos municípios.** São Paulo, 13 out. 2003, p. A6.

De fato, pode-se argumentar que os números de 2003 ainda refletiam a euforia pela eleição de Lula, dissipada após as sucessivas crises enfrentadas pelos petistas desde então. No entanto, levantamento recente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirma a tendência de crescimento ao apontar o PT como o campeão de filiações no ano de 2007, com aproximadamente 108 mil novos filiados.

Pelos cálculos do TSE, em 2007 o partido era o quarto maior do país, com um total de 1.156.247 militantes, atrás apenas de PMDB, PP e PSDB.<sup>108</sup>

Do mesmo modo, ainda no auge do escândalo do “mensalão”, pesquisa de opinião realizada pelo instituto *Datafolha* trazia o Partido dos Trabalhadores na liderança do *ranking* de preferência partidária no Brasil, com 16% das respostas, exatamente o dobro do índice obtido pelo PMDB, segundo colocado. Embora registrasse naquele momento uma queda significativa no número de simpatizantes petistas em relação ao ano anterior (24%), a pesquisa indicava que crise enfrentada pelo PT não resultou no aumento da preferência dos eleitores por outros partidos. Se somados, os percentuais de PMDB (8%), PSDB (5%) e PFL (4%) praticamente empatavam com a preferência desfrutada pelos petistas no final de 2005.<sup>109</sup> Num cenário bastante diferente, em agosto de 1989, o *Datafolha* mostrava o PT como partido preferido por apenas 6% do eleitorado nacional, contra 12% do PMDB, então primeiro colocado. De 1991 em diante, o PT passou a obter regularmente índices superiores a 11%, empatando com o PMDB entre 1996 e 1998. O partido assumiu o primeiro lugar nas pesquisas em fevereiro de 1999, quando alcançou 15% das preferências; o PMDB seguia com 12% na época.<sup>110</sup>

Tendo em vista a escassa atração exercida pelos partidos políticos no Brasil, os índices colecionados pelos petistas são notáveis. Afinal, os números demonstram consistência no apoio recebido pelo PT mesmo com denúncias, escândalos e crise. Aliás, vale dizer, a carência de legitimidade dos partidos parece apenas refletir os altos índices de questionamento à democracia registrados no Brasil<sup>111</sup>, como de resto em toda América Latina.<sup>112</sup>

---

<sup>108</sup> Conforme dados publicados pela *Folha de S.Paulo*, no final de 2007 apenas o PMDB tinha mais de 2 milhões (2.096.211) de filiados. O PP vinha em segundo, com 1.279.311, e o PSDB em terceiro, com 1.196.881 filiados. Em quinto estava o PDT (1.020.309) e o PFL, com cerca de 996 mil filiados, ocupava a sexta posição. O levantamento do TSE excluiu do comparativo o PR, que surgiu em 2006 da fusão do PL com o Prona. FOLHA DE S.PAULO. **PT é campeão de filiações no ano de 2007, aponta TSE**. São Paulo, 3 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0301200811.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>109</sup> Segundo a pesquisa realizada entre 13 e 14 de dezembro de 2005, PP, PDT e PTB obtiveram 1% das respostas. Outros partidos foram citados por 3% dos entrevistados; 2% citaram nomes ao invés de partidos e 59% disseram não ter preferência por nenhum dos 27 partidos brasileiros registrados no TSE. FOLHA DE S.PAULO. **No ano de sua maior crise, PT perde 1/3 dos simpatizantes**. São Paulo, 26 dez. 2005, p. A4.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> De acordo com o *Latinobarometro*, houve uma queda de três pontos percentuais no apoio dos brasileiros à democracia em apenas um ano, passando de 46% (2006) para 43% (2007). Nesse quesito, o Brasil estava à frente apenas de Guatemala (32%), Paraguai (33%), Honduras (38%) e El Salvador (38%). Em relação à satisfação dos brasileiros com a democracia a oscilação foi ainda maior: apenas 30% dos entrevistados em 2007 se declararam satisfeitos, contra 36% registrado no

Eis o problema, pois, se por um lado, o petismo é amplamente questionado, posto realmente em xeque, dado o descompasso entre as referências passadas e as atuais mobilizadas pelo PT; por outro, a partir da análise de dados eleitorais e mesmo com base nos percentuais oferecidos pelas pesquisas de opinião, se nota o vigor demonstrado pelas bases do Partido dos Trabalhadores quando comparado aos demais partidos brasileiros. Convém, portanto, estabelecer um diálogo – ainda que breve – com o campo das investigações empíricas, uma vez que estas expõem um quadro distinto à noção de morte ou esgotamento, por exemplo, indicando certa vinculação entre passado e presente na trajetória do partido, bem como sugerem a percepção de uma série de elementos basilares do comportamento político revelado pelos petistas.

Nesse sentido, o exame do conciso artigo de David Samuels sobre os dados eleitorais brasileiros de 2002, *As bases do petismo*<sup>113</sup>, pode ser exemplar. Primeiro, porque Samuels reafirma a existência do petismo, e depois, porque a confirmação de algumas de suas hipóteses contradiz uma série de imagens construídas durante décadas em torno dos petistas.

Para David Samuels, a relevância do PT é um fato incontestável.<sup>114</sup> Logo: “[...] O que define um petista? Que fatores estão associados ao petismo? [...]”; indagava

---

ano anterior. Empatados, guatemaltecos e brasileiros eram superados em descontentamento somente pelos paraguaios, que registravam rastos 9% de satisfação com a democracia. LATINOBAROMETRO. **Informe Latinobarometro 2007. Banco de datos en línea.** Santiago, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>112</sup> O apoio à democracia na América latina tem flutuado entre 58% no ano de 1995, 63% em 1997, 48% em 2001, para alcançar 54% no ano de 2007, no entanto, alguns países registraram quedas significativas. Em El Salvador e Honduras, por exemplo, o índice de apoio à democracia caiu 13 pontos percentuais em apenas um ano, passando de 51% (2006) para 38% (2007). Argentina e Chile também acusaram forte queda, de 11 e 10 pontos percentuais respectivamente. Em 2006, 74% dos argentinos apoiavam a democracia, em 2007, eram cerca de 63%. No Chile, o apoio passou de 56% (2006) para 46% (2007). Ainda de acordo com o relatório do Latinobarometro, o índice de indiferentes – isto é, dos que acreditam que tanto faz um regime democrático ou autoritário – acusava 20% em 2007, enquanto 17% diziam que, em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível. A satisfação dos latino-americanos com a democracia oscilou de 38% (2006) para 37% (2007). *Ibidem*.

<sup>113</sup> SAMUELS, D. As bases do petismo. **Opinião Pública**. v. 10, n. 2, Campinas, out. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762004000200002&script=sci\\_arttext&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762004000200002&script=sci_arttext&lng=pt)>. Acesso em: 12 mar. 2006.

<sup>114</sup> Samuels resumia assim a situação em 2003: “[...] cerca de dois terços dos brasileiros não expressam preferência partidária, cerca de um em cada quatro brasileiros expressa preferência partidária pelo PT e um em cada dez expressa preferência por um dos outros partidos. A distribuição do partidarismo é, portanto, altamente enviesada. Por exemplo, PFL, PMDB, PTB e PSDB, quatro dos maiores partidos do centro e da direita do espectro político brasileiro, obtiveram 45,7% dos votos nas eleições legislativas [de 2002], mas somente 10,2% dos brasileiros manifestam uma preferência por algum desses partidos. Deste modo, embora existam vários partidos eleitoralmente fortes no país, a identificação partidária é relativamente fraca para todas as organizações, exceto para o PT”. *Ibidem*, p. 3.

para constatar em seguida: “[...] No momento, sabemos muito pouco sobre as bases de apoio ao petismo [...]”.<sup>115</sup>

Apontando para a ausência de estudos recentes sobre as bases eleitorais do PT, Samuels examinava as principais justificações empregadas na investigação das bases eleitorais do partido. Em geral, dizia, os estudos anteriores indicavam os petistas como sendo diferentes dos demais brasileiros: por se identificarem como sendo de esquerda; por se apresentarem mais instruídos e politicamente conscientes do que a média; por acreditarem que a participação do indivíduo na política pode fazer diferença; por estarem muito mais envolvidos em ações política e sociais do que os outros; e por colocarem em prática o objetivo declarado do PT de “movimentar as bases”, ou seja, os atores que não pertencem à elite, para transformar a sociedade brasileira.

A partir daí, Samuels se dedicava a identificar qual seriam as bases do apoio ao PT, lançando, para tanto, seis hipóteses: “[...] Nossa primeira hipótese sugere que o petismo está associado a certas classes trabalhadoras [...]”; isto é, que os setores de “mão-de-obra especializada” deveriam estar positivamente associados com o petismo, enquanto setores “militar/policial” e “pequena burguesia” deveriam apresentar uma associação negativa. A segunda hipótese de Samuels examinava se uma avaliação retrospectiva do governo Fernando Henrique Cardoso está relacionada com o petismo. A terceira, buscava associar avaliações afetivas sobre Lula feitas pelos cidadãos com o fato de serem ou não petistas. A quarta hipótese averiguava se o auto posicionamento ideológico dos eleitores também deveria afetar sua identificação partidária. A quinta hipótese lançada por Samuels verificava se a adesão ao PT corresponderia ao pertencimento a certas categorias ou grupos sociais; estas diferenciadas segundo crença, raça, gênero ou geração. Por fim, dizia: “[...] podemos também lançar a hipótese de que é mais provável que eleitores de classe média sejam petistas [...]”.<sup>116</sup>

Além dessas hipóteses, Samuels evocava para teste outros elementos, entendidos por William Nylen<sup>117</sup> como os principais atrativos eleitorais do partido. Primeiro, o esforço para diminuir as desigualdades sociais e econômicas. Segundo,

---

<sup>115</sup> Ibidem.

<sup>116</sup> Ibidem, p. 4-5.

<sup>117</sup> NYLEN, W. The Making of a Loyal Opposition: The Worker's Party (PT) and the Consolidation of democracy in Brazil. In KINGSTONE, P. e POWER, T. J. (edits.). **Democracy in Brazil: Actors, Institutions, and Processes**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000, p. 126-143 apud SAMUELS, D. op. cit.

que os partidários do PT apresentam um grau menor de apoio às práticas políticas clientelistas do que os outros brasileiros e que também mostram um nível menor de apoio ao conceito do “rouba-mas-faz”. Depois, que os brasileiros que apóiam a liberdade de expressão política e que apresentam visões menos hierárquicas da sociedade têm maior probabilidade de serem petistas, assim como os brasileiros social e politicamente engajados. E finalmente, que o petismo deveria estar associado a uma crença maior na eficácia da participação política, ou seja, na probabilidade de que esta participação traga mudanças.<sup>118</sup>

Com base nos resultados sobre renda e classificação de emprego extraídos do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), ano 2002-2003, Samuels sublinhava inicialmente as variáveis classificadas por ele como “*não* estatisticamente significantes”. De acordo com Samuels, os resultados indicavam que a classe socioeconômica não está diretamente relacionada ao petismo. E também: “[...] talvez com alguma surpresa, que os resultados de todas as outras ‘categorias sociais’ – raça, gênero, religião e idade – não apresentam relação com o petismo [...]”. Assim, admitia Samuels: “[...] embora tenhamos sugerido que a filiação religiosa poderia estar relacionada ao petismo, não é verdade que os católicos sejam mais petistas e que os evangélicos menos [...]”.<sup>119</sup>

Os resultados também não confirmavam as principais linhas de atração do PT identificadas por Nylen. Segundo Samuels, o atrativo do PT de reduzir a desigualdade socioeconômica não se reflete nos resultados de regressão; ou seja, o desejo de maior influência do governo na economia e maior regulamentação desta, bem como o apoio ao nacionalismo econômico *não* estão associados ao petismo. Além disso, afirmava Samuels, os brasileiros que: “[...] se opõem às práticas clientelistas e ao *rouba-mas-faz* não apresentam maior probabilidade de serem petistas [...]”. Por fim, concluía: “[...] os brasileiros que apóiam a liberdade de expressão política e que têm idéias menos hierárquicas da sociedade também não demonstram maior probabilidade de serem petistas [...]”.<sup>120</sup>

Em contrapartida, seguindo os termos propostos por Samuels, as variáveis “estatisticamente significativas” sugeriam que as bases do petismo estavam nos eleitores que tinham uma opinião negativa sobre o governo FHC; uma opinião

---

<sup>118</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>120</sup> Ibidem.

positiva sobre Lula; uma auto-identificação de esquerda; um maior grau de escolaridade e conhecimento político; uma crença na eficácia da participação política; e um desejo de agir com base em suas crenças, envolvendo-se muito em atividades políticas eleitorais e não-eleitorais. Para Samuels, os fatores fundamentais que definiam os petistas pareciam estar relacionados ao: “[...] desejo de ‘transformar a cultura paternalista do Brasil via participação política das não-elites e seu empoderamento’”.<sup>121</sup>

Valendo-se desses dados, Samuels passava a destacar então a “importância relativa” das “variáveis significantes”, observando que a variável mais importante que surge em termos do impacto sobre ser petista é a opinião sobre Lula<sup>122</sup>; e que a segunda mais importante era o posicionamento ideológico esquerda-direita. Daí a dúvida: “[...] Qual é a importância relativa para o petismo do auto-posicionamento esquerda-direita e das simpatias personalistas por Lula? [...]”. Samuels sustentava que, se comparado aos outros grandes partidos brasileiros, a importância da ideologia era particularmente relevante no caso do petismo<sup>123</sup>, contudo, afirmava: “Os cenários revelam que a opinião sobre Lula tem muito mais influência sobre o petismo de um brasileiro do que sua identificação como esquerdista ou não [...]”; isto é, o: “[...] personalismo tem um impacto maior do que a ideologia em termos das bases do petismo [...]”. Mas Samuels atenuava o resultado, enfatizando que: “[...] podemos prever se alguém é petista quase 80% das vezes, mesmo *sem* a resposta do entrevistado sobre Lula *ou* seu posicionamento ideológico! [...]”.<sup>124</sup> Desse modo, concluí, embora o: “[...] personalismo desempenhe realmente um papel importante na formação do petismo, este papel é muito mais limitado do que para os outros partidos [...]”.<sup>125</sup>

Isto não implicava em desconsiderar a importância para o petismo da popularidade de Lula. Ele continua a ser o único líder petista que pode atrair um

---

<sup>121</sup> Ibidem.

<sup>122</sup> De acordo com Samuels, os resultados indicavam que a: “[...] predileção aumenta quase 65% para um brasileiro que dá nota 10 a Lula numa escala de 0 a 10, em comparação com quem dá nota 5 na mesma escala. Este resultado não surpreende, tendo em vista nossa expectativa de que quem gosta de Lula provavelmente seja petista [...]”. Ibidem, p. 9.

<sup>123</sup> Segundo Samuels: “[...] o auto-posicionamento esquerda-direita mostrou-se irrelevante para o partidário no que tange a partidos como PFL, PMDB e PSDB, significando sua importância apenas para o PT”. Ibidem, p. 11.

<sup>124</sup> Nas palavras de Samuels: “[...] não é possível prever partidário para *nenhum* dos outros grandes partidos do país com tanta precisão quanto é possível para o PT e que o personalismo desempenha um papel muito mais importante em relação aos outros partidos do que ao PT [...]”. Ibidem, p. 11.

<sup>125</sup> Ibidem.

número de adeptos bem maior do que o partido, lembrava Samuels. Assim, constatava, o PT ainda não está inteiramente livre de sua conexão a único líder político, como acontece nos EUA, por exemplo. De acordo com Samuels, uma: “[...] questão fundamental para futura pesquisa é o grau em que o personalismo continuará a ser um elemento da identificação partidária com o PT”.<sup>126</sup>

Em todo caso, frisava Samuels: “[...] A ideologia de esquerda, que o próprio partido abandonou em larga medida, tem uma influência muito limitada na identificação dos brasileiros com o PT [...]”. O petismo também não mostrava uma relação clara com determinadas políticas públicas, nem com classes sociais. Samuels entendia que se o petismo fosse principalmente uma função dessas três variáveis (ideologia, políticas e classe), o crescimento do PT poderia ficar seriamente limitado. Afinal, argumentava, muitos brasileiros possuem posturas ideológicas fracas, têm pouco conhecimento sobre políticas específicas e não têm uma consciência de classe clara.<sup>127</sup>

Segundo Samuels, tais características sugeriam que o petismo representava antes uma transformação cultural na sociedade brasileira do que uma clivagem de classe ou uma distinção baseada em posições políticas específicas. Nesse sentido, o petismo parecia atravessar, até certo ponto, classes e categorias sociais. A única “categoria social” associada ao petismo era o nível de escolaridade. Samuels via a educação: “[...] associada a um desejo de obter conhecimento político que, por sua vez, está associado ao desejo de se envolver em política e com uma crença na ação individual [...]”.<sup>128</sup>

Portanto, para David Samuels, os petistas diferem dos outros brasileiros em aspectos específicos: “[...] eles diferem no fato de que apresentam maior probabilidade de *agir* de modo diferente dos outros brasileiros [...]”; isto é, os petistas agiriam como se fossem contrários às formas tradicionais de política como o clientelismo e como se não apoiassem normas culturais brasileiras tradicionais. Embora não diferenciem substancialmente dos demais brasileiros por suas posições sobre políticas públicas ou seu apoio ou oposição ao clientelismo ou ao “rouba-mas-faz”, os petistas se destacam porque: “[...] não somente acreditam que a participação

---

<sup>126</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>127</sup> Ibidem.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 13.

individual na política pode fazer diferença como tendem a agir com base nesta crença [...]”<sup>129</sup>.

As conclusões de Samuels deixam algumas dúvidas e uma certeza.

O petismo prescinde de ideologia, políticas e classes? Adotar essa premissa como verdadeira significa romper com praticamente tudo o que foi escrito até hoje sobre o Partido dos Trabalhadores, seus militantes e sua cultura política. Significa admitir que petismo não é sinônimo de socialismo, social-democracia ou trabalhismo, ou sequer uma expressão avançada da classe operária e de seus “novos atores”. O petismo também não teria nada de democracia participativa e o “modo petista de governar” não passaria de ficção. Os petistas não seriam voluntários apaixonados por uma grande causa, tampouco portadores de uma ética imaculada. O que impressiona é a convergência destes termos com a realidade recente dos fatos.

O personalismo de Lula é decisivo para a existência do petismo? Nem mesmo Samuels conseguiu responder satisfatoriamente esta questão, lembrando que sua análise se referia aos dados eleitorais de 2002. Com os resultados de 2004 e 2006 em mãos, talvez seja possível atribuir maior importância do personalismo encarnado em Lula nos destinos do petismo.

Mas assumir o papel desempenhado pelo “lulismo” – Samuels não cita o neologismo em nenhum momento – implica em tomá-lo como substituto do petismo? O “lulismo” representaria a supressão do petismo?

Caso as respostas sejam afirmativas, caberia aos analistas anotar a data do ocorrido e aos petistas retificar depoimentos e documentos anteriores.<sup>130</sup> Novamente, os fatos parecem dar razão ao argumento; também aqui o mundo real se impõe sem piedade e o que então era sólido se desmancha no ar.

O petismo representa uma transformação cultural na sociedade brasileira?

---

<sup>129</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>130</sup> Apenas dois rápidos exemplos. Dizia Carlito Maia, com grifos nossos: “[...] E o nosso companheiro nº 1, Lula, inspirador e fundador do partido (*que não é do Lula, ele é que é do PT*) já avisou: no Congresso – é proibido proibir [...]”. MAIA, C. Uma vez PT, sempre PT. **Linha Direta**, São Paulo, 1988. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1090>>. Acesso em: 10 jan. 2008. Em 1982, os petistas afirmavam: “[...] não admitimos que a plataforma democrática do PT seja usurpada por aqueles que querem atrelar o Partido a seus interesses individuais, tornando-o um mero trampolim para suas pretensões eleitorais. Nem aceitamos que o Partido seja manipulado por aqueles que o consideram meramente tático e que se enganam ao pensar que poderão usar o nosso espaço partidário como balcão de mercadorias, negociando suas candidaturas em proveito de propostas e programas que não são os nossos [...]”. PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, 1982. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/pt25anos/index.html>>. Acesso em: 25 abr. 2008.



Bem, se o petismo prescinde de ideologia, políticas e classes, e tem sua existência associada ao personalismo exercido por Lula, qual seria a transformação cultural? Sem idéias, programas e atores sociais específicos, vinculado à figura de um líder carismático, qual seria a novidade estampada no petismo?

Para Samuels, a inovação estava no “modo de agir” dos petistas, como se fossem contrários às formas políticas e normas culturais brasileiras tradicionais. Valorizam a participação individual e agem com base nesta crença.

A partir desta conclusão de Samuels, resta saber se o “modo de agir” petista é capaz de responder por uma transformação cultural na sociedade brasileira; aliás, uma cultura política pode ser definida apenas com base na aferição de determinado comportamento político-cultural? A resposta afirmativa a esta última questão oferece um precedente metodológico oportuno e promissor, que merece ser explorado mais adiante.

As bases eleitorais do Partido dos Trabalhadores são suficientes para validar hipóteses sobre a natureza do petismo? Muito embora as hipóteses confirmadas por Samuels apresentem elementos significativos do comportamento político registrado pelos eleitores do PT, cumpre perguntar se tais elementos seriam suficientes para afirmar a existência do petismo como um fato irrefutável.

No mesmo sentido, seria correto dizer que todos os eleitores do PT são petistas, logo, portadores da cultura política do partido? Variáveis estatísticas comportam e explicam os regionalismos?

Muitas dúvidas e uma certeza: o petismo existe. Afinal, como explicar as expressivas votações e os índices referentes à identificação partidária colecionados pelos petistas?

Talvez a ênfase no comportamento dos petistas tenha levado Samuels a concluir o petismo como uma transformação cultural *na* sociedade brasileira – denunciando uma força que os petistas simplesmente não têm –, quando, na verdade, o petismo parece refletir uma mudança político-cultural *da* sociedade brasileira. Em outras palavras, se contrabalançados os fatores próprios aos petistas e aqueles relativos ao conjunto social brasileiro, é possível pensar o petismo nos termos de uma tradução monográfica e específica da cultura política do Brasil, registrada desde finais da ditadura militar, avançando durante a transição e consolidação democrática.

Uma variável dotada de terreno próprio, interconectada com as dimensões da política e da cultura. Para tanto, é preciso admitir que as determinações a serem levadas em conta não dizem respeito apenas aos cálculos aritméticos e escrutínios eleitorais, senão ao processo histórico.

Convém portanto recuperar para análise do petismo seus atores, motivações e influências originais.

## 2.3 Raízes do petismo

Se tomada ao pé da letra, a relação dos primeiros signatários<sup>131</sup> do *Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores* pode induzir o pesquisador ao erro. Isto porque a listagem aproxima em demasia as raízes do petismo das influências exercidas pelas esquerdas – armada e trotskista –, pelos intelectuais ou mesmo pelo cristianismo social na iniciativa de lançamento do partido. Não que tais influências não tenham existido e deixado suas respectivas marcas na cultura política do Partido dos Trabalhadores; sim, existiram e marcaram.

Contudo, seguindo a lista “oficial” dos “primeiros petistas”, nota-se que os atores originais do petismo permanecem incógnitos, quando, na verdade, todos sabem que os chamados “novos sindicalistas” foram os legítimos criadores do PT. Legítimos, porque respaldados por amplos movimentos grevistas, que, organizados a partir do “novo sindicalismo” praticado no ABC paulista, assumiram dimensões nacionais entre 1978 e 1980 – em boa medida, tais movimentos contribuíram para corroer ainda mais as já desgastadas bases de sustentação do regime militar –, culminando na criação do PT, em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1984. Logo, a presumida ausência dos “novos sindicalistas” na primeira relação de signatários do PT não deve impedir a correta identificação de onde estão situadas as origens do petismo, isto é, no “novo sindicalismo”, aqui tratado por *sindicalismo autêntico*.<sup>132</sup>

---

<sup>131</sup> Eis os primeiros signatários do *Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores*, em 10 de fevereiro de 1980: “Mário Pedrosa, fundador do seminário *Vanguarda Socialista*, em 1945; Manoel da Conceição, líder camponês do Nordeste; Sérgio Buarque de Holanda, historiador; Lélia Abramo, atriz; Moacir Gadotti, em nome do educador Paulo Freire; e Apolônio de Carvalho, respeitado militante da esquerda, combatente nas Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola”. PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. 1ª reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 64.

<sup>132</sup> O termo “novo sindicalismo” é adotado pelos petistas e pela maioria absoluta dos estudos dedicados àquele sindicalismo praticado durante os anos 70, a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo. No entanto, para as pretensões desta análise sobre o petismo a expressão *sindicalismo autêntico* parece mais oportuna, essencialmente, por dois motivos: 1) fora pronunciada por seus próprios protagonistas, no mesmo instante em que pipocavam greves no ABC, ou seja, dita pelos atores em cena, no calor do ato – assim terminava uma entrevista de Lula à *Folha de S.Paulo*, publicada em 24 de setembro de 1978: “Acho que as autoridades deveriam levar a sério os dirigentes sindicais autênticos [...] deveriam dialogar com os dirigentes autênticos, porque não nos interessa enganar nem o governo nem nossas bases”; e 2) a expressão *sindicalismo autêntico* permite estabelecer uma certa vinculação daquela prática sindical com a postura política dos emedebistas “autênticos” – grupo surgido do “Bloco Parlamentar Nacionalista”, no início da legislatura de 1970 na Câmara Federal, criado para marcar diferença em relação ao “moderados” e “adesistas” do MDB, isto é, “fazer uma oposição real, ‘autêntica’, ao regime militar [...] através de uma prática política mais contundente [...] e não uma

Até porque o reconhecimento explícito deste fato já havia sido oficialmente proferido pelos dirigentes sindicais, antes mesmo da constituição formal do PT e da existência de seu *Manifesto de Lançamento*. Na *Carta de Princípios*, de 1º de maio de 1979, os sindicalistas tentavam afastar a pecha de “donos do PT” e alegavam: “[...] Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores [...]”. No entanto, os próprios dirigentes sindicais admitiam: “[...] Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT”.<sup>133</sup>

Na trilha aberta pela *Carta de Princípios*, a vasta literatura dedicada aos petistas também buscou relacionar os dirigentes sindicais autênticos ao papel de insubstituíveis lançadores do PT; salvo algumas exceções.<sup>134</sup> Num raro momento de quase-consenso, estudos conduzidos sob diferentes enfoques e instrumentais convergem quando se trata de apontar o sindicalismo surgido no Grande ABC como a matriz original do Partido dos Trabalhadores. Convém, portanto, observar brevemente como se comportam algumas dessas interpretações para, em seguida, analisar com mais clareza as principais características daquele sindicalismo autêntico, possivelmente incorporadas ao petismo.

Rachel Meneguello entendia a formação do PT como a iniciativa de uma organização autônoma pelas classes trabalhadoras em busca de inserção no mercado político. De acordo com a autora de *PT: a formação de um partido*, a iniciativa dos trabalhadores representava “certa novidade” perante uma: “[...] história

---

oposição consentida”. Para a entrevista de Lula: Cf. SILVA, L. I. **Lula – Entrevistas e Discursos**. São Paulo: ABCD Cultural, 1980, p. 140. Para a trajetória do Movimento Democrático Brasileiro, especificamente sobre o surgimento dos “autênticos”: Cf. MOTTA, R. P. S. **Partido e Sociedade – A trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997, p. 141.

<sup>133</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. op. cit., p. 50.

<sup>134</sup> Numa delas, Luís Mir afirma: “Vamos nos debruçar a partir daqui na epistemologia histórica do mais arriscado feito político e social do Estado religioso católico (como CNBB) em toda a sua atuação na história brasileira: Partido dos Trabalhadores/ movimentos sociais/Central Única dos Trabalhadores, uma trindade clerical-sindical em formato de partido político e central sindical, fundados em tempos diferentes, mas que confluíram para um só projeto político-religioso no final dos anos 1980”. MIR, L. **Partido de Deus**. Fé, Poder e Política. São Paulo: Alaúde Editorial, 2007, p. 347. Noutra, o reacionário filósofo Olavo de Carvalho constata: “Tem pessoas aí que, se você [lhes disser] que o PT é um partido comunista, dirão que você está maluco, porque o PT jamais fala isso em público. Então, eu digo: leiam as atas dos congressos do PT, leiam o material interno do PT, que não é secreto, e vocês verão que as decisões, a estratégia, tudo é exatamente igual a todos os partidos comunistas do mundo”. CARVALHO, O. **Petismo e Revolução Armada**. Entrevista à Rádio Gaúcha. Porto Alegre, 21 ago. 2000. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/textos/petismo.htm>>. Acesso em: 3 ago. 2006. E ainda que as interpretações tenham lá seus méritos, especialmente no caso de Mir, ambas beiram à esquizofrenia.

predominantemente marcada pela manipulação dos políticos populistas [...], conferindo cores mais legítimas ao processo de reestruturação da representação dos interesses da nação [...]”. Segundo Meneguello: “[...] o que explica a novidade é, sobretudo, a ruptura com os padrões de organização partidária conhecida no país”.<sup>135</sup>

Diante dos escândalos recentes, porém, Rachel Meneguello voltou atrás e ponderou: “Ao chegar na fase madura de vida, em que detém o poder nacional, o Partido dos Trabalhadores mostra que não é imune às imposições do jogo entre partidos, da competição política e do exercício do poder [...]”. Em outras palavras, Meneguello entendia que a experiência do PT no governo nacional está mostrando os limites claros daquela original inovação partidária, o que, segundo ela: “[...] põe fim ao ciclo original de vida do PT [...]”. Para Rachel Meneguello, foi-se o tempo em que o partido desafiava com: “[...] fórmulas inovadoras a lei de ferro das oligarquias partidárias”.<sup>136</sup>

Isto significa dizer que não há mais novidade alguma a ser explorada no Partido dos Trabalhadores, ou então, que aquela organização autônoma dos trabalhadores, expressa na atuação do sindicalismo autêntico, perdera sua relevância histórica exatamente ao chegar na fase madura, em que detém o poder nacional. De fato, é bem provável que hoje não haja mesmo qualquer novidade no PT ou que o ciclo original do partido tenha realmente chegado ao fim; impressões que somente o tempo poderá confirmar. Ao historiador cabe questionar se a ruptura com os padrões de organização partidária, apontada como explicação da novidade contida na formação do PT, não fora hiper-dimensionada pela autora, pelos próprios petistas e por tantos outros analistas do partido.<sup>137</sup> De todo modo, cumpre destacar o apontamento de Meneguello no que diz respeito à presença determinante do

---

<sup>135</sup> MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 15.

<sup>136</sup> MENEGUELLO, R. Problemas de Organização. **Teoria e Debate – Urgente**. 30 jul. 2005. Disponível em: <[http://www.fpabramo.org.br/especiais/tdurgente/artigos/especial\\_td\\_artigo\\_rachel.htm](http://www.fpabramo.org.br/especiais/tdurgente/artigos/especial_td_artigo_rachel.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>137</sup> Sobre este aspecto, as palavras de Moacir Gadotti e Otaviano Pereira são exemplares, porque didáticas: “Como surgiu de um momento político novo e de uma experiência política, de profunda resistência, assim como de uma original ruptura histórica com a antiga e viciada política paternalista sobre a classe trabalhadora, o PT sente que se tornou o primeiro partido nacional a assumir-se publicamente – uma posição que não tem receio algum de sustentar – como o primeiro canal legítimo de representação política de uma classe social [...]”; e por aí vai. GADOTTI, M. e PEREIRA, O. **Pra que PT. Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 25.

sindicalismo autêntico no gesto de criação do Partido dos Trabalhadores, ainda em 1989, para ela, uma novidade portadora de uma ruptura.

Moacir Gadotti e Otaviano Pereira foram além. No “semi-oficial” *Pra que PT – origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*, Gadotti e Pereira começam a explicar “o que É o Partido dos Trabalhadores” assim: “[...] Para escaparmos da definição simplista, acabada, dogmática ou doutrinária, vejamos como o PT surgiu e como foi se definindo historicamente [...]”. No parágrafo seguinte, após o sub-título “2.1. Lula e as origens do PT”, Gadotti e Pereira prosseguiam: “[...] Em 1978, Luís Inácio da Silva, com 32 anos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo há três anos, ainda não pensava na criação de um partido político [...]”.<sup>138</sup>

Numa tacada, os autores não somente reconheciam a experiência sindical de São Bernardo do Campo como o embrião do PT, como ainda vinculavam a figura de Lula às origens do partido. Gadotti e Pereira praticamente reservavam ao então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos a honraria de “criador” do PT, inclusive, contradizendo palavras anteriores: “[...] a nenhum segmento de classe cabe o privilégio de dizer: somos criadores do PT, somos ‘donos’ do PT, porque fomos nós que o imaginamos desde o início etc”.<sup>139</sup>

E diziam mais à frente, justificando o fato de Lula ter se confessado “apolítico” na célebre entrevista ao *Pasquim*: “A consciência política de Lula parece seguir a mesma trajetória e o mesmo ritmo da própria classe trabalhadora da década de 1970 [...]”. Segundo eles, ambos – Lula e os trabalhadores – superaram simultaneamente o apartidarismo pela tomada de consciência da necessidade de participar da organização partidária e intervir decididamente na construção de uma sociedade sem exploradores. Para Gadotti e Pereira, isso Lula: “[...] não aprendeu nos livros, mas com o movimento sindical do final da década de 70. Cresceu com ele [...]”; e emendavam essa: “[...] ele diz ler muito pouco. Na verdade, lê muito. Esta é uma falsa imagem difundida, entre outros, por Luís Carlos Prestes [...]”.<sup>140</sup>

Ora, como conceber que o “criador” de uma obra política com tamanha magnitude – tal como era apresentado o gesto de criação do PT – se declarasse

---

<sup>138</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>139</sup> Com a comprometedoras ressalva logo na seqüência: “Ainda que tenha surgido num momento histórico em que as greves metalúrgicas do maior parque industrial da América Latina punham em xeque o regime ditatorial militar pós-64”. Ibidem, p. 16

<sup>140</sup> Ibidem, p. 21.

“apolítico”? Impossível. Daí que, seguindo o ritmo dos trabalhadores, Lula tenha superado a primeira posição, apartidária, pela tomada de consciência; aliás, os autores se dedicam mesmo a decifrar qual teria sido o momento daquela passagem<sup>141</sup>: “[...] Pelas muitas declarações de Lula, parece que a mudança de posição em relação à oportunidade de criação do PT deu-se no início da primavera [de 1979] [...]”.<sup>142</sup>

Isso seria cômico, se não fosse trágico.

Ainda assim, chama a atenção o fato de Gadotti e Pereira sublinharem a tomada de consciência de Lula como algo correspondente ao movimento sindical do final da década de 70 e não aos livros, reforçando nas entrelinhas que política se aprende na prática. De outro modo, numa crítica destinada aos comunistas de modo geral – e não apenas ao ex-secretário geral do PCB –, a denúncia da falsa imagem difundida por Prestes parece ser mais uma tentativa pueril de se eximir o “criador” do PT de eventuais – às vezes notórias – lacunas; procedimento este convertido pelos petistas numa espécie de clausula pétrea em seu código de conduta, diga-se. Por fim, ao observar a leitura oferecida por Gadotti e Pereira, resta indagar se haveria maneira mais simplista, acabada, dogmática ou doutrinária de se narrar as origens de um partido. Ainda mais daquele, supostamente fruto: “[...] de uma original ruptura histórica com a antiga e viciada política paternalista”.<sup>143</sup>

Margaret E. Keck ofereceu na mesma época outra interpretação, um tanto mais sóbria, se comparada com *Pra que PT*, e mais profícua, se relacionada à abordagem oferecida por Meneguello.

“[...] a existência de líderes (particularmente Luís Inácio Lula da Silva) e de uma base (Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema) não é suficiente

---

<sup>141</sup> Gadotti e Pereira não eram os únicos. O jornalista Júlio de Grammont, por exemplo, dizia em 1998, com grifos nossos: “E das greves iniciadas em 78, os trabalhadores entenderam que precisavam criar um novo e diferente partido político. Nas paralisações, os metalúrgicos perceberam que a ação sindical é limitada para a resolução de seus problemas. Era preciso uma organização maior. Era preciso assumir a luta política para chegar ao poder. Assim nascia a idéia do Partido dos Trabalhadores, já em setembro de 1978, quando Lula referiu-se à ‘criação de um partido político que representasse os trabalhadores’ [...]”. Para Grammont, a declaração de Lula bastava e assim a: “[...] estrela do PT, apesar dos que defendiam uma frente ampla [leia-se, comunistas do PCB], começava a brilhar”. GRAMMONT, J. de. Subversivos de 1978. **Teoria e Debate**. São Paulo, n. 37, fev./mar./abr. 1998. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2505>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>142</sup> GADOTTI, M. e PEREIRA, O. op. cit., p. 21.

<sup>143</sup> Ibidem.

para explicar o surgimento de tal partido [...]”; dizia a autora de *PT, a lógica da diferença*.<sup>144</sup>

Apesar dos movimentos grevistas terem experimentado sua força no final da década de 1970, afirmava Keck: “[...] os trabalhadores achavam-se ainda em grande parte excluídos – e, sob o regime militar, excluídos à força – do sistema político do Brasil [...]”. De acordo com a autora, o PT foi criado porque um conjunto de fatores combinou-se em São Paulo (incluindo-se aí a região do ABC) em um momento histórico preciso; isto é, quando as alternativas pareciam abertas e o futuro ainda não determinado. A combinação do conjunto de fatores explicava o fato de o partido ter começado em São Paulo e lá ter permanecido mais forte. Mas, continuava Keck, uma vez criado o partido, alterou-se o peso relativo de cada um dos fatores e sua: “[...] existência tornou-se o elemento mais importante para que sobrevivesse e aumentasse sua área de influência, não ficando mais restrito aos locais onde fora inicialmente mais forte [...]”.<sup>145</sup>

Dentre os fatores determinantes para a formação do PT, Margaret E. Keck destacava a preparação do terreno para o seu lançamento pela “esquerda organizada”. Vale dizer, Keck se referia especificamente aos: “[...] sete deputados da Assembléia Legislativa Estadual de São Paulo que deixaram o MDB para filiar-se ao PT no início dos anos 80 [...]”.<sup>146</sup> Segundo ela, aqueles emedebistas forneceram ao PT um apoio essencial em termos logísticos e de infra-estrutura durante o período de sua legalização. Em resumo, concluía, a: “[...] visibilidade crescente [da ‘esquerda organizada’] no plano público no final dos anos 70 ajudou a ampliar a possibilidade de que um espaço à esquerda do espectro político viesse a ser ocupado”.<sup>147</sup>

Como se nota, a versão de Keck difere substancialmente das anteriores – e de certo senso comum criado sobre origem do Partido dos Trabalhadores – por

---

<sup>144</sup> KECK, M. E. **PT: a lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991, p. 25.

<sup>145</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>146</sup> No entanto, a autora não relaciona quais seriam os parlamentares emedebistas que aderiram ao PT. De acordo com *Legislativo Paulista – Parlamentares - 1835/1998*, publicação elaborada pela Secretaria Geral Parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), seriam seis e não sete os deputados estaduais eleitos pelo MDB, em 1978, filiados ao Partido dos Trabalhadores ainda durante a legislatura 1979/1983: Eduardo Matarazzo Suplicy, Geraldo Augusto Siqueira Filho, Irma Rosseto Passoni, João Baptista Breda, Luiz Sérgio Claudino dos Santos e Marcos Aurélio Ribeiro. CALIMAM, A. A. (coord.) **Legislativo Paulista – Parlamentares – 1835/1998**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998, p. 152-153. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/w eb/legislativo/parlamento/capitulo4/parte20.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2007. Para a participação emedebista nas eleições legislativas de 1978 em São Paulo: Cf. MIYAMOTO, S. *Eleições de 1978 em São Paulo: a campanha*. In LAMOUNIER, B. (org.) **Voto de Desconfiança – Eleições e Mudança Política no Brasil: 1970/1979**. São Paulo: Vozes: Cebrap, 1980, p. 117-172.

<sup>147</sup> KECK, M. E. op. cit., p. 89-90.



entender que: a) ainda que lhe fornecesse base social, a força dos movimentos grevistas e a liderança de Lula não eram suficientes para explicar o surgimento do PT; b) a formação do partido corresponderia então a um “conjunto de fatores” combinados em São Paulo e no Grande ABC, posteriormente estendido aos outros cantos do país; c) a sobrevivência do PT exigiu dos petistas a conversão da existência do partido em elemento determinante de sua ação; e d) merece destaque a participação da “esquerda organizada” – diga-se, representada por parlamentares do MDB e não por agrupamentos egressos da fatídica resistência armada ao regime ou de frações trotskistas – no amparo logístico e, principalmente, na percepção de que o campo à esquerda do espectro político deveria ser ocupado pelo novo partido.

Em boa medida, as questões suscitadas por Keck atenuam a importância do movimento operário e das greves do ABC, trazendo à tona outros fatores igualmente determinantes para o surgimento do PT, em especial, a presença dos emedebistas em seu lançamento e a sobrevivência do partido convertida em fim pelos petistas. Contudo, a própria constatação da autora de que o PT foi criado porque um conjunto de fatores combinou-se em São Paulo – incluindo a região do ABC –, confirma a relevância dos líderes e da base social do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema na formação do Partido dos Trabalhadores, ainda que eles não explicassem *per se* o surgimento partido.

Desse modo, embora a presença de vários setores sociais e correntes de pensamento no gesto de fundação do Partido dos Trabalhadores seja amplamente reconhecida, o *sindicalismo autêntico* da década de 1970, sem dúvida, se constitui como referência consensual sobre o que pode ser considerada a espinha dorsal do partido. Portanto, a identificação de traços peculiares ao movimento sindical fabril fundador do PT pode contribuir, consideravelmente, para o esforço de compreensão histórica da cultura política do petismo.

Um dos primeiros registros sobre a natureza daquele sindicalismo praticado na região do ABC fora produzido por Luiz Werneck Vianna, ainda em 1976, portanto, antes do ciclo de greves que consagraria aquela nova expressão do movimento sindical brasileiro. Naquele ano, Vianna apresentou sua tese de doutorado ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, mais tarde publicada sob o título de *Liberalismo e sindicato no*

*Brasil*. Muito embora sejam outros os méritos do estudo<sup>148</sup>, em meados da década de 1970 Vianna já destacava uma característica fundamental daquele novo sindicalismo.

Sem paradoxos, dizia, o próprio dinamismo do capital industrial teria comprometido o equilíbrio da estrutura sindical disposta pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dando: “[...] surto a um proletariado que exige espaço livre no mercado para se movimentar, tomando o capital como interlocutor direto”.<sup>149</sup> Para tanto, Vianna citava as principais resoluções aprovadas pelo Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo em setembro de 1974, dentre as quais o reconhecimento da liberdade sindical e a revogação das restrições contidas na CLT.<sup>150</sup>

Anos depois, Luiz Werneck Vianna veria a aprovação destas resoluções como a proclamação da “República de São Bernardo”. Em dois artigos escritos no calor da greve de 1980<sup>151</sup>, Vianna sublinhava com maior nitidez os traços distintivos dos sindicatos do ABC. Eram sindicatos novos – o de São Bernardo foi criado em 1959 – , com associados sem memória coletiva, sem raízes em suas bases territoriais,

---

<sup>148</sup> Nas palavras de Maria Alice Rezende de Carvalho: “[...] *Liberalismo e sindicato no Brasil* trazia a novidade de caracterizar a passagem à ordem burguesa no Brasil como um caso de ‘revolução sem revolução’, deslançada sob a égide do Estado corporativo da década de 1930”. Segundo ela, ao: “[...] entender a imposição da estrutura burocrático-autoritária sobre o sindicalismo brasileiro como uma ordenação estatal do mercado com vistas à alavancagem do capitalismo, Werneck Vianna não deixava de evidenciar, na década de 1970, os traços de continuidade que aquele novo giro do autoritarismo político mantinha com a agenda modernizadora do ciclo autoritário precedente. Por conseguinte, o que poderia ser a obra revolucionária da burguesia já ia longe no Brasil, ainda que tributária de um programa de ação de sucessivas gerações de elites conservadoras, para cujos propósitos foram imprescindíveis a exploração política dos setores subalternos da sociedade e a intensificação das formas de controle sobre eles [...]”. CARVALHO, M. A. R. de. Prefácio – Uma reflexão sobre a civilização brasileira. In VIANNA, L. W. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 8.

<sup>149</sup> VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 288.

<sup>150</sup> “Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo, que reuniu 400 delegados de base de empresa, realizado em 8 de setembro de 1974, encerrou seus trabalhos com as seguintes conclusões, de inquestionável sentido anticomunitarista: ‘1º) Reconhecimento da liberdade sindical, nos moldes há muito existentes em grande quantidade de países, com a conseqüente revogação das restrições contidas na CLT; 2º) Formulação de uma lei básica do trabalho, encerrando os direitos principais, fundamentais e comuns a todos os trabalhadores que viviam de salários, em regime de emprego, a partir das condições mínimas hoje asseguradas; 3º) Total liberdade para o exercício do direito à Contratação Coletiva de Trabalho, que atenda às peculiaridades regionais e profissionais; 4º) Implantação e manutenção de Cursos de Capacitação Sindical, destinados a todos os associados, englobando toda e qualquer matéria que possa influenciar positivamente a vida do Sindicato e dos trabalhadores em geral’ [...]”. Ibidem.

<sup>151</sup> Os artigos *A greve do ABC e a cidadania operária* e *A unidade do 1º de maio é o caminho de futuro* foram originalmente publicados no semanário **Voz da Unidade**, São Paulo, n. 5 (de 01 a 07 de maio de 1980) e n. 7 (de 15 a 21 de maio de 1980), e, posteriormente reunidos sob o título *ABC 1980: a dura luta pela conquista da cidadania operária*, também foram publicados na revista **Tema de Ciências Humanas**, São Paulo, n. 9, 1980, p. 219-227.

estranhos em grande parte ao processo de formação da mentalidade típica num grande centro como São Paulo. Eram homens: “[...] treinados numa disciplina ainda mais dura que a dos quartéis, na cooperação para a produção que o capital eleva a seu grau maior [...]”.<sup>152</sup>

E diante de uma impiedosa rotatividade de mão-de-obra, que desestimulava a sindicalização, dizia Vianna, a primeira tarefa daqueles sindicatos foi a de assumirem sua identidade como categoria e como classe. Nesse sentido, apontava, aquele foi um sindicalismo que se quis amparar e que se amparou efetivamente no movimento operário, isto é, que ao invés de abafar e excluir a fábrica, intenção oculta das chamadas leis trabalhistas, passava a promovê-la numa unidade elementar da organização sindical e operária.<sup>153</sup> Numa palavra, resumia Vianna, os: “[...] sindicatos do ABC não se prestariam mais para canalizar as demandas operárias para dentro de aparelhos de Estado que arbitrariamente ‘harmonizariam’ os conflitos do trabalho”. Daí que sua atividade sindical se fizesse: “[...] em conflito de morte com a legislação estadonovista [...]”.<sup>154</sup>

“À vista de todos, a greve era preparada com a precisão de um produto industrial [...], tudo foi pensado com a fina exatidão do desenho industrial de uma máquina-ferramenta [...]”; referia-se Luiz Werneck Vianna à greve de 1980 [NCF1].<sup>155</sup> E completava em seguida: “[...] todos os observadores supunham que a lógica da racionalidade desse movimento seria determinada pelo cálculo e pela racionalidade da luta sindical [...]”. Veio a paralisação e a partir de então, segundo Vianna, cessou a previsibilidade e se evidenciou que por detrás da fria e articulada operação de engenharia de preparação da greve, havia expectativas, demandas e

---

<sup>152</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>153</sup> “[...] O limite para a ação coercitiva do Estado está em que ele não pode eliminar os trabalhadores das fábricas. Aí se faz o processo de valorização. Sem operário não há capital. O sindicato não é mais um prédio, um corpo de funcionários. Está nos delegados sindicais, nas comissões de empresa. Em plena greve de 1980, Lula, um dos principais estrategistas da gradual mas segura demolição e desmoralização da CLT, pôde orgulhosamente declarar, quando era iminente a declaração da intervenção nos sindicatos e as fábricas estavam vazias: ‘o sindicato é cada trabalhador’. E era [...]”. Ibidem.

<sup>154</sup> Ibidem, p. 226.

<sup>155</sup> A greve de 1980 durou quarenta e um dias. Reduzida aos metalúrgicos de São Bernardo logo na primeira semana, a paralisação prolongada teve: “[...] momentos tensos e dramáticos (como a prisão de líderes efetuada na igreja), um episódio épico na passeata dos cem mil no primeiro de maio (os manifestantes ocuparam a cidade – forçando a retirada da polícia – e reocuparam o estádio de Vila Euclides), e um final melancólico com a volta espontânea ao trabalho (quando a assembléia resolveu encerrar a greve, ela de fato já não existia). [...] Do ponto de vista econômico, a greve foi um inegável fracasso: nenhuma das reivindicações que a motivaram foram atendidas [...]”. FREDERICO, C. (org.). **A esquerda e o movimento operário 1964-1984 – A reconstrução**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, v. 3, p. 16.

aspirações, que embora não formuladas, buscavam a superfície. Como que “um certo Nordeste”, descrevia Vianna, percebido: “[...] em nomes como Severino, Zé Ribamar, Raimundo, procurasse deixar sua marca de revolta e o seu sentimento de indignação com a injustiça [...]”.<sup>156</sup>

Prevaleceu a “ética do sacrifício”, que ignorava a mediação da política e encaminhava cada reivindicação para uma solução de confronto dos trabalhadores contra o regime militar. Para Vianna, tal comportamento evidenciava desconfiar da política, o culto à espontaneidade e à classe operária como categoria abstrata, fazendo com que seus líderes: “[...] não procurassem – ao contrário, evitassem – representar a classe. A rigor desejavam *encarná-la* [...]”.<sup>157</sup>

Em *A rebeldia do trabalho*, Ricardo Antunes analisava o ciclo de greves no ABC paulista, anotando as mudanças processadas no interior do movimento grevista entre 1978-1980. De modo geral, Antunes afirmava que as paralisações metalúrgicas foram resultado da ação espontânea dos trabalhadores, isto é, um conjunto de ações deflagradas espontaneamente pelos operários, num movimento “sem direção consciente”.

Nesse sentido, afirmava, as greves metalúrgicas expressavam uma reação dos trabalhadores da indústria automobilística, verificada em questões pontuais no cotidiano das fábricas, contra processo de superexploração do trabalho, contra o arrocho salarial e contra: “[...] a base material e a superestrutura jurídico-política da autocracia burguesa [...]”. Tais características, segundo Antunes, garantiriam às greves: “[...] *nítida dimensão política* [...]”.<sup>158</sup>

Muito embora o fato de Antunes ter revisto algumas das teses expostas em *A rebeldia do trabalho* invalide um debate contemporâneo sobre as conclusões do estudo, vale a pena lembrar que uma das casualidades do ciclo grevista de 1978-1980 apontada por ele correspondia – mais fortemente na greve de 1978 – ao “estranhamento ao trabalho”, a uma certa “rebeldia” gerada pela inadequação dos trabalhadores aos novos padrões de produção da década de 1970. De qualquer modo, cumpre destacar o caráter espontâneo do movimento grevista, que, de acordo

---

<sup>156</sup> VIANNA, L. W. ABC 1980: a dura luta pela conquista da cidadania operária. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo, n. 9, 1980, p. 219-227.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 221-223.

<sup>158</sup> ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1992, p. 167.

com Antunes, prevaleceu durante todo o ciclo de greves.<sup>159</sup> E ao relacionar os motivos da derrota da greve geral metalúrgica de 1980, denunciava como causa principal a: “[...] ausência de uma direção política consciente, dotada de independência teórica e ideológica [...]”. De acordo com Antunes, foi tal ausência que: “[...] impossibilitou a visualização plena de contextualização social e política vigente, levando o movimento à derrota [...]”.<sup>160</sup>

Ao examinar a trajetória da CUT, Iram Jácome Rodrigues destacava a relevância da participação das classes trabalhadoras na democratização brasileira pós-1978. Justificando o relevo de seu objeto, Rodrigues argumentava que o impacto causado pelo novo sindicalismo na sociedade foi de tal magnitude que possibilitou a criação de um partido, o Partido dos Trabalhadores, que procura defender, no âmbito da política, os interesses mais gerais dos trabalhadores.

Para o autor de *Sindicalismo e política*, os novos sindicalistas se distinguiam do sindicalismo praticado anteriormente por terem estabelecido: “[...] uma nova relação entre capital e trabalho no Brasil [...]”. Segundo Rodrigues, uma das marcas daquele sindicalismo – inaugurado a partir das “lutas iniciadas em 1978” – estava na estratégia sindical que privilegia o conflito para chegar à negociação.<sup>161</sup>

E mais à frente, ao analisar os primeiros movimentos do que ele chamava de “nova *praxis* sindical”, Rodrigues enfatizava que mesmo nos momentos mais difíceis do regime militar, de completo fechamento político, os trabalhadores fabris: “[...] ainda que de forma isolada e esparsa, davam vazão ao seu descontentamento com relação às condições de vida e trabalho a que estavam submetidos [...]”. Em outras palavras, dizia Iram Jácome Rodrigues, foi a partir de pequenos embates no cotidiano da produção que surgiu uma forma diferenciada de sindicalismo, com: “[...] um padrão sindical mais preocupado com os trabalhadores em seus locais de trabalho e com sua organização a partir das empresas”.<sup>162</sup>

No texto *Qual é a do PT?*, Francisco de Oliveira ia direto ao ponto: “[...] essa nova classe operária não tem nenhuma cultura política socialista ou comunista, ou mesmo cultura política [...]”. De acordo com Oliveira, o regime militar cortou todas as

---

<sup>159</sup> Júlio de Grammont discordava: “Na verdade, a greve na Scania [em 12 de maio de 1978] não foi por acaso e muito menos espontânea, como estrategicamente Lula dizia na época, para ludibriar a ditadura. Foi planejada, apesar da débil organização no chão da fábrica, explicada pela completa falta de experiência em greve dos seus líderes”. GRAMMONT, J. de. op. cit.

<sup>160</sup> ANTUNES, R. op. cit., p.167-169.

<sup>161</sup> RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta: Fapesp, 1997, p. 16-17.

<sup>162</sup> *Ibidem*.

ligações entre sindicatos e partidos, mesmo os não operários, além de cortar as relações com outras experiências socialistas, como Cuba. Os militares também estimularam e produziram uma: “[...] *mass media*, de que a Globo é realmente o padrão exemplar, cuja meta principal é a produção de não-identidade de qualquer grupo ou classe social [...]”. Assim, constatava, o socialismo saiu do horizonte de qualquer discussão, de qualquer comunicação.<sup>163</sup>

Para exemplificar, Oliveira citava Lula: “[...] Luís Ignácio da Silva em seus dias iniciais, ainda no sindicato de São Bernardo, tinha no Lech Walesa caricaturado pela mídia internacional seu modelo principal: ao operário não interessa política, ao operário interessa salário [...]”. Na verdade, dizia, a caricatura adorada por Lula revelava uma completa ignorância da estratégia de longo prazo do Solidariedade polonês. Logo, concluía Francisco de Oliveira, a despolitização da sociedade operada pelo regime militar: “[...] produziu, entre outros péssimos resultados, uma nova classe operária sem cultura socialista ou comunista e mesmo sem cultura política [...]”.<sup>164</sup>

No programa *Vox Populi* (TV Cultura), exibido em maio de 1978, Lula já parecia concordar com os argumentos apresentados por Francisco Oliveira quase uma década depois.

Assim como Oliveira, Lula se referia à: “[...] uma certa divisão do movimento sindical antes de 64 e após 64 [...]”. Para ele, o: “[...] movimento sindical antes de 64 foi muito usado politicamente, fazia-se talvez muita politicalha em vez de defender realmente a categoria [...]”. A partir de 1964, dizia Lula, surgiram: “[...] alguns dirigentes sindicais, dentre os quais eu quero me incluir, que não têm compromissos políticos com quem quer que seja [...]”; eram sindicalistas: “[...] pura e simplesmente dispostos a qualquer sacrifício para a defesa da classe trabalhadora [...]”. Nesse sentido, pode-se dizer que Lula também ratificava a avaliação de Luiz Werneck Vianna sobre a desconfiança da política e a consagração da classe operária enquanto categoria abstrata; vale notar, a ausência de vínculos políticos era então

---

<sup>163</sup> OLIVEIRA, F. de. Qual é a do PT. In SADER, E. (org.). **E agora, PT?** Caráter e identidade. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 13.

<sup>164</sup> Ibidem.

saudada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo como um gesto de “coragem”.<sup>165</sup>

Na mesma entrevista, Lula antecipava ainda outro ponto mencionado por Francisco de Oliveira, a mídia de massa. No entanto, diferente de Oliveira, Lula aparentava interesse em utilizar-se dela a favor da classe trabalhadora. Acusado de estar “falando muito” e “fazendo pouco”, o sindicalista respondeu: “[...] falando já estou fazendo muito. Há milhares de dirigentes sindicais que nem isso fazem. Eu quero é que todos falem um pouco [...]”. Segundo Lula, a partir do momento: “[...] em que todos falarem um pouco, que todos venderem suas idéias, eu acredito que a classe trabalhadora marchará para uma vitória que será irreversível”.<sup>166</sup>

E meses depois, em outra entrevista, ele confirmava: “É fácil a gente entender que só vai ganhar espaço nos jornais quando você mesmo procura virar notícia, você procura tornar a classe que representa numa notícia [...]”. Não por acaso, entre 1978 e 1980, Lula concedeu dezenas de entrevistas aos mais diferentes veículos de comunicação, valendo-se, na prática, da mídia de massa, que, diga-se, se mostrava encantada com a novidade.<sup>167</sup>

Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, publicada em 4 de junho de 1978, Lula afirmava que a: “[...] única maneira de o trabalhador medir forças com a classe empresarial é com a paralisação [...]; é muito mais fácil negociar com os empresários com as máquinas paradas”. Lula atestava os termos da estratégia sindical ressaltada por Iram Jácome Rodrigues, que privilegiava o conflito para chegar à negociação, ao dizer que a classe trabalhadora tinha: “[...] como arma nas negociações, como força de barganha, a greve [...]”.<sup>168</sup> Impressão confirmada no ano seguinte. Dizia Lula na edição de 21 de fevereiro da revista *IstoÉ*: “[...] a única via que eu acho válida, [é] a

---

<sup>165</sup> Dizia Lula: “[...] não existe autonomia no sindicalismo brasileiro. O que existe é a coragem, a falta de ‘rabo preso’ de alguns dirigentes sindicais para com o governo, a classe política, os empresários e até para com a fonte ideológica [...]”. SILVA, L. I. L. op. cit., p. 55-56.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>167</sup> Ruy Mesquita, então diretor de *O Estado de S.Paulo* e do *Jornal da Tarde*, foi um dos inúmeros entrevistadores de Lula. Ao comentar a participação de Lula no programa *Vox Populi*, Mesquita dizia, com grifos nossos: “[...] [a entrevista] me revelou, para grande satisfação minha, *alguma coisa de realmente novo* neste país politicamente traumatizado há quatorze anos [...]. E o que me foi *revelado de novo* e de agradavelmente surpreendente foi justamente o fato de que, durante 14 anos de silêncio politicamente imposto, de letargia aparente, *o edifício construído sobre aquelas bases e aquelas estruturas fora aluído por um movimento que brotou espontaneamente, no seio do próprio proletariado de São Paulo, em estado de pureza, incontaminado política ou ideologicamente e que se preocupa precipuamente em manter-se rigorosamente assim*”. Ibidem, p. 99.

<sup>168</sup> Ibidem, p. 85.

via da pressão sobre o capital, sobre os empregadores, forçando-os a negociarem as condições de trabalho e salários”.<sup>169</sup>

Aliás, na mesma entrevista, o sindicalista vinculava o emprego da estratégia do conflito à “espontaneidade” das greves de 1978, explorada por Ricardo Antunes. Para Lula, as greves: “[...] foram espontâneas porque o trabalhador entendeu que somente com as máquinas paradas poderia conseguir alguma coisa para melhorar a sua situação”; isto é: “[...] elas [as greves] foram espontâneas porque o sindicato não decretou greve. O sindicato não veio a público para dizer: olha, a partir de zero hora estamos em greve geral [...]”.<sup>170</sup>

Contudo, Lula contrariava a conclusão de Antunes sobre a inexistência de direção consciente nas greves, ao alegar que a: “[...] greve foi resultado do crédito que os trabalhadores passaram dar ao sindicato [...]”. Embora não tenha decretado greve, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo liderou o movimento pela reposição salarial daquele ano, que, segundo Lula, permitiu: “[...] fazer um grande trabalho de base, no qual se pedia que a classe trabalhadora participasse, lutasse, já que somente lutando iria conseguir os 34% [...]”; para ele, foi este: “[...] trabalho que culminou com a greve de maio de 78 [...]”. Portanto, ao “desmistificar” a greve, completava Lula, a ação do sindicato demonstrou que o: “[...] trabalhador atinge um alto grau de consciência quando sabe que pode fazer greve. E ele fez greve”.<sup>171</sup>

“Sou amante da liberdade. Deve haver liberdade de negociação, de empreendimento. Liberdade”; declarava Lula à revista *Visão*, edição de 3 de abril de 1978. Questionado sobre o papel da livre iniciativa num regime democrático<sup>172</sup>, Lula a julgava: “[...] mais do que indispensável. É a essência da democracia. Deve haver o direito do trabalhador de exigir sua participação em parte desses lucros [...]”. E em seguida, admitia sem rodeios: “[...] Eu não sou partidário da intervenção estatal. Ela deve ser mínima, restrita apenas a setores fundamentais da nação: saúde, educação, minérios, por exemplo [...]”. Almejando a extinção das amarras do Estado

---

<sup>169</sup> Ibidem, p. 152.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>171</sup> “[...] Tudo se deu num prazo muito curto, de setembro a maio, praticamente oito meses. É inegável que as greves de São Paulo, em novembro, foram conseqüência das greves de maio. E as greves que aconteceram por todo Brasil também foram resultado da campanha pela reposição salarial”. Ibidem, p. 149-150.

<sup>172</sup> Eis a pergunta: “[...] você acredita que a liberdade de iniciativa no campo econômico seja condição essencial à existência de um verdadeiro regime democrático?”. Ibidem, p. 46.



nas negociações dos trabalhadores com o capital<sup>173</sup>, Lula sentenciava: “[...] Minha posição é: deve haver liberdade para empreender e os empregados devem participar dos lucros”.<sup>174</sup>

Assim, ao decretar que alguns artigos da CLT eram mais graves à classe trabalhadora que o Ato Institucional nº5<sup>175</sup>, Lula subscrevia as observações feitas por Luiz Werneck Vianna em 1980 a respeito daqueles novos<sup>176</sup> sindicalistas, tanto em relação ao conflito com a legislação estadonovista, como no que se referia à adoção do capital como interlocutor.

Finalmente, em entrevista ao *Diário do Grande ABC*, publicada em 23 de julho de 1978, Lula declarava: “O trabalhador já tem condições de começar a se preparar para a criação de um partido político [...]”. Porém, admitia: “[...] Eu não sei a sigla desse partido. A sigla, naturalmente, deve ser discutida com a classe trabalhadora. Eu não sei se será trabalhista, comunista, socialista, fascista [...]”; apenas uma certeza: “[...] será aquele que representá-la [...]”.<sup>177</sup>

O tempo passou e a sigla daquele partido tornou-se amplamente conhecida, mas não sua cultura política. Francisco de Oliveira teria razão ao afirmar que aquela nova classe operária não era portadora de cultura política alguma? Afinal, qual é a cultura política encarnada pelo petismo?

---

<sup>173</sup> Lula exemplificava: “[...] As negociações diretas entre patrões e empregados são mais realistas; nós sabemos o que podemos pedir, também não queremos aumentos absurdos, que levem os empresários a fechar suas fábricas, porque precisamos trabalhar para sobreviver”. Entrevista concedida à *Folha de S.Paulo*, publicada em 24 de setembro de 1978. *Ibidem*, p. 139.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>175</sup> “[...] Para nós, democracia é liberdade sindical e a partir daí não tenho dúvidas de que alcançaremos uma democracia plena. Aí está a reforma do governo democratizando o país, com o fim do AI-5, com o fim do 477, que não tem nenhum interesse para a classe trabalhadora. Alguns artigos da CLT são muito mais graves à classe trabalhadora que o AI-5 [...]”; dizia Lula em entrevista ao *Diário do Grande ABC*, publicada em 23 de julho de 1978. *Ibidem*, p. 129.

<sup>176</sup> Aqueles sindicalistas eram realmente novos: “Cerca de 70% dos trabalhadores de São Bernardo na época tinham menos de 35 anos de idade. Eram pessoas que, praticamente não viveram o movimento sindical antes de 1964”; lembrava Lula anos depois. HARNECKER, M. O sonho era possível. Havana: Casa América Libre, 1994, p. 60 apud SINGER, A. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

<sup>177</sup> SILVA, L. I. L. op. cit, p. 123.

## CAPÍTULO 3 QUAL CULTURA POLÍTICA?

### 3.1 Cristianismo social?

A identificação do cristianismo social<sup>178</sup> na matriz original do petismo é amplamente conhecida e facilmente verificada. Simultaneamente ao ciclo grevista de 1978-1980, a ação católica nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) conferiu substância e conteúdo às relações político-culturais estabelecidas por aqueles atores que dariam forma ao Partido dos Trabalhadores. Seria oportuno, portanto, saber qual a extensão desta influência, investigando se a cultura política dos católicos interferiu decisivamente na definição do petismo.

Éder Sader analisou as matrizes discursivas dos movimentos sociais emergentes entre 1970 e 1980, a partir das experiências e lutas cotidianas dos trabalhadores da região metropolitana de São Paulo. Para tanto, o autor de *Quando novos personagens entraram em cena* sublinhava três movimentos que, embora distintos, apresentavam pontos de convergência na elaboração de uma nova imagem da classe trabalhadora: o “comunitarismo das comunidades de base”, o “marxismo de uma esquerda dispersa” e a “emergência do novo sindicalismo”; e o fato de todos eles ter encontrado espaço na fundação do PT não parece mesmo mera coincidência.

Em relação ao “comunitarismo das comunidades de base”, Sader chamava atenção para três aspectos específicos: 1) a constituição das comunidades eclesiais de base enquanto esferas de formulação, voltadas à interferência política; 2) ações vinculadas à prática; 3) a inclusão da mulher e a passagem da esfera privada para a esfera pública.

Para Éder Sader, uma comunidade eclesial de base poderia surgir de qualquer atividade solidária de um pequeno grupo inspirado no Evangelho, uma vez que quase todas as CEBs começaram por iniciativa de um agente pastoral. Assim, continuava Sader, a: “[...] motivação constantemente referida nas CEBs é a da

---

<sup>178</sup> Ao que tudo indica, a expressão “cristianismo social” apareceu pela primeira vez no vocabulário oficial petista na resolução *O socialismo petista*, aprovada no 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado entre 31 de maio e 3 de junho de 1990, em São Paulo (SP). Cf. PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. 1ª reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 430.

participação ativa e consciente de cada um, e esse objetivo pesa na avaliação de cada atividade tanto ou mais que seu eixo específico”.<sup>179</sup>

Os debates dos temas nas reuniões costumavam se pautar no método “ver-julgar-agir”; Sader explicava: o “ver” consistia numa sucessão de observações de cada um dos presentes sobre o tema em questão; o “julgar” implicaria num momento de contraste entre a realidade em análise e os valores do cristianismo: “[...] freqüentemente através da questão ‘como é que Jesus agiria diante disso?’ [...]”; e o “agir” trataria de concluir sobre o que aquelas pessoas poderiam fazer diante do problema. De acordo com Sader, por mais insignificante que fosse aquela iniciativa isolada diante da dimensão do problema tratado, o: “[...] fundamental terá sido a experiência da possibilidade de interferir coletivamente sobre a realidade dada, engajando cada um pessoalmente nesse processo”.<sup>180</sup>

A respeito das ações voltadas para a prática, Éder Sader destacava iniciativas coletivas através das quais as CEB atuavam no seu meio, tais como um mutirão para levantar um salão paroquial, a organização de uma creche comunitária, a mobilização para reclamar a falta de ônibus, etc. Eram grupos comunitários da periferia expressando novos valores vinculados às reivindicações feitas. No lugar do pedido de favor apareceram as reclamações de um direito e esses valores eram produto da própria vida das comunidades. Nesse sentido, afirmava Sader, era a partir: “[...] dessa sociabilidade primária que seus membros efetua[va]m uma reelaboração das experiências cotidianas de existência, com categorias para criticá-las e referências para ações coletivas visando transformá-las”.<sup>181</sup>

Evocando os “sinais de libertação”<sup>182</sup>, então declarados pelos atores envolvidos nas comunidades de base, Sader entendia que as CEBs se tornavam o indicador mais significativo de uma nova realidade construída com a participação comunitária. A comunidade de base surgia assim enquanto lugar e expressão de

---

<sup>179</sup> SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 157-160.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 161. Para comunidade eclesial de base: Cf. BETTO, F. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>181</sup> SADER, E. op. cit., p. 162.

<sup>182</sup> Listados assim por Sader: “[...] ‘início de tomada de consciência da realidade’, ‘através das ações, o povo vai percebendo a força da união e vai formando grupos solidários’, ‘as pessoas vão aprendendo a decidir juntas’, ‘a renovação da Igreja e a comunidade de base, que é fruto da própria renovação’, ‘todas as vezes que saímos do egoísmo ajudando na solução dos problemas do irmão damos passos de libertação...’”. Ibidem, p. 166.

valores como justiça, verdade – segundo o Evangelho –, solidariedade e capacidade de doação, de crítica e de luta.

Portanto, a incorporação nessas comunidades significava para seus membros sua inserção numa história pública, diversa da comunidade familiar. Independentemente da averiguação de eventuais formulações explícitas nos discursos pastorais, dizia Sader: “[...] a integração das mulheres nesses espaços de reflexão crítica coletiva e de luta social implica uma passagem da esfera privada para a esfera pública, com fundas conseqüências práticas”.<sup>183</sup>

No início dos anos 2000, Juarez Guimarães arrolava o “comunitarismo cristão” como uma das culturas políticas brasileiras da participação democrática. Guimarães visualizava a sociedade brasileira a partir de dados que confirmavam certa vitalidade da cultura democrática, mensurada da seguinte forma: a) quantidade e intensidade da vida associativa; b) motivação religiosa na vida associativa popular; e c) imenso potencial de desenvolvimento da participação.

Suscitados pela pesquisa *Associativismo em São Paulo*<sup>184</sup>, tais aspectos indicavam que os índices de vida associativa eram expressivamente maiores do que mostravam as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados também denunciavam, segundo Guimarães, a insuficiência dos padrões laicos e de cálculos utilitarista, evidenciando uma nova dinâmica histórica no associativismo dos brasileiros. De tal modo que, na sua opinião, o Brasil poderia ser considerado: “[...] um dos países do mundo com maior participação democrática e riqueza associativa [...]”.<sup>185</sup>

Assim, indagava: “O que anima todo este trabalho democrático?”. Para responder a questão, dizia, era preciso visualizar a trajetória das tradições republicanas brasileiras.<sup>186</sup> Nesse sentido, Guimarães realçava a importância do “comunitarismo cristão” e da Teologia da Libertação<sup>187</sup> para as profundas

---

<sup>183</sup> Ibidem.

<sup>184</sup> AVRITZER, L. (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2004.

<sup>185</sup> GUIMARÃES, J. As culturas brasileiras da participação democrática. In. AVRITZER, L. op. cit., p. 249.

<sup>186</sup> Para Guimarães as tradições republicanas no Brasil seriam essencialmente cinco, denominadas assim: “comunitarismo cristão”, “nacional-desenvolvimentismo”, “socialismo democrático”, “liberalismo republicano” e “cultura popular”. Ibidem.

<sup>187</sup> Segundo definição recente de Leonardo Boff: “A Teologia da Libertação é uma teologia militante. Não se contenta em pensar a ortodoxia apenas como se faz normalmente nas faculdades de teologia. Quer a dizer ortopraxis, quer dizer, incentiva uma prática que nasce do capital religioso do cristianismo, mas visa transformar a realidade social por considerá-la dissimétrica (analiticamente), injusta (eticamente) e pecaminosa (teologicamente). Essa libertação tem de ser libertação mesmo,

modificações experimentadas pela Igreja Católica no país: “[...] Seus valores, sua percepção da sociedade brasileira, suas relações com o poder foram profundamente transformadas em relação ao padrão dominante até os anos cinquenta [...]”.<sup>188</sup>

Para Juarez Guimarães, a fundação Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), liderada por Dom Hélder Câmara, em 1952, foi decisiva para a constituição do “comunitarismo cristão” enquanto tradição política no Brasil. De modo geral, o “comunitarismo cristão” sempre buscou manter um equilíbrio entre os compromissos sociais e espirituais da Igreja Católica. Mas com a CNBB e, mais tarde, também com a influência exercida pela Teologia da Libertação, a tradição política dos católicos se renovou profundamente, passando a relacionar seu: “[...] associativismo de base com os marcos institucionais, direcionando a opção preferencial pelos os pobres para os temas da cidadania [...]”. Em boa medida, lembrava Guimarães, tal renovação agregou à cultura política brasileira as exigências cristãs da solidariedade, da ética e da igualdade.<sup>189</sup>

Em obra recente, Luís Mir associa “cenebismo” a uma espécie de “pré-petismo”, concebendo-o como: “[...] instrumento político-religioso e partidário do sindicalismo anticomunista do ABC [...]”. Para o autor de *Partido de Deus*, o “cenebismo/pré-petismo”: “[...] seqüestra para si, como discurso político-religioso, os fundamentos e vozes reformistas, éticos, patrimônio até então da frente democrática agrupada no PMDB”.<sup>190</sup> Convém explicar rapidamente a interpretação proposta por Mir para o gesto de criação do Partido dos Trabalhadores e, conseqüentemente, do petismo.

A tese de Mir é simples: a Igreja Católica, com a chancela do regime militar e através da CNBB, seria a responsável pela fundação do PT. Num projeto “antipositivista” e “anticomunista”, a criação do partido era uma tentativa de: “[...] superar a frustração do episcopado brasileiro com a inexistência de um instrumento político católico poderoso no país [...]”<sup>191</sup>; Mir referia-se às fracassadas tentativas da

---

quer dizer, mão pode ser assistencialista e paternalista – que faz para os pobres, mas não se dá conta da força histórica dos pobres. Ela somente é libertadora se tiver os oprimidos (que são pobres e simultaneamente cristãos) como sujeitos de sua libertação, libertação *com* os pobres e a *partir* dos pobres. A Igreja é apenas aliada e fornece os espaços institucionais aos pobres”. BOFF, L. Uma plataforma para a utopia. In CHAUI, M. (et al). **Leituras da Crise**. Diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 210-211.

<sup>188</sup> GUIMARÃES, J. op. cit., p. 250.

<sup>189</sup> Ibidem, p. 251-252.

<sup>190</sup> MIR, L. **Partido de Deus**. Fé, Poder e Política. São Paulo: Alaúde Editorial, 2007, p. 329.

<sup>191</sup> Ibidem.

Liga Eleitoral Católica (LEC), nos anos 1930, e do Partido Democrata Cristão (PDC), durante as décadas de 1940 e 1960.<sup>192</sup>

Ou seja, para Mir, o PT seria a representação do projeto político-partidário da Igreja e da CNBB para enfrentar o espectro comunista. E se a intenção episcopal era a de enterrar a cultura comunista, é preciso reconhecer seu êxito parcial. Sim, porque de fato o PT hegemonizou o campo ideológico antes dominado pelos comunistas. No entanto, vale dizer, o suposto cadáver permanece insepulto, e com ânimo renovado caminha ainda hoje por entre os vivos. De todo modo, além dos católicos, Mir incluía: “[...] nessa extensa e multifacetada plataforma anticomunista, jornalistas, órgãos de comunicação, centro nucleares da *intelligentsia* [...]”.<sup>193</sup>

Do ponto de vista dos militares, argumentava Luís Mir, o projeto de: “[...] abertura lenta, segura e gradual – uma retirada vergonhosa e canhestra – exigia neutralizar o PCB a qualquer preço [...]”. Os estrategistas do regime detectaram que a linha política de resistência democrática ao regime empreendida pelos comunistas tinha sido vitoriosa: “[...] Acumular forças no movimento de massa para desgastar e, posteriormente, golpear o regime estava correto, havia sido eficaz e encurralara politicamente a ditadura”.<sup>194</sup>

Portanto, a ofensiva terrorista contra os comunistas do PCB em 1974-75<sup>195</sup> tinha o objetivo de minar: “[...] a única organização de esquerda praticamente incólume no país; [...] a única desse campo que podia desenvolver um combate

---

<sup>192</sup> A LEC foi criada num contexto de fragmentação partidária e às vésperas da Assembléia Constituinte de 1934. A liga não era propriamente um partido, mas uma fórmula extrapartidária, que nasceu com duplo objetivo: “[...] 1º) instruir, congregar, alistar o eleitorado católico; 2º) assegurar aos candidatos de diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, ao voto dos fiéis, mediante a aceitação, por parte dos mesmos candidatos, dos princípios sociais católicos e compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte”. CHACON, V. **História dos partidos brasileiros**. 3ª ed. Brasília: UnB, 1998, p. 112. Sobre o PDC, Rogério Schmitt contesta o suposto fracasso alegado por Mir. Fundado em 1945, diz, o PDC: “[...] credenciou-se como a sexta maior agremiação partidária na Câmara dos Deputados, experimentando um processo de crescimento ao longo dos anos. Na eleição de 1962 passou a ter a quinta maior bancada de parlamentares federais. Foi pelo PDC que Jânio Quadros venceu a eleição presidencial de 1960, com 48,3% dos votos [...]”. SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 19.

<sup>193</sup> MIR, L. op. cit., p. 329.

<sup>194</sup> Ibidem.

<sup>195</sup> Dentre os fatores que teriam motivado a onda de “caça aos comunistas” em meados da década de 1970, Mir também destaca a inserção social dos comunistas: “O PCB era um partido em movimento, em avanço constante no meio sindical e no meio social. Sindicalmente era hegemônico no coração industrial do país. Mesmo cercada e afligida pela dura clandestinidade, a organização sindical comunista distribuía todo mês, na Volkswagen (maior empresa do país), trezentos exemplares do jornal *Voz Operária*, o tablóide clandestino do PCB. Eram 150 militantes em praticamente todas as seções da empresa, além de militantes e dirigentes sindicais nas grandes metalúrgicas da região. O PCB dirigia ainda os maiores centros acadêmicos das grandes universidades públicas e privadas [...]”. Ibidem, p. 319-320.

efetivo contra a ditadura [...]”; daí a ferocidade repressiva. Para Mir, estava selada a aliança entre Igreja e Estado no combate à influência comunista, sendo o PT o resultado imediato da ação católica.<sup>196</sup>

A organização do Partido dos Trabalhadores em tão curto espaço de tempo, segundo Mir, somente foi possível porque naquele momento a Igreja era a única instituição social que possuía uma ampla “rede de comunicação”. Em outras palavras, uma rede de quadros espalhados por todo o país que funcionava, apesar da censura, como correia de transmissão, fornecendo informação rápida e eficiente à população.

Alimentado pelo sentimento anticomunista, o “cenebismo/pré-petismo” seria então responsável direto pela disseminação de uma leitura caricatural e pejorativa da frente democrática representada pelo MDB, comportamento amplamente incorporado pelo PT e até bem pouco tempo ostentado pela grande maioria dos petistas; hoje, não mais. Portanto, afirma Luís Mir, ao se auto-excluir da política e estrategicamente do arcabouço institucional republicano, o cenebismo pretende a anulação cultural e republicana do Estado como sujeito central da democratização; esta deveria ficar a cargo de movimentos sociais.

Como se nota, ainda que por caminhos diferentes e motivações variadas, Éder Sader, Juarez Guimarães e Luís Mir concordam em apontar o cristianismo social como uma expressão político-cultural significativa da sociedade brasileira. Estimulada a partir da Igreja, a cultura política católica assumiu contornos próprios e passou a interferir de maneira decisiva no arranjo democrático do país, e também sobre este aspecto, o tratamento dispensado pelos autores parece convergir. A partir daí, porém, sobram contradições.

A ênfase na capacidade de formulação demonstrada pela matriz discursiva anotada por Sader, por exemplo, o impedia de perceber os malefícios daquela ação organizativa e reivindicatória de viés “negativo” – isto, de negação, de negar a algo – em relação ao mundo político, que, sob nenhuma hipótese se resume ao Estado. Guimarães, de outro modo, super dimensionava a realidade associativa brasileira a partir de dados aferidos – apenas – na cidade de São Paulo. Mesmo considerando a robusta presença de São Paulo na vida econômica, política e cultural do Brasil, não parece prudente estender aos demais brasileiros os níveis de associativismo

---

<sup>196</sup> Ibidem, p. 329.

coleccionados pelos paulistanos. Por fim, aparentemente inspirado por teorias conspiratórias, Mir sugere a prevalência de “projetos” políticos sobre “processos” históricos como única regra de análise, muito embora acerte em cheio ao constatar o acerto da estratégia democrática dos comunistas do PCB, valorizando-a ao seu modo.

Contudo, dentre outras questões, Mir discorda dos demais em relação a um ponto: CNBB. Sader e Guimarães não distinguem claramente a ação da entidade episcopal das inovações introduzidas pela Teologia da Libertação, aliás, Juarez Guimarães encarava o gesto de criação da CNBB como o início das atividades da “esquerda católica” ou “ala esquerda do comunitarismo cristão” no Brasil.<sup>197</sup> Mir segue em sentido oposto, optando por ressaltar o conflito estabelecido entre dois projetos no interior da Igreja Católica: “igreja dos pobres” versus “igreja revolucionária”. A primeira a cargo da CNBB; a segunda, sob responsabilidade da Teologia da Libertação.

Aos fatos. A fundação da CNBB representou uma tentativa de resposta dos católicos à perda de influência entre a população mais pobre, sobretudo a partir dos anos 1950, frente ao crescimento do pentecostalismo e da umbanda. A criação da entidade ocorreu simultaneamente ao surgimento de grupos leigos da Ação Católica, com destaque para Juventude Universitária Católica (JUC) e Ação Católica Operária, todos de algum modo vinculados às lutas populares. Em 1961, o Movimento de Educação de Base (MEB) era lançado no Nordeste, inspirado no método de Paulo Freire e, segundo Éder Sader: “[...] com a motivação inicial de fazer frente ao crescimento da influência esquerdista, procurando oferecer vias alternativas de mudança social [...]”.<sup>198</sup> De todo modo, o golpe militar de 1964 – que, vale dizer, contou com o apoio da hierarquia da Igreja e da massa dos católicos, vide a “Marcha da Família, com Deus pela Liberdade” – abateu aquele “impulso” popular da Ação Católica e do MEB, revelando que o “esquerdismo” da época também havia chegado aos mosteiros.

---

<sup>197</sup> Nas palavras de Juarez Guimarães, a fundação da CNBB, em 1952: “[...] já traduzia uma primeira síntese no interior da tradição católica brasileira que recebia, então, o impacto de pensadores como Jacques Maritain e Emmanuel Mounier. No processo de radicalização vivido naquele contexto, nascia assim a esquerda católica brasileira como expressão do que, poderíamos chamar, de a ala esquerda do comunitarismo cristão. No período do regime militar, esta tradição ganhou vasto enraizamento social com a experiência das CEBs”. GUIMARÃES, J. op. cit., p. 250.

<sup>198</sup> SADER, E. op. cit., p. 150.



E assim, o “ano que não terminou” também se fez para os católicos. Reunida em Medellín, a Conferência dos Bispos latino-americanos reforçou a tese de comprometimento da igreja na luta contra as causas sociais da miséria, de resto conhecida desde o Concílio Vaticano II (CVII). Vigésimo primeiro concílio ecumênico da Igreja Católica, o CVII foi iniciado sob o papado de João XXIII, em 1962, e encerrado sob Paulo VI, em 1965. Em termos gerais, reforçou a opção católica pelos pobres, sintetizada na idéia de igreja como o “povo de Deus”, visando conter o avanço dos pentecostais e, inclusive, dos comunistas. Daí o impacto causado pelos bispos latino-americanos, pois, diante da proliferação de sangrentas ditaduras pelo continente e ainda sob forte impacto da Revolução Cubana (1959), a conferência episcopal reunida na Colômbia, em 1968, retomava a mística dos cristãos perseguidos que não temiam sacrificar-se pela boa causa.

Como afirmou Sader, a Conferência de Medellín deixou claro que: “[...] novas levadas de militantes católicos preferiam lançar-se a atividades nas quais se opunham à ordem vigente, correndo os mesmos riscos que a militância de esquerda [...]”.<sup>199</sup> Eis a raiz da dissociação entre “igreja dos pobres” e “igreja revolucionária” a que Mir se referia.

De fato, a proximidade com determinadas leituras de Marx e certo marxismo – autodenominado “revolucionário” –, levou jovens católicos a atos de heroísmo via-de-regra banhados a sangue. No Brasil, o caso de maior repercussão envolveu freis dominicanos no assassinato de Carlos Marighela, ex-dirigente do PCB e líder da dissidência comunista que resultou na criação em 1967 da Ação Libertadora Nacional (ALN).<sup>200</sup> Mas a aventura armada durou pouco no país.<sup>201</sup>

A partir da década de 1970, a ação da “esquerda católica” privilegiou a multiplicação de CEBs como instrumento de “libertação” e também como resposta ao endurecimento do regime brasileiro depois de decretado o AI-5. Previstas desde o CVII, as comunidades de base assumiram naquele contexto o papel de formulação e reivindicação de direitos mencionados por Éder Sader. Aproximavam e reuniam os

---

<sup>199</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>200</sup> Carlos Alberto Libâneo, popular Frei Betto, publicou seu relato sobre o episódio. *Batismo de sangue* refuta a versão veiculada pelo regime e pela esquerda armada, que responsabilizava os dominicanos pela morte de Marighela por colaborarem com os órgãos de repressão na emboscada de 4 de novembro de 1969. Cf. BETTO, F. **Batismo de sangue**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

<sup>201</sup> De acordo com Éder Sader: “A morte de Lamarca e Barreto, executados pelo Exército no sertão baiano em dezembro de 1971, pode fornecer a data para o fim do ciclo da ‘esquerda revolucionária’.” SADER, E. op. cit., p. 168.

católicos de uma mesma localidade em torno de temas cotidianos, sem passar pelo crivo imediato do Estado ou mesmo dos eclesiásticos.

Num cenário de fechamento político, a forma simples e espontânea de sua instalação fazia das CEBs eficazes instrumentos associativos. Do ponto de vista social, as comunidades de base atuavam de modo a incluir sujeitos muitas vezes desprovidos de identidade coletiva e de representação pública. Assim, valendo-se de uma ampla rede de contatos, como também lembrou Sader, a organização de CEBs se alastrou por todo território nacional, preferencialmente nas periferias dos grandes centros e nos rincões mais distantes, embora tenha encontrado adeptos também nos setores médios urbanizados, através de grupos de “jovens”, “noivos”, “casais”, “amigos”, etc.

Em 1973, o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, organizou a “Operação Periferia” com o intuito de criar centros comunitários nos bairros pobres da cidade.<sup>202</sup> Desde 1971, equipes de educação popular atuavam na periferia da zona sul de São Paulo, promovendo alfabetização de jovens e adultos, segundo os princípios educacionais de Paulo Freire; a “pedagogia do oprimido”<sup>203</sup> trazia a chave da “libertação” e formação de “consciência”.

Diante da comoção pública causada pela morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nos cárceres da ditadura, Arns liderou em 1975 as primeiras manifestações públicas contra o regime desde o AI-5. A dimensão conquistada por tais manifestações, somada ao esgotamento do “milagre econômico” e à vitória do MDB nos principais centros do país, em 1974, contribuiu decisivamente para o progressivo desgaste do regime e a conseqüente instauração do processo de abertura política, rumo à transição democrática.

Ainda em 1976, a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo publicou um estudo sobre o impacto social do acelerado desenvolvimento experimentado pela cidade e seu entorno nos últimos anos. Nele, Arns apresentava

---

<sup>202</sup> Para Arns, os centros comunitários deveriam ser lugares: “[...] do povo, onde o povo pode ir, ter uma semiprofissionalização, regularizar documentos, onde as crianças podem receber as primeiras instruções religiosas, e onde aos sábados e domingos, as pessoas podem se encontrar e organizar seu lazer”. Apud. SADER, E. op. cit, p. 149. Segundo Sader, para a “Operação Periferia” todas: “[...] as regiões foram mobilizadas e participaram de uma detalhada programação de atividades, em que resultaram o treinamento de animadores (150 leigos), que se engajaram em 17 comunidades de periferia, e uma renovação da prática das paróquias de periferia no sentido de envolvimento com as necessidades das populações locais. O luxuoso palácio episcopal foi vendido, e os recursos obtidos foram destinados a esse projeto [...]”. Ibidem.

<sup>203</sup> Cf. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 31ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

a questão dos direitos humanos – escancarada após a morte de Herzog – associada à questão da miséria e mazelas sociais.

Tendo em vista os claros indícios de superexploração do trabalho e de concentração de renda, cujos resultados se faziam sentir no crescimento desordenado e injusto dos bairros periféricos da cidade, Dom Paulo Evaristo Arns dizia: “[...] É preciso romper as barreiras que se opõem a que o povo se organize, participe e contribua para a solução de seus problemas e dos problemas da cidade [...]”,<sup>204</sup> eis a síntese das CEBs.

Ao analisar os fatos, tudo leva a crer que Luís Mir esta certo quando detecta a existência de dois projetos no interior daquilo que Juarez Guimarães chamou de “ala esquerda do comunitarismo cristão”. A distinção entre CNBB e Teologia da Libertação proposta por Mir, permite compreender porque o processo de desarticulação dos “libertários”, patrocinado por João Paulo II durante os anos 1980, não atingiu a CNBB, que, diga-se, jamais assumiu qualquer aproximação com o marxismo, ao contrário do que faziam – e fazem – os teólogos da “libertação”. Do mesmo modo, a contraposição entre “igreja dos pobres” e “igreja revolucionária” também sugere uma aproximação dos católicos com os movimentos e as tradições de esquerda até o golpe de 1964, algo que não estava previsto originalmente, conforme atestava Sader.

Contudo, o determinismo histórico de Luís Mir o impede de ver a dialética dos fatos. Reconhecer a co-existência de concepções distintas entre os católicos não implica em afirmar seu antagonismo. Fracassada a via armada, restou aos “revolucionários” a autocrítica e a resistência democrática; inclusive aos católicos. De modo que, no Brasil, “igreja revolucionária” e “igreja dos pobres” – se é que os termos se dissociavam de forma tão nítida assim – partilharam de uma mesma forma de organização e oposição ao regime militar durante a década de 1970.

A partir da periferia das grandes cidades e dos grotões do país, a multiplicação das CEBs denunciava sobretudo a ausência do Estado, transformando demandas estruturais – emprego, habitação, transporte, saúde, educação – em pauta de organização social. Inicialmente sem conteúdo “político”, paulatinamente as CEBs passaram a interagir com demandas mais gerais e que envolviam toda a sociedade, no entanto, sempre vinculando o *social* ao *político*, tal como demonstrou

---

<sup>204</sup> CAMARGO, C.P.F. et al. **São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza**. São Paulo: Loyola, 1976, p. 4.

Dom Paulo Evaristo Arns. Organizar e denunciar aquele estado de miséria e opressão. Esta era a única “libertação” possível, para bispos e teólogos libertários no Brasil; as CEBs os uniu.

Mais interessada em justificar a trama anticomunista envolvendo a CNBB e os estrategistas militares, a terminologia adotada por Mir é também por isso falha. Aceitando-se a hipótese de um “pré-petismo” determinado pela influência do cristianismo social, como faz Mir, o mais correto seria tratá-lo por *cebismo*, referente às CEBs, e não por *cenebebismo*. Até porque este “cebismo” parece ter contribuído decisivamente para a rápida organização do Partido dos Trabalhadores na maioria dos estados brasileiros.

Vale lembrar que os sindicalistas autênticos, concentrados de início no ABC, ganharam notoriedade nacional durante o ciclo de greves e ampliaram consideravelmente seu raio de alcance, porém, nada que fosse comparado à rede de contatos mantida pelos “cebistas”. No ato de lançamento do PT, 23 unidades da federação enviaram 242 delegados.<sup>205</sup> Como teria sido possível aos sindicalistas autênticos e mesmo às esquerdas – trotskistas e armadas – reunir tamanha adesão em tão pouco tempo, entre maio de 1978 e fevereiro de 1980?

Uma coisa é certa: CNBB e Teologia da Libertação criaram juntas o “cebismo”, isto é, um cristianismo de índole social, voltado às questões sociais, e cuja participação na formação do PT não continha o germe conspiratório exposto pela leitura de Mir. Ao contrário, sugeria a presença de posturas e discursos que seriam assimilados pelos petistas ao longo dos anos.

Talvez possa ser atribuída a esta tradição a paternidade da mística criada em torno da militância petista, tratada por muitos e durante muito tempo como um ente de poderes sobrenaturais. A figura de seres missionários, abnegados e apaixonados por uma causa – leia-se PT – era evocada toda vez que o jogo político exigia demonstração de força por parte dos petistas.

Em boa medida, a mística do militante petista substituiu a categoria abstrata de “classe trabalhadora” encarnada pelos sindicalistas autênticos na década de 1970. Mas não é preciso muito esforço para notar que essa figura simplesmente

---

<sup>205</sup> Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo. Estes foram os estados representados na fundação do PT. PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. 1ª reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 64.

desapareceu da realidade, pois a maquina eleitoral montada pelo PT exige uma eficiência totalmente avessa a qualquer tipo de amadorismo.<sup>206</sup> Até pouco tempo, as especificidades do povo gaúcho garantiam rara sobrevida a esse tipo militante, que ainda era visto com alguma freqüência pelas praças do Rio Grande do Sul;<sup>207</sup> hoje, não mais.

Oriundo de demandas cotidianas, o forte apelo social expresso nas formulações elaboradas nas CEBs decodificou algo que os teóricos marxistas remanescentes da luta armada, ou mesmo os trotskistas, levariam séculos para explicar aos trabalhadores. Era a realidade social, sistematizada e convertida em agenda de ação pelas CEBs – e também pelos sindicatos –, a matéria responsável por educar “politicamente” a classe trabalhadora ao longo dos anos 1970. Característica marcante dos petistas, a sobreposição do *social* ao *político*, portanto, parece ter encontrado nas fórmulas do cristianismo social uma preciosa contribuição.

Finalmente, também se poderia argumentar que o moralismo petista, em baixa depois dos recentes escândalos, encontra suas motivações originais naquela versão social do cristianismo. Seguindo a trilha da tradição cristã, prescrita na gênese do evangelho, o petismo difunde uma divisão moral entre seus seguidores e os demais, estes passivos de conversão pelos petistas. Assim como no caso dos cristãos, apenas os adeptos do Partido dos Trabalhadores seriam considerados “os eleitos”, “a comunidade”, “os bons e justos”, etc. Como se sabe, tal maniqueísmo baliza há décadas o comportamento e o discurso petistas.

Não há dúvida em relação à presença de uma renovada tradição católica na formação da cultura política do PT. Resta saber se a influência do cristianismo social foi capaz de se impor às tradições de esquerda e aos atores do sindicalismo autêntico, de modo a torná-la a referência principal do petismo. Um breve exemplo pode ilustrar melhor a questão.

Dizia Lula, na entrevista ao *Pasquim* de março de 1978: “Uma vez meti o pau na Igreja e o *Isto É* generalizou. Tenho que respeitar um D. Hélder, um D. Paulo, pô [...]”. E logo em seguida, emendava: “[...] Agora, ninguém tira da minha idéia que a

---

<sup>206</sup> Essa marca não é nova. Em 1984, os petistas já denunciavam internamente o amadorismo nas finanças do partido. Diziam em resolução aprovada no 3º Encontro Nacional do PT: “Nenhum partido vive sem dinheiro. Uma das causas das nossas dificuldades atuais está na constante falta de recursos financeiros. [...] Nosso amadorismo nessa questão precisa acabar. [...] O Partido precisa ter um plano de arrecadação, que cabe aos dirigentes de todos os níveis levar à prática [...]”. Ibidem, p. 147-148.

<sup>207</sup> Cf. MARQUES, J. L. **Rio Grande do Sul a vitória da esquerda**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Igreja é conservadora, sendo inclusive responsável pela situação que a classe trabalhadora vive hoje, porque compartilhou com o sistema [...]”<sup>208</sup>

Ao eximir Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns das mazelas patrocinadas pela igreja contra a classe trabalhadora, Lula excluía de sua crítica a “esquerda católica” da época por assim dizer. Mas simples o “respeito” – como o demonstrado por Lula à Câmara e Arns – teria força suficiente para afirmar as bases de uma cultura política?

Seria o petismo uma expressão politicamente sistematizada do cristianismo social das CEBs? Ou nos termos de Luís Mir, seria o PT um “partido de Deus”?

Também aqui, os fatos – recentes – falam que mais mil palavras.

---

<sup>208</sup> SILVA, L. I. **Lula – Entrevistas e Discursos**. São Bernardo do Campo: ABCD Cultural, 1980, p. 37.

### 3.2 Socialismo petista?

São Paulo, domingo, manhã de 10 de fevereiro de 1980. No auditório do tradicional Colégio Sion, apinhado de gente,<sup>209</sup> era chamado o primeiro nome para assinar o *Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores*. Levantava-se Mário Pedrosa.

Crítico de arte, considerado fundador do trotskismo no Brasil, Pedrosa voltara a pouco do exílio na França e se convertera num dos principais entusiastas da idéia de se organizar um partido dos trabalhadores. Em *Carta aberta a um líder operário*,<sup>210</sup> publicada pela *Folha de S.Paulo* em agosto de 1978, propôs à Lula a formação de um novo partido, criado e composto pela “classe trabalhadora”. Cerca de um ano e meio depois, lá estava Mário Pedrosa se encaminhando à frente do auditório para ser o primeiro a rubricar o lançamento do PT, num gesto político calculado e carregado de simbolismo. Ostentando “independência” política, os sindicalistas autênticos – isto é, os “trabalhadores”, atores cruciais para a existência do partido – tomavam de empréstimo a biografia de Pedrosa e, de quebra, anexavam ao portfólio petista duas das mais expressivas tradições políticas da esquerda brasileira, a saber, trotskismo e socialismo democrático.<sup>211</sup>

Em seu discurso, porém, Pedrosa parecia disposto a começar do zero. Ao exaltar o novo partido como algo diferente e único<sup>212</sup>, dizia, dirigindo-se aos

---

<sup>209</sup> O jornalista Perseu Abramo falava em: “[...] mil e duzentos presentes [...]”. ABRAMO, P. Divergências na fundação do PT. **Movimento**, São Paulo, 18 a 24 fev. 1980. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/especiais/pt25anos/textos/divergencias.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2004. Para André Singer, eram: “[...] 242 delegados de 18 unidades da Federação e um número indefinido de militantes, de 400 a mil, que embora não credenciados, acabaram sendo admitidos com direito a voz. As fotos mostram gente sentada nos corredores e em pé ao fundo da sala [...]”. SINGER, A. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 8.

<sup>210</sup> PEDROSA, M. **Carta aberta a um líder operário**. Rio de Janeiro, 1º ago. 1978. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1370s>>. Acesso em: 24 out. 2007.

<sup>211</sup> Havendo inaugurado o trotskismo no Brasil ao lado de Fúlvio Abramo e Aristides Lobo, dentre outros, Pedrosa rompeu com as teses de Trotsky ainda na década de 1940 e aderiu ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Daniel Aarão Reis Filho destaca a importância do PSB para a afirmação do socialismo democrático como tradição política da esquerda brasileira. Mesmo impensado entre comunistas e trabalhistas, fato que lhe rendeu baixa densidade eleitoral no período anterior ao golpe de 1964, Reis Filho entende que o: “[...] que fazia a originalidade do PSB, a coerência doutrinária básica e a fraqueza política conjuntural eram a defesa positiva da democracia e das instituições democráticas e a concepção de socialismo como um aprofundamento do processo democrático”. REIS Fº, D. A. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In FORTES, A. (org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 179.

<sup>212</sup> Palavras de Mario Pedrosa: “[...] Diferentemente de todos os partidos por aí, com sua dança de letras e siglas, o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores. É único de estruturas, é único de tendências, é único de finalidade [...]”. In PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. 1ª reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

presentes no ato de lançamento: “[...] ao nos inscrevermos no PT, deixamos à sua porta os preconceitos, os pendores, as tendências extras que possivelmente nos moviam até lá [...]”; tudo, completava: “[...] para só deixar atuando em nós uma integral solidariedade ao Partido dos Trabalhadores”.<sup>213</sup>

Para Mário Pedrosa, portanto, aquele partido nascia com uma clara vocação: ser um partido de massa regido pelos “trabalhadores”. Em função disso, afirmava, o PT: “[...] não tem vanguarda, não tem teorias, não tem livro sagrado. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra não tem dogmas e pela autocrítica refaz seu erro [...]”.<sup>214</sup>

Mas Pedrosa não foi o único convidado a discursar naquele dia. Dentre outros,<sup>215</sup> também estava Apolônio de Carvalho, comunista histórico, ex-combatente das Brigadas Internacionais – na Guerra Civil espanhola – e da Resistência Francesa – durante a Segunda Guerra mundial –, e um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), em 1968.

Legendário, Carvalho encarnava traços marcantes da cultura política comunista no Brasil, tais como o “terceiro-internacionalismo” e o “frentismo” pecebista,<sup>216</sup> sendo convertido em símbolo vivo do internacionalismo proletário. Por sua participação nas lutas travadas contra o fascismo na Espanha, França e Brasil –

---

<sup>213</sup> Ibidem.

<sup>214</sup> Ibidem.

<sup>215</sup> Perseu Abramo relatava: “Dirigida pelo coordenador nacional do PT, o líder sindical Jacó Bittar, a mesa foi secretariada pelo senador goiano Henrique Santillo e contou com a presença do deputado fluminense Edson Khair, de Lula, de Paulo Matos Skromov e de outros líderes populares e dirigentes sindicais. [...] Também sentaram-se à mesa, na parte da manhã, os seis primeiros signatários do Manifesto de Lançamento, muito aplaudido pelo plenário: Mário Pedrosa (fundador do semanário “Vanguarda Socialista” em 1945), Manuel da Conceição, líder camponês do Nordeste; Sérgio Buarque de Holanda, historiador; Lélia Abramo, atriz; Moacir Gadotti, em nome do educador Paulo Freire; e Apolônio de Carvalho, fundador do PCBR”. ABRAMO, P. op. cit.

<sup>216</sup> Cf. ROMANO, C. C. **Da abertura à transição**: o PCB e a cultura política democrática da esquerda brasileira. 2001. 175f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001. Embora longo, o trecho a seguir não deixa qualquer dúvida a respeito do “frentismo” de Apolônio de Carvalho, que, diga-se, parecia não encontrar amparo entre os petistas nos idos de 1989, com grifos nossos: “[...] O PT é visto como o símbolo da força social, então joga-se para escanteio a idéia fundamental do conjunto de forças sociais e políticas da esquerda e de outras forças periféricas, outras forças interessadas num programa para a mudança da sociedade. Tem o mesmo sentido a *recusa do nosso PT, não formal, mas muito concretamente definida, a uma política de frente*, no início com as forças de extrema-esquerda, em segundo lugar, com as forças de centro-esquerda, com as forças da sociedade civil próximas à esquerda. *Essa recusa pode levar ao isolacionismo dentro do PT*. O problema de um messianismo, da visão quase fatalista de que as mudanças se consubstanciam no crescimento do PT, em sua chegada ao governo e ao poder. Levam, assim, à *subestimação da política de frente, da imagem de um esquema capaz de ganhar outras forças para mudar o país* [...]”. VENCESLAU, P. T. Entrevista com o General Apolônio de Carvalho. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 6, abr./mai./jun. 1989. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=481>>. Acesso em 10 jan. 2008.



o PCBR aderiu à resistência armada ao regime militar e, no início de 1970, Carvalho foi preso na cidade do Rio de Janeiro, sendo torturado pelos órgãos de repressão e enviado ao exílio em Argel, em junho do mesmo ano –, recebeu o título de “Herói de três pátrias”. E tal como ocorrera com Mário Pedrosa, sua presença no auditório do Sion não era obra do acaso, servindo a propósitos bem definidos.

Anos depois, o general-de-brigada Apolônio de Carvalho admitia discordar de Pedrosa, morto em 1981: “[...] Não estou de acordo com Mário Pedrosa, quando diz que o PT começa tudo de novo. [...]”. Para Carvalho, o: “[...] PT não começa tudo de novo, mas passa a ser o grande elemento de confiança, de esperança, algo novo para a vida militante de cada um de nós”. Nesse sentido, argumentava, quando: “[...] se diz que o PT é continuidade e ruptura, a tendência é focalizar particularmente a ruptura. É preciso uma visão de equilíbrio nessa análise [...]”.<sup>217</sup>

Segundo Carvalho, a ruptura estava no fato de o PT ser: “[...] o primeiro partido de esquerda em todo o século que pleiteia, como um de seus traços essenciais, a conquista da legalidade [...]”. Quanto à presença no PT de eventuais marcas deixadas pela esquerda brasileira, Apolônio de Carvalho alegava: “[...] Hoje [1989], no PT, temos uma visão do seu papel que lembra muito o messianismo dos partidos comunistas em épocas passadas [...]”.<sup>218</sup>

De todo modo, as figuras de Pedrosa – trotskismo e socialismo democrático – e Carvalho – esquerda armada – autenticavam a certidão de nascimento do PT enquanto um partido de esquerda. E como todo partido de esquerda que se preze, o PT também deveria portar uma utopia, um projeto de sociedade e de conquista do Estado, enfim, uma concepção política capaz de promover alterações substanciais na realidade brasileira. Assim, em contraposição ao comunismo soviético e à social-democracia européia, ambos descartados de pronto pelos petistas, e na ausência de uma definição melhor, passou-se a entender o PT como um partido socialista ou quase isso.

Nas últimas três décadas, inúmeros estudos procuraram problematizar e, de alguma forma, associar o Partido dos Trabalhadores – e também o petismo – ao socialismo ou a uma de suas três variantes, todas constitutivas do partido:

---

<sup>217</sup> VENCESLAU, P. T. op. cit.

<sup>218</sup> Ibidem.

trotskismo, marxismo-leninismo-armado<sup>219</sup> e socialismo democrático. Vale a pena, portanto, revisar algumas destas interpretações e checar se o petismo pode ser visto então como uma expressão da cultura política socialista no Brasil.

André Singer atribuiu o surgimento do PT a uma “centelha trotskista”. De início, Singer reconhecia como fator preponderante para a criação do partido os movimentos grevistas de finais da década de 1970, liderados pelos sindicalistas autênticos: “[...] O surgimento do PT só pode ser compreendido no contexto da intensa mobilização social que se espalhou do ABCD para o país todo entre 1978 e 1980”.

No entanto, a partir das greves e estimulados pela perspectiva de reforma partidária, afirmava, grupos e lideranças trotskistas: “[...] como a Convergência Socialista e o presidente do Sindicato dos Coureiros de São Paulo, Paulo Skormov, levantam a palavra de ordem ‘Por um Partido dos Trabalhadores’ [...]”. Ou seja, levando em conta também a carta de Mário Pedrosa,<sup>220</sup> Singer apontava os trotskistas como os primeiros idealizadores do PT e sublinhava: “Embora pequenas em face do tamanho da mobilização social que as greves de massa prenunciavam, as organização e lideranças trotskistas terão um papel na criação do PT [...]”.<sup>221</sup>

Estes seguiam à risca a tese marxista de Trotsky, transcrita assim por Singer: “[...] cabia à vanguarda da classe operária unificar o conjunto dos assalariados em uma grande organização de massa e, ao mesmo tempo, atuar *dentro* dela de modo a orientá-la na direção da independência revolucionária”. E animados pelo *Manifesto Comunista*, atuando no interior daquele “partido operário” como a “mais resoluta” das frações, os trotskistas serão responsabilizados por Singer pela emergência do “internacionalismo” petista: “[...] Não por acaso, a *Carta de Princípios*, o *Manifesto de*

---

<sup>219</sup> Rudimentar do ponto de vista estético, o neologismo tem o mérito de permitira a reunião de tendências e agrupamentos distintos, porém, todos oriundos da resistência armada ao regime militar. De modo geral, os trotskistas se diferenciam dos demais marxistas-leninistas também por não terem incorporado amplamente a estratégia de confronto armado com os militares, exceto em casos isolados, como o do Partido Operário Comunista (POC), que se lançou à organização de focos guerrilheiros. Cf. CAMPOS, J. R. **O que é trotskismo**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 72-73

<sup>220</sup> Para não perder de vista a influência exercida por Pedrosa nas hostes trotskistas mesmo após romper oficialmente com o trotskismo, convêm lembrar que a Convergência Socialista (CS), ligada ao dirigente argentino Nahuel Moreno, tem: “[...] sua origem nas orientações que Mário Pedrosa deu a um grupo de militantes brasileiros que se encontrava no Chile, no início da década de 1970”. SILVA, W. H. **Mário Pedrosa: arte e revolução**. (On-line) 14 out. 2004. Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/autor\\_materia.asp?id=2605&ida=18](http://www.pstu.org.br/autor_materia.asp?id=2605&ida=18)>. Acesso em: 10. jan. 2008.

<sup>221</sup> SINGER, A. op. cit., p. 14-18.

*Lançamento* e o *Programa* do PT enfatizam que o partido ‘manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo’.<sup>222</sup>

Enfim, para André Singer, o papel dos trotskistas foi o de servir de veículo para que chegasse até o ABC a descoberta teórica de Marx de que o movimento operário teria um papel político central na evolução do capitalismo. E assim, ao ver aqueles sindicalistas sem vínculos com o marxismo dando forma ao novo partido, Singer concluía sem titubear: “[...] Teoria e prática por fim coincidem no Brasil”.<sup>223</sup> Só faltou dizer: “graças aos trotskistas”.

De certo modo, Apolônio de Carvalho concordava com a prevalência dos trotskistas na definição de alguns dos comportamentos adotados pelos petistas, ante qualquer outra tradição de esquerda presente no interior do partido. Dizia Carvalho, aparentemente numa autocrítica: “[...] O PT guarda ainda um bocado das coisas da esquerda, [...] acho que o PT guarda ainda muito do cerco das idéias e concepções da esquerda tradicional [...]”.<sup>224</sup>

Mas à frente, porém, o general-de-brigada não deixava qualquer dúvida: “[...] A IV Internacional tem uma visão de centralismo democrático tão dura quanto o centralismo democrático do tempo de Lênin, depois de 1920, e do tempo de Stalin, depois de 1924 [...]”. Carvalho referia-se à dureza do centralismo trotskista e, de passagem, dava uma alfinetada nos comunistas do PCB. Quanto ao “seu” PCBR, parecia tudo certo: “[...] Nos anos 60, nós do PCBR queríamos manter um partido, mas modificamos a idéia do velho partido leninista, muito parcialmente por causa da influência e da tradição do partido bolchevique [...]”.<sup>225</sup>

De fato, o cisma entre comunistas e trotskistas, fartamente registrado na história da esquerda brasileira – e mundial –, parecia ter encontrado no PT um novo palco. De um lado, estavam incontáveis frações trotskistas, algumas das quais com forte atuação no meio estudantil e sindical, e de outro, os comunistas – melhor dizendo, uma “parcela” deles –, fracassados em suas dezenas de tentativas de instaurar no Brasil um processo de insurreição bélico-popular contra o regime militar.

No entanto, dois aspectos específicos pareciam unir entes tão distintos: 1) a certeza de que, dadas as circunstâncias e os movimentos que implicaram em sua fundação, o PT significava a materialização histórica daquele “partido operário”

---

<sup>222</sup> SINGER, A. op. cit., p. 18-20.

<sup>223</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>224</sup> VENCESLAU, P. T. op. cit.

<sup>225</sup> Ibidem.

preconizado por Marx no *Manifesto Comunista*; 2) amparados pelo *Manifesto*, ambos, trotskistas e comunistas, ingressaram no PT reivindicando para si a premissa de “vanguarda” do operariado; vale dizer, este segundo aspecto seria responsável por colocá-los internamente em campos opostos no partido. Mas havia também um outro fator que os unia: a crítica comum ao que se convencionou chamar de “reformismo” do PCB.

Segundo Jacob Gorender, o PCB não surgiu de uma crise da social-democracia,<sup>226</sup> como ocorreu nos países da Europa Ocidental e mesmo na Rússia, ou de uma tradição socialista anterior, como em algumas situações na América Latina, especialmente na Argentina, Chile e Peru. O PCB, dizia Gorender, nasceu pequeno, a partir da influência anarquista – nove deles fundaram o partido, em 1922 – e, mais tarde, adquiriu dimensões nacionais com o ingresso de Luís Carlos Prestes e seus adeptos. E aqui outra novidade dos comunistas brasileiros em relação aos demais camaradas comunistas, também observada por Gorender: “Com exceção talvez do partido na China, nenhum outro partido comunista teve a influência militar característica do PC brasileiro. Graças a Prestes e à agitação social [...]”.<sup>227</sup>

E assim, o militarismo se fez presente na trajetória dos comunistas brasileiros, mostrando-se decisivo nos momentos mais dramáticos. Graças a esta influência – e à mitologia criada em torno do “Cavaleiro da Esperança” –, os comunistas esquadriharam o mapa do país em guarnições militares e convenceram os membros da Internacional Comunista (IC) sobre a iminência da “revolução” no Brasil.<sup>228</sup>

Fracassado o “Levante de 1935”, com Prestes e toda a cúpula presos e o partido em frangalhos, o militarismo comunista não saiu de cena, parecendo, ao contrário, revigorar-se com a participação exitosa da Força Expedicionária Brasileira

---

<sup>226</sup> Nas palavras de Gorender: “[...] O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, não teve sua origem socialdemocrata, porque não havia socialdemocracia no Brasil. O Brasil foi escravista até o fim do século XIX. Depois começaram a surgir centros industriais, com operários, em geral imigrantes, formando um pequeno proletariado. Mas não surgiram movimentos socialdemocratas. Ao contrário, a influência maior nesse jovem proletariado, em grande medida de origem italiana e espanhola, foi a influência anarquista [...]”. GORENDER, J. O ciclo do PCB:1922-1980. In FORTES, A. (org). op. cit., p. 164.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 165.

<sup>228</sup> Gorender relatava o episódio da seguinte forma: “[...] Eu ouvi de companheiros dirigentes do PCB daquele tempo que Antônio Maciel Bonfim [secretário-geral do partido na época], em Moscou, apontava num mapa do Brasil uma cidade e dizia: ‘Aqui tem uma guarnição militar e aqui nós temos tantos oficiais, tantos sargentos, ali temos tantos, ali temos tantos’. Isso convenceu a Internacional, que tinha muito pouca experiência e informação sobre o Brasil. A Internacional deixou-se convencer sobretudo por causa da presença de Prestes em Moscou, quando ele já tinha se tornado um mito, uma figura legendária”. Ibidem, p. 165-166.

(FEB) na segunda guerra mundial. De todo modo, passada a euforia inicial, lá estava a retórica militarista nas linhas do *Manifesto de Agosto* (1950), conduzindo os comunistas a uma postura de enfrentamento ao governo de Getúlio Vargas (1951-1954), acusado de “entreguista”.

A comoção que se seguiu à morte de Vargas colocou os comunistas ao lado da oposição reacionária e conservadora, encampada pela União Democrática Nacional (UDN) e personificada em Carlos Lacerda. De acordo com Jacob Gorender, as: “[...] coisas chegaram a tal ponto que em Porto Alegre o jornal do partido, o *Tribuna Gaúcha*, foi depredado pela multidão trabalhista [...]”; aliás, lembrava Gorender: “[...] Ataques a jornais comunistas se deram também em várias outras cidades do país”.<sup>229</sup>

Quando o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956, revelou os crimes e excessos cometidos durante a vigência do stalinismo, os comunistas brasileiros iniciaram uma revisão de suas posições que, em última análise, também evidenciou certa reversão em seu militarismo. Num primeiro momento, o processo de autocritica do PCB culminou na *Declaração de Março* (1958) e, anos depois, na dissidência capitaneada por Maurício Grabois, Diógenes Arruda, Pedro Pomar e João Amazonas; de corte maoísta, assim nasceu o PCdoB, em 1962. Por algum tempo, lembra Jacob Gorender, o Brasil foi o único país a dispor de dois partidos comunistas que reclamavam ter as mesmas origens e a mesma data de fundação: 25 de março de 1922.<sup>230</sup>

Com o golpe de 1964, o mal-compreendido “pacifismo” das teses pecebistas de 1958 passou a ser apontado como a causa da derrota, com a influência militarista dos comunistas novamente ditando o teor dos discursos. A opção do PCB pela resistência democrática, entre 1965 e 1967, ratificou os termos da *Declaração de Março*, servindo de argumento para outros militantes deixarem o partido sob o pretexto de o Partido Comunista ter se tornado refém do “reformismo”.

Isto explica, por exemplo, porque Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho refundaram o Partido Comunista Brasileiro, em abril de 1968, acrescentando-lhe uma “indispensável” nomenclatura: “Revolucionário”. Este também foi o caso da Ação Libertadora Nacional (ALN), dissidência comunista liderada por Carlos Marighela e inspirada na Revolução Cubana, e de tantos outros

---

<sup>229</sup> Ibidem, p. 171.

<sup>230</sup> Cf. GORENDER, J. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

agrupamentos que adotaram a via armada como forma de oposição ao regime militar no Brasil. Todos nasceram com base na crítica ao suposto “reformismo” pecebista.<sup>231</sup>

Derrotadas no campo de batalha, muitas daquelas organizações – ao menos aquelas cujos militantes tenham sobrevivido à fúria dos órgãos de repressão – entraram em longos processos de revisão e autocrítica, que atravessaram a década de 1970 e desaguaram na formação do Partido dos Trabalhadores. Remanescentes da Ala Vermelha do PCdoB, ALN, Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), PCBR, Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), dentre outros, ingressariam no PT entre 1979 e 1981.<sup>232</sup>

Em janeiro de 1984, já no interior do PT, seria criado o Partido Revolucionário Comunista (PRC), mais tarde dividido em duas tendências petistas: Nova Esquerda, mais à direita do partido, e Tendência Marxista (TM), mais à esquerda. Na mesma época, surgiu nas fileiras petistas o Movimento Comunista Revolucionário (MCR), também congregando ex-integrantes de organizações da luta armada.

Segundo Lincoln Secco, três grupos formaram o MCR: a Ala Vermelha do PCdoB, o MEP e a Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP), sucessora da AP-ML. Mais tarde, o MCR seria extinto, cedendo lugar à tendência petista Força Socialista (FS). Contudo, constatava Secco, a exemplo do PRC, o MRC se constituía objetivamente num: “[...] partido clandestino que usava o PT como ‘fachada legal’, às vezes até autorizando dobradinhas eleitorais de seus militantes com outros partidos, além do PT [...]”.<sup>233</sup>

Em detrimento de sua parca expressão numérica, o marxismo-leninismo-armado passou a ocupar as linhas nas teses petistas e cada vez mais espaço no interior do partido. Ao lado dos trotskistas, a presença de egressos da luta armada autorizava a vinculação do Partido dos Trabalhadores ao espectro político da esquerda, emprestando-lhe práticas, discursos e valores. De início, apenas os comunistas do PCB ficariam de fora do experimento petista. Mais tarde, porém, diante do esfacelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de conflitos internos de toda ordem, alguns comunistas do PCB – adeptos da política

---

<sup>231</sup> Ibidem.

<sup>232</sup> Cf. REIS, D. A. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In. FERREIRA, J. e REIS, D. A. (orgs.). **As esquerdas no Brasil – Revolução e democracia (1964-...)**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 506.

<sup>233</sup> SECCO, L. **Gramsci e o Brasil**. Recepção e difusão de suas idéias. São Paulo: Cortez, 2002, p. 77-93.

democrática posta em prática desde finais da década de 1950 e vitoriosa, do ponto de vista político, no confronto com o regime militar – também engrossariam as fileiras do PT. Este foi o caso, por exemplo, de David Capistrano Filho, ex-dirigente comitê estadual do PCB de São Paulo, e de Carlos Néelson Coutinho, autor do célebre *Democracia como um valor universal*.<sup>234</sup>

Mas nem todos os petistas viam com bons olhos a presença de tradições da “velha” esquerda, como diziam. Muitos julgavam o ranço autoritário de trotskistas e do marxismo-leninismo-armado como um dos mais sérios obstáculos à consagração da vocação democrática do PT. Estava armado o conflito que acompanharia a – in – definição do socialismo petista; aliás, contradição exposta desde o lançamento do partido, no dominical 10 de fevereiro de 1980.<sup>235</sup>

Admitindo a existência de dois pólos consolidados e contrapostos no interior do PT, Clóvis Bueno de Azevedo se pôs a examinar o problema. De um lado, estavam os portadores da “concepção leninista”, incluindo aí trotskistas e ex-combatentes da luta armada, e de outro lado, dizia Azevedo, estava a concepção petista de “social-democracia”.

O autor de *A estrela partida ao meio* recusava-se a adotar a expressão “socialismo democrático”, essencialmente, por três motivos. Em primeiro lugar, porque: “‘Socialismo democrático’ é uma expressão vazia, na medida em que todos os socialistas se pretendem democratas e se vêem abrangidos por esta categoria [...]”. Segundo, argumentava Azevedo, para: “[...] a perspectiva social-democrata, o socialismo só será democrático se não for imposto, se for explicitamente escolhido e autorizado pelos governados”. Em terceiro lugar, porque “[...] ‘Social-democracia’ é a forma mais clara de designar [...] a vertente político-ideológica que se opõe ao leninismo, cuja superação é obrigatória para tornar democráticos o caminho e a manutenção do socialismo”.<sup>236</sup>

---

<sup>234</sup> Cf. COUTINHO, C. N. *Democracia como valor universal. Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n.9, mar. 1979, p. 33-47. Para David Capistrano Filho: Cf. CAPISTRANO F.º, D. (et al). *Há o que fazer. A esquerda na nova república*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

<sup>235</sup> Novamente recorrendo ao relato de Perseu Abramo sobre o ato de lançamento do PT: “[...] O final da manhã e quase toda a parte da tarde foram ocupados com discussões acirradas a respeito do Manifesto de Lançamento. [...] Foram feitas acusações recíprocas de ‘obreirismo’ e de ‘linguajar pseudo-radical’, de ‘legalismo’ e ‘parlamentarismo’. [...] Já o deputado federal Ailton Soares foi mais contundente nas suas críticas, considerando que a reunião do dia dez não foi democrática e reafirmando que o PT é um partido dos trabalhadores e não uma frente de organizações de esquerda [...]”. ABRAMO, P. op. cit.

<sup>236</sup> AZEVEDO, C. B. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995, p. 241-242.

E era este o mal a ser combatido pelos petistas: “leninismo”. De acordo com Azevedo, a concepção leninista não reconhece a validade das eleições, a legitimidade dos frágeis mecanismos de consulta à vontade popular. Ao contrário, dizia, os “leninistas” pretendiam ter a posse da “verdade” – suprema e inquestionável –, minimizavam a consciência popular e não toleravam a divergência de posição, logo entendida por eles como parte do jogo das classes dominantes.

Para Azevedo, os “leninistas” concordavam que: “[...] não deve haver democracia a partir do momento em que se puder impor a vontade ‘socialista’, intrinsecamente justa e por definição incontestável”. Portanto, concluía Clóvis Bueno de Azevedo, o: “[...] Partido dos Trabalhadores permanece cindido. As intenções democráticas continuam sabotadas pela incapacidade de superar concepções autoritárias que fazem parte da cultura da esquerda [...]”.<sup>237</sup>

Autoritarismo *versus* democracia; eis a síntese antitética do socialismo petista, se Azevedo não tivesse empregado os termos leninismo e social-democracia, retirados dos partidos operários europeus do início do século XX.

Daniel Aarão Reis Filho também notava o dilema petista, mas em outros moldes. Em análise recente, Reis Filho tratou de duas culturas políticas da esquerda brasileira que tinham lugar no Partido dos Trabalhadores: a “tradição nacional-estatista” e a “socialista-democrática”.

Reis Filho, aliás, começava disparando uma crítica: “[...] Em certos momentos, em certos ângulos de análise, parece que o comunismo e os comunistas detêm uma espécie de monopólio de *ser de esquerda* no Brasil”. Para tanto, citava outras tradições que, embora desprezadas pelos meios acadêmicos, exerceram forte atração em setores da esquerda brasileira em outros momentos da história, como o anarquismo, no início do século XX, e mesmo a tradição do: “[...] catolicismo popular, do catolicismo revolucionário e do catolicismo social, em sentido amplo, sobretudo a partir dos anos 1960, ampliando-se no contexto da ditadura militar”.<sup>238</sup>

Para Reis Filho a tradição “nacional-estatista” nada tinha a ver com o “leninismo” abordado por Azevedo e sim com o trabalhismo expresso pelo PTB, este

---

<sup>237</sup> Apenas para registro, eis a opinião do petista Clóvis Bueno de Azevedo sobre seu partido, emitida em 1995, com grifos nossos: “[...] O PT é o partido menos contaminado pelos interesses conservadores. É, de longe, o mais impermeável à corrupção, ao fisiologismo, ao clientelismo e a outros males da política e da cultura brasileiras. É a agremiação que, *mesmo sem ser coerente*, mais se aproxima de ter um projeto político, mais se orienta por diretrizes, valores e princípios éticos”. Ibidem, p. 242-243. Parece que Azevedo estava certo quanto à falta de coerência dos petistas.

<sup>238</sup> REIS Fº, D. A. op. cit., p. 174.



geralmente dissociado das análises sobre a cultura política da esquerda e associado ao “colapso do populismo” no Brasil. Assim, dizia, a tradição nacional-estatista, mesmo se referida apenas ao PTB, não é monolítica, comportando várias vertentes.

Segundo Reis Filho, tais vertentes poderiam ser resumidas da seguinte forma: “[...] uma *direita*, disposta a arranjos com forças declaradamente conservadoras [...]”; outro setor, agregando aqueles: “[...] que só pensam em parasitar o Estado e suas agências, os chamados *fisiológicos*, que não existem apenas no interior do PTB, obviamente [...]”; e por fim, uma: “[...] *esquerda* que, conforme as circunstâncias, pode adquirir um caráter revolucionário [...]”. A propósito, como exemplo desta última vertente, Reis Filho mencionava o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), inspirado e liderado por Leonel Brizola às vésperas do golpe de 1964, e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), criado por Francisco Julião no interior das Ligas Camponesas.<sup>239</sup>

No entanto, Daniel Aarão Reis Filho não limitava a tradição “nacional-estatista” ao trabalhismo, tampouco ao PTB, estendendo-a aos agrupamentos da esquerda armada da década de 1960 e, inclusive, ao PT, que, segundo ele, buscava: “[...] dela distanciar-se explicitamente. É visível, por exemplo, no interior do Partido dos Trabalhadores (PT), a presença das referências nacional-estatistas e das referências nacionalistas [...]”. Reis Filho se referia à participação marcante desta tradição nos: “[...] movimentos dos servidores públicos, nas lutas dos empregados das empresas estatais contra a privatização, nos anos 1980 e 1990, bases sociais fundamentais [...] do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT)”. Ademais, completava, a “tradição nacional-estatista”: “[...] evidenciou-se, mais uma vez, com força renovada, no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) [...]”;<sup>240</sup> outra criação petista.

Em relação à tradição “socialista-democrática”, Reis Filho afirmava ter surgido antes do golpe de 1964, como uma alternativa ao comunismo e ao trabalhismo representados pelo PCB e PTB, respectivamente. Assim, enquanto cultura política, o “socialismo democrático” teria sido ensaiado originalmente pelo PSB, agremiação formada por um grupo de parlamentares eleitos em 1945 pela UDN, conhecido como

---

<sup>239</sup> Ibidem, p. 177.

<sup>240</sup> Na visão de Reis Filho, as idéias-força e os grandes temas do nacional-estatismo, em sua versão mais radical e esquerdista, seriam os seguintes: “[...] a soberania nacional, a questão do *imperialismo*, imaginado como *força externa*, a nação brasileira como vítima de um processo de opressão internacional e de elites *podres* que parasitam o corpo são de um povo permanentemente ludibriado e enganado”. Ibidem, p. 178.

Esquerda Democrática (ED); ao obter o registro eleitoral em 1946, a ED passaria a se chamar Partido Socialista Brasileiro em 1947.<sup>241</sup>

As críticas dos socialistas aos trabalhistas enfatizavam: “[...] o vago conceito de *povo*, que freqüentemente levava a ignorar ou anular as diferenças sociais no interior da sociedade brasileira [...]”. Conforme apontava Reis Filho, os socialistas brasileiros também acusavam o trabalhismo de excessivo apelo carismático e autoritarismo no estilo de fazer política. De outro modo, os socialistas formulavam: “[...] críticas contundentes ao socialismo soviético, por seu caráter antidemocrático, e aos comunistas, pelo autoritarismo com que lidavam com as divergências políticas [...]”. Em ambos os casos, isto é, dirigindo-se a trabalhistas e comunistas, os “socialistas democráticos”: “[...] criticavam a subestimação dos valores democráticos e a inclinação pelas referências e pelos métodos autoritários [...]”.<sup>242</sup>

Submersa durante os anos de chumbo da ditadura militar, dizia Reis Filho, a cultura política “socialista-democrática” representava: “[...] uma tradição que procura renovar o pensamento e a prática das esquerdas e que encontra, sem dúvida, uma acolhida muito forte no interior do Partido dos Trabalhadores”. Numa conclusão ambígua sobre os destinos desta tradição entre os petistas, Reis Filho, primeiro, salientava: “Penso que o PT, desde a fundação, para além de seus problemas, de suas dificuldades, contradições e carências, soube afirmar, pelo menos parcialmente, um veio democrático [...]”; algo que: “[...] não era muito comum na trajetória das esquerdas brasileiras, sobretudo na tradição nacional-estatista [...]”.<sup>243</sup>

Por fim, admitia: “[...] embora o PT, até porque tem também dentro dele a tradição nacional-estatista, não consiga de modo cabal as tendências autoritárias, prontas, sempre, conforme as circunstâncias, a ressurgir com força [...]”.<sup>244</sup> E como se vê, por caminhos distintos e em contextos específicos, Clóvis Bueno de Azevedo e Daniel Aarão Reis Filho concluem por uma mesma “estrela partida ao meio” quando se trata de indicar qual o sentido do socialismo petista.

Na verdade, nem mesmo os petistas conseguiram definir uma posição clara a respeito. No 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado de 31 de maio a 3 de junho de 1990, chegou-se perto disso. Na ocasião, os petistas aprovaram uma resolução abordando a questão, intitulada *O socialismo petista*; este

---

<sup>241</sup> Cf. SCHMITT, R. op.cit., p. 21.

<sup>242</sup> REIS Fº, op. cit., p. 179.

<sup>243</sup> Ibidem, p. 180-181.

<sup>244</sup> Ibidem.

texto sofreria pequenas correções e alguns acréscimos, dando suporte à resolução sobre “Socialismo”, aprovada durante o 1º Congresso Nacional do partido, realizado em São Bernardo do Campo (SP), entre 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991.

No início da década de 1990, os petistas exaltavam seu “pluralismo ideológico-cultural”, dizendo: “[...] Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade [...]”. Eles reconheciam as várias correntes de pensamento e os diversos sujeitos sociais que deram forma e vida ao PT: “[...] o cristianismo social, marxismos vários, socialismo não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental, etc.” E confessavam, aparentemente sem remorso ou culpa: “[...] O ideário do Partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia *oficial* [...]”; isto é, as: “[...] distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta [...]”. Para os petistas, o que: “[...] une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão”.<sup>245</sup>

A partir daí, os petistas expunham uma imagem sobre si mesmos que parecia obedecer a seguinte lógica: democráticos, porque somente o respeito ao pluralismo poderia garantir a convivência das mais diversas culturas políticas; anticapitalistas, porque, ao por em “prática” sua verve democrática, teriam descoberto a: “[...] perversidade estrutural do capitalismo [...]”; socialistas, porque a: “[...] convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas [...]”. E ao criticarem as bases do “socialismo real”, excluindo-o da noção socialista que buscavam afirmar, os petistas atualizavam o raciocínio: democráticos porque plurais, etc. “Mas qual socialismo?”;<sup>246</sup> insistiam. Em vão.

Quase duas décadas depois, a resposta não viria por teorias, teses ou resoluções, mas pela prática, como preferem os petistas.

---

<sup>245</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. op. cit., p. 430.

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 432-434.

Em seu primeiro ato de campanha à reeleição, Lula concedeu no Palácio do Planalto uma entrevista coletiva à imprensa internacional. Na oportunidade, saiu-se com essa: “Eu nunca fui esquerdista”.<sup>247</sup>

É verdade, nunca mesmo. Desde os tempos do ABC, Lula e os sindicalistas autênticos sempre demonstraram certa aversão ao esquerdismo. As teses sobre o desempenho da Articulação Sindical na CUT, por exemplo, estão aí para comprovar isso; algumas declarações de Lula também.<sup>248</sup>

No entanto, o que fizeram os petistas? Nada. Isto é, se engajaram de corpo e alma de campanha pela reeleição, e vencida a “batalha” do segundo turno, não voltaram mais ao assunto. Mas e o socialismo petista?

Trotskistas, leninistas, socialistas, social-democratas, nacional-estatistas, enfim, os portadores da suposta cultura de esquerda petista pareciam pouco preocupados com isso. Afinal, tinham mais quatro anos de governo pela frente.

Tudo indica que Mário Pedrosa estava certo desde o discurso inaugural.

---

<sup>247</sup> REUTERS. **Lula se diz longe da esquerda e quer manter política econômica.** (On-line) 14 jul. 2006. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1070437-16652,00.html>>. Acesso em: 12 mar. 2007.

<sup>248</sup> Dizia Lula, em maio de 1978: “Eu sou contra qualquer radicalismo, eu acho que não é matando uma pessoa que nós vamos encontrar as soluções para os nossos problemas [...]”. Ou ainda, na mesma entrevista: “Eu sou contra o radicalismo tanto de esquerda como de direita. Eu acho que radicalismo não leva a nada [...]”. SILVA, L. I. op. cit., p. 82-83.

### 3.3 Novo trabalhismo?

A imagem é bem conhecida. Em visita oficial a uma base de exploração de petróleo, o presidente da República se deixa fotografar com a mão espalmada e suja de óleo. Logo depois a foto virou peça publicitária, sendo convertida em símbolo da pujança da Petrobras.

Não. Não se trata da fotografia de Lula na cerimônia comemorativa da auto-suficiência brasileira em petróleo, realizada na bacia de Campos (RJ), em abril de 2006. Na ocasião, Lula repetiu o gesto histórico feito por Getúlio Vargas ao visitar um poço de petróleo no município de Candeias (BA), em 1952, um ano antes da criação da Petrobras. Segundo consta, registro de um ato espontâneo do presidente,<sup>249</sup> a foto de Vargas no Recôncavo Baiano se tornou de fato uma das marcas da campanha pela nacionalização da exploração e produção de petróleo no Brasil, cujo lema era “O Petróleo é Nosso”.

A fotografia de Lula, porém, foi produto de um ato calculado com precisão industrial. A comemoração oficial da auto-suficiência do Brasil na produção de petróleo ocorreu no interior de uma das plataformas da Petrobras em alto mar, no feriado nacional de Tiradentes, mártir da independência do país. Com capacete e macacão de petroleiro – que, aliás, trazia a inscrição “Presidente Lula” –, cercado por ministros, políticos e técnicos da empresa, Lula suja as mãos de óleo e as exhibe aos cinegrafistas e fotógrafos, únicos profissionais de imprensa autorizados a participar do evento. Depois, o presidente da República imprime marcas das mãos em macacões de funcionários da Petrobras, cena também fartamente registrada

---

<sup>249</sup> De acordo com a matéria da *Agência Brasil*, a foto de Getúlio Vargas com uma das mãos escorrendo óleo foi feita por Renato Pinheiro, fotógrafo oficial da Presidência. Segundo relato recente de Pinheiro à agência estatal de notícias, naquele dia, o: “[...] presidente Vargas e membros da comitiva prestavam atenção nas explicações técnicas sobre o poço, dadas pelo engenheiro responsável (geólogo Pedro de Moura). Ao final, os fotógrafos pediram ao presidente Vargas que pousasse cumprimentando o engenheiro. [...] Terminado o cumprimento o engenheiro mostrou um capacete melado de óleo, e pediu ao presidente da República que sentisse nos dedos a viscosidade do petróleo”. Naquele momento, enquanto os outros fotógrafos trocavam as chapas de suas máquinas, Pinheiro sugeriu ao presidente que mostrasse a mão suja de óleo. Assim teria surgido a foto que virou símbolo da campanha pela nacionalização do petróleo. AGÊNCIA BRASIL. **Foto de Vargas com mão suja de óleo foi símbolo da campanha O Petróleo é Nosso**. Brasília, 21 abr. 2006. Disponível em: <[http://www.radiobras.gov.br/materia\\_i\\_2004.php?materia=262778&editoria=&q=1](http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=262778&editoria=&q=1)>. Acesso em: 10 jan. 2008.

pelas câmeras, conforme o previsto pelo protocolo;<sup>250</sup> estava oficialmente autorizada a associação entre trabalhismo e petismo, ou pior, entre getulismo e lulismo.

Na verdade, a polêmica aproximação havia sido percebida pelos analistas desde os primeiros passos do governo Lula; exemplos não faltam.

Cerca de um ano após o início do governo petista, Ricardo Antunes dizia, com certo desapontamento: “[...] O mais exitoso partido de esquerda das últimas décadas, que tantas esperanças provocou no Brasil e em tantas outras partes do mundo, assemelha-se hoje ao ‘New Labour’ da velha Inglaterra”. Isto porque, para Antunes, a: “[...] política que o governo do PT vem implementando, desde sua primeira hora, é em parte expressão de seu transformismo e sua conseqüente adequação à ordem [...]”;<sup>251</sup> com o PT deixando de ser aquele partido em conflito com o capital para assumir as formas atuais, em plena harmonia com a capital. Mais tarde, Antunes colocaria a questão nos seguintes termos: “Se na economia o lulismo foi antigetulista, convivendo bem com a pragmática financista dominante, no plano sindical, se reencontrou com Getúlio Vargas”; aliás, para Ricardo Antunes, um “reencontro tardio”.<sup>252</sup>

Indagado se o Brasil estaria presenciando um retorno ao ideário nacionalista sob o governo Lula,<sup>253</sup> Marco Antônio Villa admitia certa exaltação ufanista por parte dos petistas, contudo, alertava: “[...] Esse nacionalismo é postiço, pois não combina com a política econômica do governo, ao contrário de um governo como o de Vargas [...]”;<sup>254</sup> nisso parecendo concordar com a opinião de Antunes.

Mas Villa chegava a esta conclusão tecendo outra linha de raciocínio. Para ele, em oposição ao que afirmara Antunes, não havia qualquer possibilidade de

---

<sup>250</sup> Cf. FOLHA DE S.PAULO. **Lula imita Vargas e fala em marco histórico**. São Paulo, 22 abr. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2204200611.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>251</sup> ANTUNES, R. A trajetória (e a tragédia do PT). **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 11 abr. 2004, p. A3.

<sup>252</sup> “Lula aflorou no sindicalismo como criação da estrutura sindical getulista. Tornou-se dirigente dos metalúrgicos por contingência. Em pouco tempo se converteu em seu antípoda: liderou greves, confrontou o sindicalismo oficial, deixou aturdido o peleguismo, ajudando a virar uma página do velho sindicalismo. Mas a história dá muitas voltas: no poder, não foram poucas as desconstruções de Lula. [...] Seu governo prepara dois projetos que selam seu reencontro com o velho getulismo sindical [...]”. Ricardo Antunes se referia ao aumento do imposto sindical e às restrições no direito de greve do funcionalismo público. ANTUNES, R. O reencontro tardio de Lula com Getúlio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 ago. 2007, p. A3.

<sup>253</sup> Em 19 de setembro de 2004, a *Folha de S.Paulo* publicou em seu suplemento dominical as respostas dadas por nove intelectuais para a seguinte pergunta: “[...] à luz da recente difusão de slogans como ‘o melhor do Brasil é o brasileiro’ (Câmara Cascudo) e da ênfase dada pelo governo aos festejos do último 7 de Setembro, estamos presenciando um ‘revival’ do velho ideário nacionalista, isto é, da exaltação ufanista das virtudes do país?”. FOLHA DE S. PAULO. **Mais!**. São Paulo, 19 set. 2004, p. 4-5.

<sup>254</sup> *Ibidem*, p. 5.

reencontro entre Lula e Getúlio por uma simples razão: “[...] O governo Lula tem um pecado original, um mal de origem, que é desprezar a herança getulista [...]”; isto é: “[...] O PT nasceu antigetulista e permanece antigetulista, por isso tem dificuldade em criar seu próprio nacionalismo, pois no Brasil nacionalismo é sinônimo de getulismo [...]”. Logo, concluía Villa, o incipiente nacionalismo petista não passava de uma “operação” artificial e “pífia”, tão-somente destinada a dar uma satisfação à velha militância do partido, desiludida pela política econômica.<sup>255</sup>

Maria Celina D’Araújo entendia a notória aproximação com Vargas como um gesto consciente de Lula e dos petistas. No entanto, enfatizava que as semelhanças se encerravam no uso da retórica, no forte carisma popular e na construção da imagem de “pai dos pobres”.<sup>256</sup>

De acordo com D’Araújo, a análise da postura de ambos na condução da presidência da República bastava para revelar a adoção de comportamentos distintos. Getúlio tinha um projeto de nação. Não era um democrata, mas era um estadista. Tinha noção do seu papel, da sua autoridade. Era um homem distante. Lula, ao contrário, demonstra ser mais acessível, sempre dando palpite sobre tudo; e embora não tenha a estatura de estadista, tem uma biografia muito mais associada à democracia. Enfim, para D’Araújo, Lula está copiando Getúlio naquilo em que ele foi mais eficiente para conseguir popularidade: “[...] Está se apropriando de uma estratégia que deu certo para Getúlio e que, por enquanto, está dando certo para ele também”.<sup>257</sup>

Há também quem veja no governo Lula o ensaio de um “novo populismo” ou até algo “além do populismo”.<sup>258</sup> De modo que tem sido cada vez mais freqüente a associação da prática recente dos petistas com as velhas noções de nacionalismo, populismo e “peleguismo”, e polêmicas à parte, o fato é que o problema exige uma leitura atenta da literatura dedicada à abordagem do trabalhismo enquanto cultura

---

<sup>255</sup> Ibidem.

<sup>256</sup> Lula teria dito, em meados de 2006: “Seria tão mais fácil a gente governar se tivéssemos que cuidar só dos pobres. Os pobres não dão trabalho, por isso por muito tempo ficaram esquecidos”. FOLHA DE S.PAULO. **Retórica getulista de Lula divide analistas**. São Paulo, 2 jul. 2006, p. A14.

<sup>257</sup> Ibidem.

<sup>258</sup> Cf. MARQUES, R. M. e MENDES, A. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. In **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1 (101), p. 58-74, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n1/a04v26n1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.; e GENRO, T. Mais além do populismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2006, p. A3; respectivamente.

política. Somente assim será possível checar se o petismo mantém vínculos com a herança trabalhista ou não.

Angela de Castro Gomes concebe o trabalhismo tanto como uma ideologia política, quanto como uma tradição política, pertencente ao universo de fenômenos que integram o que se pode considerar uma cultura política bastante compartilhada no País a partir da República que se instaurou em 1945. Ao vincular sua difusão ao contexto inaugurado após a queda do Estado Novo (1937-1945), Gomes afirma: “[...] que o trabalhismo, como ideologia, foi ‘inventado’ em momento e circunstância bem precisos, não tendo origens remotas, nem imemoriais [...]”. Ou seja, para ela, o trabalhismo, como ideologia, foi articulado e difundido através: “[...] de uma série de modernos e sofisticados procedimentos e atos comunicativos, a partir do ano de 1942, possuindo como base operacional o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio [...]”.<sup>259</sup>

Como um “produto do Estado Novo”, o trabalhismo passou então a ser propagado e fortemente vinculado à figura pessoal do então chefe de Estado, Getúlio Vargas, além de traduzir a idéia capital de responder aos interesses dos trabalhadores, por meio do acesso a uma legislação trabalhista, previdenciária e sindical. Portanto, assegura Angela de Castro Gomes, a ideologia trabalhista nasceu vinculada ao getulismo, ao nacionalismo e ao intervencionismo de um Estado protetivo que Vargas então encarnava.

Ainda de acordo com Gomes, o trabalhismo também nasceu vinculado a um: “[...] modelo de organização sindical de extração corporativista, o que, naquele contexto político, significava uma forma de representação de interesses profissionais e não de idéias políticas, religiosas, etc. [...]”; em outras palavras: o trabalhismo caracterizou-se por um projeto que se vinculou ao nacionalismo e à promessa de justiça social, centrada nos direitos do trabalho.<sup>260</sup>

No entanto, ao identificar o surgimento do trabalhismo como uma obra do Estado protetor de Vargas, Angela de Castro Gomes distingue os traços assumidos por aquela nova ideologia em dois momentos bem definidos. Antes de 1945, diz: “[...] a ideologia trabalhista e o sindicalismo corporativista compunham o que se designava ‘democracia autoritária’ brasileira [...]”; isto é uma forma de democracia

---

<sup>259</sup> GOMES, A. de C. Brizola e o trabalhismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004, p. 15-16.

<sup>260</sup> Ibidem.



que consagrava os direitos sociais e criticava e desprezava a democracia política e, por conseguinte, o voto, os partidos, as eleições, o parlamento etc. Logo, o trabalhismo anterior à queda do Estado Novo: “[...] utilizou-se dos direitos sociais, desvinculando-os dos políticos e, por isso, pouco contribuiu para o estabelecimento de uma sociedade democrática [...]”.<sup>261</sup>

No período posterior a 1945 até o golpe de 1964, afirma Gomes, o trabalhismo demonstrou outra relação entre os direitos que integrariam a idéia de justiça social, embora ela ainda permanecesse sendo alicerçada pelo Estado. Por meio de sindicatos e do PTB, naquele período o trabalhismo foi relido e apropriado por trabalhadores e por lideranças políticas e sindicais, ganhando novos sentidos, forças e possibilidades.

Para Angela de Castro Gomes, mesmo considerando a existência de limites para tal operação e sua vinculação a práticas demagógicas e assistencialistas, foi então: “[...] que o trabalhismo transformou-se efetivamente em um instrumento de inclusão social e de alargamento da participação política [...]”. Portanto, conclui a autora: “[...] é justamente durante essa experiência que o trabalhismo começou a se constituir em uma tradição da política brasileira, capaz de mobilizar eleitores e ser mobilizada por políticos [...]”.<sup>262</sup>

Jorge Ferreira também admite o trabalhismo como uma cultura política que se consolidou entre 1945 e 1964, num contexto de forte polarização entre os projetos liberal-conservador e comunista. Associados às esquerdas e aos nacionalistas, os trabalhistas demonstraram naquele período vigor eleitoral e capacidade de mobilização popular, fatores que, lembra Ferreira, não foram: “[...] casuais ou arbitrários e muitos menos resultaram, como ainda de pensa, da ação maquiavélica da mão esquerda de Vargas [...]”.<sup>263</sup>

Para tanto, Jorge Ferreira sublinha a importância do PTB para a difusão do trabalhismo. Participando dos movimentos sociais e das lutas sindicais, canalizando demandas operárias e populares, o partido trabalhista agiu no sentido de “dialogar” com a população, atuando como elemento institucional de interlocução entre Estado e classe trabalhadora.

---

<sup>261</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>262</sup> Ibidem, p. 16-18.

<sup>263</sup> FERREIRA, J. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 376-377.

Sem abandonar o fisiologismo, as práticas autoritárias e o personalismo, afirma Ferreira, o PTB superou sua fase getulista – quando propunha apenas a garantia da legislação social promulgada na década de 1930 – e alcançou um: “[...] perfil programático e ideológico, defendendo grandes mudanças econômicas e sociais, o nacionalismo e a independência do país frente ao capital internacional [...]”. Tal condição teria permitido ao PTB hegemonizar outras propostas políticas – como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) –, deputados de outras agremiações – como a “ala moça” do Partido Social Democrático (PSD) e a “bossa nova” da União Democrática Nacional (UDN) – e outros partidos menores, especificamente, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e mesmo o PCB.<sup>264</sup>

No início da década de 1960, setores identificados com o trabalhismo radicalizavam seu viés reformista a ponto de anunciarem que as chamadas “Reformas de Base” sairiam “na lei ou na marra”. Ao final, no confronto com a direita civil-militar em 1964, os trabalhistas e seus aliados foram derrotados. A partir de então, diz Ferreira, surgiu uma: “[...] literatura que definiu o processo de radicalização política e social vivido pela sociedade brasileira, os trabalhistas à frente, de ‘colapso do populismo’”. À direita e à esquerda, os discursos sobre o período anterior foram imediatamente reconstruídos após o golpe. Para a direita civil-militar, em busca de legitimação política, tratava-se de: “[...] sanear o sistema democrático, livrando-o dos ‘pelegos’, da manipulação dos discípulos de Vargas e da corrupção trabalhista-oficial [...]”. Em contrapartida, enfatiza Jorge Ferreira, as “esquerdas revolucionárias” imputavam aos líderes trabalhistas, renomeados de “populistas”, uma atuação ainda mais odiosa: “[...] Apresentados como líderes burgueses de massas, eles agiam de acordo com as tradições de sua classe, traíndo os trabalhadores no momento mais decisivo da luta”.<sup>265</sup>

Direitas, esquerdas, liberais e teóricos do “populismo”,<sup>266</sup> todos faziam referências aos trabalhadores do pré-1964 como indivíduos cooptados, manipulados e iludidos que não teriam conseguido livrar-se das amarras ideológicas tecidas na

---

<sup>264</sup> Ibidem, p. 376.

<sup>265</sup> Ibidem, p. 377.

<sup>266</sup> “A direita civil-militar golpista e os marxistas-leninistas, logo após 1964, uniram-se, portanto, em um mesmo processo de desqualificação. Mas faltava um componente, lembra Daniel Aarão Reis Filho: setores da intelectualidade brasileira, percebendo as mensagens que se formavam, ofereceram uma teoria ‘científica’ a tudo isto, rebatizando a democracia brasileira antes de 1964 de ‘regime populista’ [...]”. Ibidem, p. 378.

época do Estado Novo. E assim, atesta Jorge Ferreira, o período entre 1945 e 1964: “[...] deixou de ser uma experiência democrática e o trabalhismo brasileiro mudou de nome. Como ‘populismo’<sup>267</sup> eles entraram para a história [...]”.<sup>268</sup>

Nesse sentido, Francisco Weffort é exemplar. A perspectiva teórica lançada por Weffort sintetizava alguns dos termos que se tornariam usuais na análise do populismo no final da década de 1970 e início dos anos 80.

Na contramão da voga althusseriana, para a qual os conceitos teóricos não eram historicamente determinados – isto é, valeriam para contextos históricos distintos –, Weffort propunha o estudo de situações específicas para se chegar à compreensão do populismo. Segundo ele, era muito difícil conseguir elaborar uma referência de conjunto ao movimento populista que englobe toda a sua diversidade. Assim, Weffort entendia o populismo como expressão da emergência política das classes populares, orientada pelo Estado e ocorrida num momento histórico preciso, a partir do desmoronamento do sistema liberal-oligárquico precipitado pela crise econômica de 1929.

Aquele novo regime da década de 1930 já não era mais oligárquico, dizia, ainda que as oligarquias não tenham sido afetadas: “[...] em suas funções de hegemonia social e política aos níveis local e regional e se encontrem, de algum modo, representadas no Estado [...]”. Para Francisco Weffort, o populismo apresentava então uma forma particular de estrutura política, ao estabelecer um “Estado de Compromisso”, um “Estado de Massas”: “[...] expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos da classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular”.<sup>269</sup>

Weffort atribuía ao populismo uma origem estatal, tal como fazem Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira em relação ao trabalhismo. Todavia, Weffort não dissociava a noção de populismo da tutela do Estado, ao contrário do que Gomes e Ferreira sugerem ter sucedido com o trabalhismo entre 1945 e 1964. Por conseguinte, seguindo a perspectiva de Weffort, ações, movimentos, partidos, sindicatos e organizações vigentes naquele período estariam corrompidos, pois seriam ordenados por um Estado autoritário e interventor. E assim, talvez sem se dar conta, Weffort terminava ratificando aquilo que pretendia criticar. Ao estabelecer

---

<sup>267</sup> Ferreira esclarece: “[...] Culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de ‘populismo’”. *Ibidem*, p. 379.

<sup>268</sup> *Ibidem*, p. 378-379.

<sup>269</sup> WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 70.

um sentido negativo à natureza do populismo, atribuído-lhe esta marca perpétua, Weffort pré-determinava os acontecimentos que supostamente deveria analisar, tal como faziam os althusserianos, valendo-se da noção de populismo para classificar indistintamente fatos e personagens da época.

Ainda em 1976, Luiz Werneck Vianna notava essa limitação presente nas leituras de Weffort, como, aliás, no próprio conceito de populismo.<sup>270</sup> Ao remontar o cenário histórico da Carta de 1946, Vianna observava a primazia da questão nacional ante a democrática e o destino da estrutura corporativa no imediato pós-guerra, chamando a atenção para os papéis desempenhados pelos envolvidos na trama. Getúlio Vargas, principal ator da “redemocratização” pelo “alto”; Exército, outro ator a favor da “redemocratização”, que empunhava a bandeira da “Constituinte”; e as elites econômicas, que apostavam na liberalização da economia sem abdicar do organicismo social garantido pela CLT e a tutela sindical.

Segundo Vianna, as mesmas elites que clamavam pelo liberalismo nas relações de mercado, argüiam em prol do império do corporativismo nas relações entre capital e trabalho, visto por elas como o responsável por garantir a “harmonia” de classes. Influenciado pela campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na guerra contra o fascismo, o Exército aproximava-se da “questão democrática” ao propor a “redemocratização” da sociedade brasileira via “Constituinte”.

Na verdade, dizia Vianna, os militares viam a “Constituinte” como o instrumento mais eficaz fazer com que aquele processo de redemocratização fosse regido pelo Estado e não por Vargas. Finalmente, ao perceber o progressivo abandono do regime autoritário-corporativo pelas facções das classes dominantes e isolado politicamente, Vargas impulsiona a organização das classes populares sem atrelá-la à tutela do Estado, ligando-se diretamente a elas.

---

<sup>270</sup> Vianna fazia uma observação. O ensaio de Weffort – *Partidos, sindicatos e democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964*, mimeo, São Paulo, 1974 – consiste na: “[...] réplica do autor a Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia de Almeida, que abriram polêmica, através do seu estudo ‘Modus in rebus’, mimeo, São Paulo, 1974, com o artigo do primeiro, ‘Origens do sindicalismo populista’, in *Estudos Cebrap*, n. 4, 1973. A nosso ver, esses três ensaios se constituem no material interpretativo mais relevante produzido para a história do período, em particular no que concerne à análise do comportamento político da classe operária. Suas conclusões e divergências estão a aguardar da nossa ensaística um esforço analítico, do qual infelizmente aqui não podemos participar, por se afastar do nosso objetivo específico de estudo”. No entanto, Vianna admitia mais à frente: “A divergência sobre o período entre as perspectivas de Weffort e da de Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia de Almeida, embora radical, difusamente conhece um suposto comum. Tal suposto reside na admissão de que a aliança da esquerda operária com os ‘queremistas’ teria dado base, após a constitucionalização do país em 1946, à persistência da legislação corporativa”. VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 247-250.

Nas palavras de Vianna, atacado: “[...] pelas classes dominantes, [Vargas] procura estabelecer uma ponte direta de comunicação com as classes subalternas [...]”. No final de 1944, a criação do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), que contou com a permissão tácita de Getúlio Vargas, indicava que o interlocutor do chefe do Estado não é mais o sindicalismo organizado, mas a massa dos assalariados em geral. Para Luiz Werneck Vianna, parecia evidente que Vargas liberava então as classes populares, ao invés de procurar orientá-las para dentro do aparato estatal, como no início da década, com o objetivo de mantê-las sob controle. Assim, constatava, a: “[...] redemocratização ‘pelo alto’, segundo a fórmula de Vargas, não tinha como sucedâneo necessário a persistência da ordenação sindical corporativa [...]”.<sup>271</sup>

Em contrapartida, ressaltava Vianna, os adversários liberais de Vargas propunham um novo pacto, expresso – na lei, nas instituições e na prática política – pela possibilidade de se manter os assalariados, e a classe operária em particular, dentro de canais sob a jurisdição do Estado. Nesse sentido, concluía, o caminho: “[...] ‘da Constituinte com Vargas’, que incluía as classes subalternas no projeto de democratização, não pode ser responsabilizado pela sobrevida do regime da CLT no pós-45 [...]”.<sup>272</sup>

Radicalmente diverso daquele do início da década, o: “[...] populismo de 44 [...] teve sua principal característica no fato de representar uma aliança do Estado com as classes subalternas contra determinados setores das classes dominantes”; tendo no movimento “queremista” seu principal expoente. A “nova fórmula populista”, afirmava Luiz Werneck Vianna, acarretava o afrouxamento dos meios de controle da vida operária e sindical, e sobretudo: “[...] indicava a liberação das lutas econômicas, através das quais, pela greve, os assalariados poderão recuperar seu poder de compra [...]”.<sup>273</sup>

Portanto, de acordo com Vianna, o “queremismo” – leia-se também aliança entre trabalhistas e comunistas – deveria ser apontado como o responsável pela luta contra o corporativismo representado pela CLT, travada durante os trabalhos da Assembléia Constituinte. Weffort, ao contrário, entendia o “queremismo” como uma obra político-social manipulada por Vargas, auxiliando na tarefa de manutenção da

---

<sup>271</sup> *Ibidem*, p. 248-249.

<sup>272</sup> *Ibidem*, p. 253.

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 250-251.

legislação corporativa. Logo, notava Vianna, para Francisco Weffort a aliança “queremista” era: “[...] desastrosa, na medida que apontava ineludivelmente para a conservação da ordem sindical corporativa [...]”.<sup>274</sup>

Com isso, a Carta de 1946 não seria mais que a confirmação do aparo corporativo sindical montado por Vargas ainda no Estado Novo. Tal comportamento analítico, argumentava Luiz Werneck Vianna, impedia que Weffort notasse a inclusão de medidas anticorporativas no texto final da Constituição, dentre as quais, a criação da Justiça do Trabalho – novo árbitro da relação entre capital e trabalho, função antes exercida pelo poder Executivo – e a regulamentação da propriedade privada, que continuava destinando-se ao bem comum, mas passava a ser regulada pelo mercado a partir de então.

Com base nas afirmações sumariadas, é possível tecer algumas considerações. Primeiro, cumpre notar a espantosa semelhança entre a “nova fórmula populista” dos “queremistas”, mencionada por Vianna, e a postura assumida pelos sindicalistas autênticos desde meados da década de 1970. Ambos indicam em seus movimentos: “[...] a liberação das lutas econômicas, através das quais, pela greve, procurarão recuperar seu poder de compra [...]”.<sup>275</sup>

Nesse sentido, a leitura de Luiz Werneck Vianna permite entender a luta contra o corporativismo da CLT, encarnada pelos sindicalistas autênticos à época de Lula, como uma extensão tardia e renovada da postura assumida pelo “queremismo” na década de 1940. E neste caso, desmentindo muitos analistas, a novidade representada pelos autênticos seria outra, não o ineditismo no combate a estrutura sindical corporativa.

Da mesma forma, é plausível argumentar, como faz Angela de Castro Gomes em relação ao trabalhismo, que o petismo fora “inventado”, isto é, que a cultura política do Partido dos Trabalhadores não possui origens remotas e imemoriais. Dito de outro modo: tal como o trabalhismo, o petismo pode ser compreendido como um

---

<sup>274</sup> Ibidem, p. 250.

<sup>275</sup> Referindo-se aos “queremistas”, Vianna dizia: “[...] O movimento grevista, que se desencadeia, apenas na aparência inaugurava uma política ‘distributiva’. A rigor, consistia numa tentativa de atingir os salários reais do mercado da década de 30, depreciados em 37 e mais ainda em 43, com a mobilização econômica para a guerra. Os metalúrgicos, por exemplo, que em suas greves de caráter econômico conseguiram de 30 a 40% de aumento, não elevaram seu padrão de vida em relação ao decênio anterior”. Ibidem, p. 251. Em 1978, Lula alegava que, para comprar uma casa: “[...] com metragem de 36 m<sup>2</sup>, incluindo quintal [...], o trabalhador tem que ganhar mais de Cr\$ 6.200,00. E 70% a 80% da nossa categoria não ganham isso. Então veja por que em São Bernardo do Campo existe hoje um cinturão negro de barracos com trabalhadores especializados morando em favelas: porque não podem pagar aluguel e tampouco comprar uma casa”. SILVA, L. I. L. op. cit., p. 81.

gesto de criação inovadora, correspondente às determinações e contradições do seu tempo. A diferença entre trabalhismo e petismo, claro, além do contexto histórico e dos respectivos criadores, estaria no local de nascimento de cada um. O primeiro, criado a partir do Estado; o segundo, nascido à margem do Estado.

Gomes também salienta a participação sindical na formação e difusão do trabalhismo, lembrando que aquele modelo de organização sindical de extração corporativista significava, naquele momento, uma forma de representação de interesses profissionais e não de idéias políticas ou religiosas. Novamente a analogia com o petismo parece ser válida, com duas ressalvas: 1) o corporativismo dos autênticos não estava no apego às leis trabalhistas, mas sim na defesa intransigente da “classe trabalhadora”, tratada e exaltada enquanto categoria abstrata, como já ensinou Vianna; 2) os sindicalistas tiveram maior participação na formação e difusão do petismo do que os antecessores trabalhistas, embora ambos – petismo e trabalhismo – tenham encontrado na organização partidária expressões mais coerentes. De todo modo, a partir do exposto por Angela de Castro Gomes, parece correto afirmar que petistas e trabalhistas devem seus primeiros passos a um certo sindicalismo de representação profissional e sem cultura política alguma.<sup>276</sup>

No entanto, a percepção que predomina mesmo é a de Jorge Ferreira. Direita e esquerda, civis e militares, intelectuais e sindicalistas, todos obtiveram êxito na desconstrução do trabalhismo e no sepultamento de eventuais virtudes da experiência democrática verificada entre 1945 e 1964.

Derrotada pelos militares e ainda sob o impacto das denúncias de stalinismo, a esquerda armada apontava como a causa da derrota em 1964 a aliança entre comunistas e trabalhistas, responsabilizando tal desvio “reformista” por praticamente tudo o que se passava entre o céu e a terra. E seus militantes, remanescentes da luta armada, não viam diferença alguma entre o excessivo burocratismo ou o culto a Luis Carlos Prestes e a justeza da estratégia democrática dos comunistas, incluindo-os indistintamente no rol de expurgos e lamúrias.

A direita, como se sabe, apostou suas fichas num ditador despersonalizado, o Exército, na interdição política e na erradicação de “ideologias extremistas”,<sup>277</sup>

---

<sup>276</sup> Dizia Lula, em 1978: “Eu sou chamado por uns de pelego, sou chamado por outros de comunistas, sou chamado por outros de membro da CIA, etc. Isso só vem demonstrar uma coisa: que São Bernardo adquiriu, através dos tempos, a sua independência [...]”. *Ibidem*, p. 125.

<sup>277</sup> Palavras do General Dilermando Gomes Monteiro, em maio de 1978: “Como comandante do II Exército, um dos problemas que muito me preocupam é o da segurança, portanto, da possibilidade de

levada a cabo graças ao perverso encontro promovido por aquele regime entre assassinos profissionais e a iniciativa privada, vide a criminosa Operação Bandeirante (OBAN). Na prática, extinguiu-se partidos, interditou-se sindicatos, exilou-se, torturou-se e/ou matou-se dirigentes. Com políticos “biônicos” e tecnocratas de sobra, a direita deu vazão à “novas” formas de manipulação, donde brotaram “novos” líderes e sufixos – dentre os quais, carlismo e malufismo – sincronizados com a dinâmica do capital. E num espaço de tempo relativamente curto, a direita civil-militar conseguiu anular as principais influências do período anterior, ao menos aparentemente, garantindo sobrevida mesmo após a falência de seu regime.

Como relata Ferreira, no meio acadêmico o cenário também era o de terra arrasada, tal a unanimidade desfrutada pelas teorias do populismo no final da década de 1980. Após vinte e poucos anos, parecia que não havia sobrado pedra-sobre-pedra daquele edifício erguido por nacionalistas, trabalhistas, comunistas, então catalogados como “pelegos”, “populistas”, “manipuladores”, etc. E a perspectiva sustentada por Francisco Weffort, embora não tenha sido a única,<sup>278</sup> se destacou na crítica ao período anterior ao golpe, subsidiando outras tantas e sendo tomada de empréstimo à revelia de convicções ideológicas. Tornados auto-explicativos pela maioria de seus adeptos, os conceitos lançados pelos teóricos do populismo imprimiram forte carga negativa ao termo e resumiram duas décadas de intensa luta política numa única palavra, um rótulo: “populista”.

Em boa medida, o PT surgiu para ser o fiel depositário desta obra de demolição, a representação partidária daquela postura de negação. Francisco de Oliveira<sup>279</sup> reconhecia, em 1986: “[...] Esta sensação difusa de que no PT os

---

infiltração de ideologias extremistas, como é a ideologia comunista, no seio do operariado. Isso é uma preocupação de todos nós [...]”. Ibidem, p. 83.

<sup>278</sup> Cf. IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Para uma análise recente sobre os limites da noção de populismo, aplicada ao contexto latino-americano: Cf. AGGIO, A. A emergência de massas na política latino-americana e a teoria do populismo. In. AGGIO, A. e LAHUERTA, M. (orgs.). **Pensar o século XX. Problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 137-164.

[NO] Ao que parece, Oliveira ainda utiliza-se das mesmas categorias de análise, agora, contra o PT. Em depoimento recente, ele classificava assim o surto de nacionalismo dos petistas: “Eu acho que é sintoma do novo populismo. [...] Um governo populista tenta dispensar a mediação dos partidos e da sociedade organizada, dirigindo-se diretamente às massas. Mas o antigo populismo era uma forma de inclusão das novas classes urbanas, em especial do proletariado. O novo populismo é uma técnica de exclusão: o governo passa por cima das organizações políticas [...] e do movimento operário [...]”. FOLHA DE S. PAULO. **Mais!**. São Paulo, 19 set. 2004, p. 5.

<sup>279</sup> Ao que parece, Oliveira ainda utiliza-se das mesmas categorias de análise, agora, contra o PT. Em depoimento recente, ele classificava assim o surto de nacionalismo dos petistas: “Eu acho que é



movimentos sociais *podem* falar é a outra face da persistente e ampla anticultura política do populismo [...]”<sup>280</sup>

De fato, antes mesmo da constituição formal do partido, os petistas já expressavam publicamente tal anticultura política, refratária ao – que se convencionou chamar de – populismo. Na *Carta de Princípios*, assinada em 1º de maio de 1979, os petistas repudiavam: “[...] toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64 [...]”. Em outro trecho do documento, caracterizavam os anos entre 1945-1964 como o período de vigência de uma: “[...] democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo [...]”.<sup>281</sup>

No mesmo sentido, mas ao seu modo, Lula dizia não conhecer a “ideologia” do antigo PTB.<sup>282</sup> Porém, tinha a definição de “pelego” na ponta da língua: “Pelego é aquele couro que separa a sela do corpo do cavalo. Para nós, é chamado pelego o dirigente sindical que é o pára-choque entre o trabalhador e a empresa [...]”; isto é, aquele: “[...] que serve de intermediário apenas para evitar que a classe trabalhadora consiga ganhar alguma coisa [...]”.<sup>283</sup>

Quando questionado se o movimento sindical que desembocou no golpe militar era dirigido por “pelegos”, Lula confirmava assim: “Tanto isso é verdade que os homens estão aí, toda a cúpula sindical é composta por homens de antes de 64 [...]”. E completava mais à frente, valendo-se da intuição: “[...] Não vivi muito bem a época de João Goulart, mas acho que ele ouvia muito dirigente sindical de gabinete, sem base popular”. Resumindo, Lula sentenciava: “[...] O pelego é a omissão do movimento sindical brasileiro [...]”.<sup>284</sup>

---

sintoma do novo populismo. [...] Um governo populista tenta dispensar a mediação dos partidos e da sociedade organizada, dirigindo-se diretamente às massas. Mas o antigo populismo era uma forma de inclusão das novas classes urbanas, em especial do proletariado. O novo populismo é uma técnica de exclusão: o governo passa por cima das organizações políticas [...] e do movimento operário [...]”. FOLHA DE S. PAULO. **Mais!**. São Paulo, 19 set. 2004, p. 5.

<sup>280</sup> OLIVEIRA, F. de. Qual é a do PT? In SADER, E. (org.) **E agora, PT?** Caráter e identidade. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 16.

<sup>281</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. op. cit., p. 53.

<sup>282</sup> Na famosa entrevista ao *Pasquim*, publicada na edição de 24 a 31 de março de 1978, Lula admitia: “[...] Eu digo que sou apolítico... tenho que continuar falando que sou apolítico. Pra me filiar a um partido ele teria que afinar comigo”. “Seria o PTB?”, indagou o entrevistador. Lula respondeu: “Não conheço a sua ideologia, pô”. SILVA, L. I. L. op. cit., p. 33-34.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>284</sup> Ibidem, p. 28-29.

Daí a pergunta: se o petismo parece ter hoje um reencontro tardio com o trabalhismo, *como* os petistas conseguiram esconder sua verve trabalhista por tanto tempo?

## CAPÍTULO 4 UMA NOVA CULTURA POLÍTICA

### 4.1 A fórmula do “milagre”

A resposta para o significado real do petismo não parece estar circunscrita ao seu portador. Logo, compreender algumas das razões históricas e estruturais do processo de modernização vivenciado no Brasil durante o regime militar apresenta-se como uma tarefa inevitável. Na prática, isto significa admitir que a matriz da cultura política do Partido dos Trabalhadores corresponde menos a possíveis tradições políticas tomadas de empréstimo pelos petistas – cristianismo social, socialismo e, mais recentemente, trabalhismo – e mais ao próprio processo de transformação silenciosamente experimentado pela sociedade brasileira durante os anos de chumbo.

No início da década de 1970, mais da metade da população brasileira viva com menos de um salário mínimo. Em 1972, estimava-se que 52,5% da população economicamente ativa sobrevivia com uma remuneração incapaz de satisfazer às necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Pesquisas publicadas pelo DIEESSE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), no ano de 1975, indicavam elevações significativas no tempo de trabalho na cidade de São Paulo, correspondentes ao declínio do salário real na última década; em outras palavras, tomando-se o exemplo da capital paulista no decênio 1965-1975, o custo da ascensão salarial esteve diretamente determinado pela super-utilização da força de trabalho.<sup>285</sup>

Paradoxalmente, ainda em 1973, o país registrou uma taxa anual de crescimento na ordem de 14%; um recorde histórico difícil de ser alcançado, sequer igualado. De acordo com dados do IBGE, entre 1968 e 1973, o chamado “milagre econômico” acumulou um crescimento médio de 11% do Produto Interno Bruto (PIB), ancorado, de um lado, numa conjuntura externa favorável, e de outro, em reformas no setor público, no regime tributário e no sistema financeiro do país. Entre 1971 e 1972, os índices da poupança financeira saltaram de 3,6% para 13,6% do PIB. A fórmula do “milagre brasileiro” também previa planejamento econômico, estímulo e subsídios às exportações, desenvolvimento do parque industrial, ganhos

---

<sup>285</sup> CAMARGO, C.P.F. et al. **São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza**. São Paulo: Loyola, 1976, p. 65-68

de produtividade do setor privado e austeridade fiscal. Amparado por fatores externos e condições internas favoráveis, o ritmo acelerado do desenvolvimento econômico experimentado pelo Brasil no início da década de 1970 era algo evidente, incontestável.<sup>286</sup>

Com base numa conjugação peculiar – e perversa – entre crescimento econômico, superexploração do trabalho e concentração de renda, o Brasil chegou a ocupar momentaneamente o posto de 8ª economia do mundo, confirmando a velocidade e voracidade do capitalismo então praticado. Vale a pena, portanto, checar as bases econômicas e sociais deste “desenvolvimento excludente” e, em seguida, observar seus reflexos políticos, em especial, na cultura política democrática dos brasileiros.

Em releitura recente sobre o desenvolvimentismo brasileiro, José Luís Fiori identifica de modo preciso a posição do Brasil e demais Estados latino-americanos em relação ao sistema econômico mundial vigente ainda no século XIX, então dominado pelos europeus. De acordo com Fiori, a condição de “periferia independente” assumida pelos latino-americanos fez com que os Estados nascidos da decomposição dos velhos impérios ibéricos permanecessem à margem do dinamismo produzido pela competição das Grandes Potências, empenhadas na ocupação colonial de seus domínios na Ásia e na África. Do ponto de vista econômico, diz Fiori, neste período a América Latina foi transformada num laboratório de experimentação de uma espécie de “imperialismo do livre-comércio”, modelo teoricamente concebido pelos pais da Economia Política Clássica e liderado ou imposto, na prática, pela Inglaterra. E na prática, afirma, “imperialismo do livre-comércio” não significou propriamente um domínio anglo-saxão, entretanto, submeteu as economias latino-americanas ao sistema monetário e financeiro capitaneado pelo Império Britânico.<sup>287</sup>

Para Fiori, neste contexto se formou o Estado brasileiro e definiu-se seu lugar dentro do sistema mundial, como: “[...] uma organização nacional frágil, com baixa capacidade de incorporação social e mobilização política interna e sem vontade, nem pretensões expansivas [...]”; quadro que a proclamação da República não foi capaz de alterar. Essa forma de inserção econômica internacional, “periférica”, à

---

<sup>286</sup> FOLHA DE S.PAULO. **1973 O ano em que o Brasil cresceu 14%**. São Paulo, 17 jun. 2007, p. B10.

<sup>287</sup> FIORI, J. L. **O vôo da coruja**. Para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 191-192.

margem do dinamismo das “Grandes Potências”, e “independente”, não-colonial, permitiu que o país crescesse graças à complementaridade entre a sua economia e a economia mundial e graças, sobretudo, à integração do país com as finanças inglesas. Em boa medida, ressalta o autor, tal “integração” permitiu ao Brasil obter o: “[...] financiamento externo indispensável para evitar crises mais agudas no balanço de pagamentos, como a que levou o país à Moratória em 1897 [...]”. Com base numa economia primário-exportadora e seguindo à risca as regras e políticas liberais impostas pelo padrão-ouro, o país alcançou uma trajetória de crescimento e modernização restritiva às atividades ligadas à exportação, que se estendeu até a crise mundial de 1930.<sup>288</sup>

Entre a crise de 1930 e o início da Segunda Guerra Mundial, o país foi obrigado a uma resposta política interna que resultou na reforma e no fortalecimento do Estado brasileiro. No plano econômico, afirma Fiori, a crise levou o Brasil; “[...] a um processo quase espontâneo de ‘substituição de importações’ e a um protecionismo pragmático”; medidas que, sem dúvida, impulsionaram a industrialização no país. Contudo, a substituição de importações espontânea impunha limites à economia nacional, superados apenas: “[...] quando a restrição externa deu origem, a partir de 1937/38, a um projeto de industrialização liderado pelo Estado e voltado para o mercado interno [...]”. Além disso, destaca Fiori, neste período o Brasil também explorou, no campo externo, o espaço aberto pela luta entre as grandes potências pela supremacia mundial, embora lembrando que a margem de autonomia do país tenha sido pequena e curta, o que resultou, mais uma vez, no alinhamento ao lado da liderança anglo-americana, em 1938.<sup>289</sup>

Depois da Segunda Guerra Mundial, a competição geopolítica entre EUA e URSS alterou profundamente os caminhos do desenvolvimento brasileiro. Mesmo sem exercer uma posição relevante no contexto bipolar da Guerra Fria, mas colocado na condição de principal sócio econômico dos Estados Unidos dentro da periferia sul-americana, o Brasil: “[...] acabou se transformando numa experiência original de desenvolvimento ‘excludente’ [...]”. E embora não houvesse Plano Marshall para a América Latina, nem um projeto regional sustentado pelo acesso privilegiado aos mercados norte-americanos, afirma Fiori, o Brasil contou com o apoio americano e dos organismos multilaterais, e com a: “[...] complementaridade

---

<sup>288</sup> Ibidem, p. 192.

<sup>289</sup> Ibidem, p. 193.

entre os investimentos estatais e o investimento direto do capital privado de quase todos os países do núcleo central do sistema capitalista [...]”. Para José Luís Fiori, a fórmula do “desenvolvimento excludente” brasileiro, verificada durante todo o “período desenvolvimentista”, conjugava elevadas taxas de crescimento e desigualdade social, e a: “[...] forte presença econômica do Estado não implicou a existência de um Estado forte, com um projeto claro de poder nacional”.<sup>290</sup>

Inaugurado na crise de 1930 e levado a cabo, sem cortes significativos, até a década de 1960, o “período desenvolvimentista” aludido por Fiori promoveu profundas transformações na estrutura da sociedade brasileira. Em três décadas, aquele país nitidamente rural (68,8% da população, em 1930) havia consolidado sua trajetória de urbanização (45,1% da população, em 1960), com a expansão industrial alterando suas antigas bases agrárias e abrindo espaço para um crescimento populacional vertiginoso.

Em 1920, o Brasil contabilizou 30.635.605 habitantes, vinte anos depois, 41.236.315 e, em 1960, ultrapassou a marca dos 70 milhões de habitantes: 70.070.457; isto é, em 40 anos, a população brasileira havia mais que duplicado. E, note-se, sem contar com um fluxo significativo de imigração europeia, então restrito a menos de um milhão de entradas no país, entre 1934 e 1964, devido ao forte controle do Estado brasileiro a partir da crise de 1929. Ou seja, nada comparado aos quatro milhões de europeus que desembarcaram no Brasil, entre as últimas décadas do século 19 e as primeiras do 20.

Em boa medida, a melhoria das condições de vida e de saúde – aspecto da urbanização com interferência direta na queda da mortalidade infantil e no aumento da expectativa de vida – e a “alta taxa de fecundidade da mulher brasileira”, ajudam a entender melhor o crescimento populacional do país. Apenas para se ter uma idéia sobre este aspecto, na década de 1940 a: “[...] taxa de fecundidade das brasileiras era de 6,3 por mulher; média que caiu para 5,8 na década de 1960 [...]”.<sup>291</sup>

---

<sup>290</sup> Ibidem, p. 193-194.

<sup>291</sup> AGGIO, A. (et al). **Política e sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002, p. 83-87

TABELA 6  
População rural e população urbana brasileira (em %)

|              | 1940       |             | 1950       |             | 1960       |             |
|--------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|
|              | Pop. Rural | Pop. Urbana | Pop. Rural | Pop. Urbana | Pop. Rural | Pop. Urbana |
| BRASIL       | 68,8       | 31,1        | 63,8       | 36,2        | 54,9       | 45,1        |
| NORTE        | 72,3       | 27,7        | 68,5       | 31,5        | 62,2       | 37,8        |
| NORDESTE     | 76,5       | 23,5        | 73,6       | 26,4        | 65,8       | 34,2        |
| SUDESTE      | 60,6       | 39,4        | 52,5       | 47,5        | 42,7       | 57,3        |
| SUL          | 72,3       | 27,7        | 70,5       | 29,5        | 62,4       | 37,6        |
| CENTRO-OESTE | 78,5       | 21,5        | 75,6       | 24,4        | 65         | 35          |

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1981 apud AGGIO, A. et al. op. cit, p. 87.

Não obstante o processo de urbanização e o crescimento populacional, o “período desenvolvimentista” também estimulou um fluxo migratório sem precedentes na história do país. A “Marcha para o Oeste” impulsionada pelo governo Vargas, por exemplo, que recolocava em outro tempo e lugar o experimento norte-americano, fez o Centro-Oeste brasileiro apresentar o: “[...] maior crescimento populacional entre 1920 e 1940 (65,9%), superando as regiões Sul (62,1%) e Sudeste (34,3%) [...]”. Logo depois, a construção e a fundação de Brasília – reafirmando os objetivos de desenvolvimento iniciados pela “Marcha” – inauguraram novo fluxo migratório para a região. Como resultado, o Centro-Oeste voltou a liderar os índices de crescimento do país entre 1950-1960, desta vez, com ampla vantagem em relação às demais regiões: 69,4%, contra 49,9% do Sul e 35,8% do Sudeste.<sup>292</sup>

TABELA 7  
Distribuição geográfica da população brasileira (1920-1960)

|              | 1920       | 1940       | 1950       | 1960       |
|--------------|------------|------------|------------|------------|
| NORTE        | 1.439.052  | 1.462.420  | 1.844.655  | 2.561.782  |
| NORDESTE     | 11.245.921 | 14.434.080 | 17.973.413 | 22.181.880 |
| SUL          | 3.537.167  | 5.735.305  | 7.840.870  | 11.753.075 |
| SUDESTE      | 13.654.934 | 18.345.831 | 22.548.494 | 30.630.728 |
| CENTRO-OESTE | 758.531    | 1.258.679  | 1.736.965  | 2.942.992  |

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1981 apud AGGIO et al, op cit, p. 84.

Por outro lado, os desequilíbrios populacionais observados entre 1920 e 1960 aceleraram o processo de concentração industrial e urbana no Brasil. É bem verdade que as terríveis secas que atingiram o Nordeste entre as décadas de 1930

<sup>292</sup> Ibidem, p. 87.

e 1950, provocaram um grande e ininterrupto deslocamento de nordestinos para os estados do Centro-Sul.<sup>293</sup> Entretanto, mesmo considerando os números da fuga nordestina, é notável que o Brasil tenha registrado um movimento migratório inter-regional com o total de entradas e saídas, em 1950, na casa de quatro milhões emigrantes (4.259.012); quase o dobro do total aferido na década anterior (2.772.024). O estado de São Paulo, por exemplo, anotou mais de um milhão de entradas (1.063.465; com destaque para mineiros, 512.736, e nordestinos, 387.708), mas em contrapartida, viu cerca de 500 mil paulistas (501.067) deixarem o estado entre 1940 e 1950, principalmente rumo ao Paraná (352.471). Não resta dúvida, portanto, que os processos de industrialização e urbanização verificados durante o “período desenvolvimentista”, então restritos aos estados do Centro-Sul, em especial no eixo Rio-São Paulo, determinaram em boa medida o curso do fluxo migratório entre as regiões do país.<sup>294</sup>

No ano de 1970, porém, o quadro se agravou consideravelmente: o Brasil superava a marca de 90 milhões habitantes (93.139.037). Segundo os censos demográficos do IBGE, a população brasileira tornara-se majoritariamente urbana (55,9%), com absoluto equilíbrio entre homens e mulheres (49,9% e 50,1%); sendo as mulheres maioria nas cidades (51,5%) e os homens no campo (51,4%). Mas o dado alarmante estava no fluxo migratório inter-regional acumulado até 1970: naquele ano, o país registrou um total de entradas e saídas que beirou a soma de 12 milhões de emigrantes (11.913.912); mais que o dobro do total verificado em 1950. Embora os estados do Nordeste liderassem o total de saídas (4.174.991; incluindo o Maranhão), desta vez, os principais estados do Sudeste apresentavam números de saídas que, se somados, superariam com facilidade o total nordestino: Minas Gerais (3.197.616), São Paulo (1.269.579) e Rio de Janeiro (1.131.737; incluindo o estado da Guanabara). A diferença crucial, porém, estava no total de entradas: enquanto “apenas” 383.055 pessoas foram para Minas Gerais e outras 665.134 entraram no Nordeste (incluindo o Maranhão), mais de 3 milhões (3.185.223) migraram para São Paulo e outros 3 milhões (2.814.486) para o Rio de Janeiro, incluindo a Guanabara.

---

<sup>293</sup> Em 1940, cerca de 550 mil nordestinos (549.893) haviam deixado a região rumo a São Paulo (245.967), Rio de Janeiro (142.865), Minas Gerais (71.028) e demais estados do Centro-Sul. Na década seguinte, quase um milhão de pessoas saiu do Nordeste (942.930), tendo como principal destino São Paulo (360.324), Rio de Janeiro (245.868), região Norte (99.951) e os dois estados do Centro-Oeste, Mato Grosso e Goiás (89.826). Cf. CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração de industrial no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: Global, 1985, p. 350-351.

<sup>294</sup> Ibidem.



Sobre este aspecto, vale destacar também a participação dos estados do Paraná (2.467.249), Mato Grosso e Goiás (1.221.133) no total de entradas.<sup>295</sup>

TABELA 8  
Movimento Migratório Inter-regional [a]  
Fluxo acumulado até 1970

|                             | TOTAL DE ENTRADAS | TOTAL DE SAÍDAS |
|-----------------------------|-------------------|-----------------|
| NORTE                       | 226.033           | 125.842         |
| MARANHÃO                    | 421.037           | 262.891         |
| NORDESTE [b]                | 244.097           | 3.912.100       |
| MINAS GERAIS                | 383.055           | 3.197.616       |
| ESPÍRITO SANTO              | 225.592           | 392.470         |
| RIO DE JANEIRO              | 1.252.830         | 641.239         |
| GUANABARA                   | 1.561.656         | 490.498         |
| SÃO PAULO                   | 3.185.223         | 1.269.579       |
| PARANÁ                      | 2.467.249         | 335.574         |
| SANTA CATARINA              | 309.213           | 439.020         |
| RIO GRANDE DO SUL           | 102.842           | 696.963         |
| MATO GROSSO+GOIÁS           | 1.221.133         | 236.764         |
| DISTRITO FEDERAL (Brasília) | 414.152           | 13.356          |
| TOTAL DE ENTRADAS E SAÍDAS  | 11.913.912        |                 |

[a]: Conceito: local de nascimento e residência à data do Censo.

[b]: NE, nesta tabela, representa o total do Piauí à Bahia.

Fonte: CANO, W. op. cit., p. 352.

Não é preciso mesmo muito esforço para constatar que o alto fluxo migratório colecionado em 1970 correspondia ao ritmo acelerado do desenvolvimento capitalista no Brasil, empreendido com vigor desde o final dos anos 60. Importante lembrar que do ponto de vista econômico, a virada da década de 1970 marcou a crise da hegemonia norte-americana – politicamente alimentada pela derrota dos EUA no Vietnã – com o fim do “padrão-dólar” e a grande disponibilidade de liquidez internacional, que, no caso brasileiro, permitiu o afrouxamento da restrição interna. Assim, afirma José Luís Fiori, a abundância de crédito privado para países em desenvolvimento permitiu uma aceleração nas taxas de crescimento e fez com que o Brasil avançasse: “[...] no processo de industrialização iniciado em 50/60, complementando a matriz industrial com a produção de bens de capital e dos insumos necessários ao funcionamento da economia [...]”. Para Fiori, foram tais circunstâncias que motivaram: “[...] uma nova tentativa brasileira de autonomização

<sup>295</sup> Ibidem, p. 352.

de sua política externa, com o projeto frustrado do governo Geisel, de promoção do Brasil à condição de 'potência intermediária' dentro do Sistema Mundial".<sup>296</sup>

De fato, à época os governos militares demonstravam controle da inflação e aumento na capacidade de investimento, com a economia nacional registrando crescimento significativo nas taxas de exportações e importações. Os dados disponíveis apontavam uma redução considerável na inflação média anual, entre os anos de 1964-67 (45,5%) e 1968-73 (19,1%), além de um crescimento vertiginoso nas taxas de exportações (de 4,1%, entre 1964-67, para 24,6%, entre 1968-73) e importações (de 2,7%, entre 1964-67, para 27,5%, entre 1968-73). O volume de investimentos também cresceu, passando da média de 15,5%, observada entre os anos de 1964-67, para a média de 19,1%, aferida entre 1968 e 1973.<sup>297</sup>

No que se referia ao montante destinado aos projetos de desenvolvimento e industrialização do país, as cifras mobilizadas pelos militares reafirmavam a capacidade de investimento do governo federal. Um bom exemplo disso pode ser visto nos totais anuais dos projetos de investimentos industriais entre 1964 e 1972 aprovados pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), a preços constantes de 1972.

Em 1964, ano do golpe militar, a SUDAM aprovou CR\$ 48,6 milhões em projetos industriais e, no ano seguinte, escassos CR\$ 18,2 milhões. Já em 1966, o total de investimentos do órgão saltou para CR\$ 133,8 milhões, com pequena oscilação em 1967 (CR\$ 111,6 milhões). No ano do AI-5 (1968), a SUDAM teria aplicado CR\$ 155,8 milhões em investimentos industriais e, um ano depois, aprovado expressivos CR\$ 751,9 milhões. Em 1970, a superintendência chegou perto de 800 milhões de cruzeiros investidos (CR\$ 795.200.000,00), com ligeira retração em 1971 (CR\$ 668.500.000,00), e encerrou 1972 com CR\$ 700,1 milhões em investimentos industriais. Os relatórios anuais da SUDENE apresentavam uma carga ainda maior de recursos, investidos especificamente em indústrias de transformação.<sup>298</sup>

---

<sup>296</sup> FIORI, J. L. op. cit, p. 194.

<sup>297</sup> FOLHA DE S.PAULO. op. cit., p. B10.

<sup>298</sup> Eis o montante investido ano a ano pela SUDENE, entre 1964 e 1972 (em bilhões): CR\$ 0,937, em 1964; CR\$ 0,622, em 1965; CR\$ 1,090, em 1966; CR\$ 2,782, em 1967; CR\$ 1,945, em 1968; CR\$ 1,716, em 1969; 2,064, em 1970; CR\$ 2,048, em 1971; e CR\$ 1,559, em 1972. CANO, W. op. cit., p. 347.

Embora o volume de investimentos das superintendências sugira uma certa ênfase dos militares na descentralização do desenvolvimento brasileiro – inclusive, com a criação de novos pólos industriais na região amazônica e no Nordeste –, convém destacar que boa parte dos projetos aprovados contemplava iniciativas lideradas pelo centro econômico e industrial do país, concentrado nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, incluindo o antigo estado da Guanabara. Assim, os recursos destinados ao desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste também alimentaram a industrialização do eixo Rio-São Paulo e, em última análise, terminaram por reforçar a concentração industrial existente no Centro-Sul do Brasil. De todo modo, as cifras movimentadas pela SUDAM e pela SUDENE são inquestionáveis no que diz respeito à presença do Estado em investimentos industriais naquele período.

Ao comentar o desempenho econômico do país, ministro da Fazenda à época dos militares admitiu em entrevista recente: “Não houve milagre. Os governos é que trabalhavam mais, por isso o país crescia muito mais. O mundo também estava em expansão, e tínhamos feito as reformas fundamentais [...]”. Para o economista Delfin Netto, atualmente conselheiro do presidente Lula para temas da área econômica, naquele instante o Brasil havia: “[...] produzido uma Constituição bastante avançada do ponto de vista econômico [...]”. E logo em seguida, revelava derradeira a fórmula do “milagre brasileiro”: “[...] na verdade, despertamos o espírito animal dos empresários, que tinham um tratamento benigno do governo [...]”.<sup>299</sup>

Livre das amarras impostas aos protagonistas em cena, as palavras de Delfin Netto chamam a atenção por sua clareza e contundência. Hoje, o ex-ministro sintetiza como poucos a tese desenvolvimentista vigente no regime militar, ainda que desconsidere todas as suas antíteses; aliás, em típico procedimento tecnocrata.

Na verdade, foram duas as Constituições brasileiras durante o regime militar.

A primeira, de 1967, foi elaborada por juristas de confiança dos militares, sendo aprovada por uma Assembléia Nacional Constituinte reunida à força pelo Ato Institucional n° 4. Em termos gerais, a Constituição de 1967 ratificava a militarização e a concentração de poderes do Executivo. Também restringia as liberdades civis, estabelecia eleições indiretas para a Presidência da República e limitava o direito de greve.

---

<sup>299</sup> FOLHA DE S.PAULO. op. cit., p. B10.

Em 1969, a Junta Militar redigiu novo texto constitucional ainda mais repressivo do ponto de vista político, conhecido como Emenda Constitucional nº 1. A Emenda nº1 ou Constituição de 1969 decretou a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e oficializou a Censura Federal.<sup>300</sup>

Portanto, somente se analisada a partir do “ponto de vista econômico”, as Constituições produzidas naquele período podem ser vistas como “bastante avançada”; e mesmo assim, com uma ressalva: “do ponto de vista econômico”, o texto constitucional dos militares não trazia nada de novo, exceto o incremento jurídico à participação financeira do capital externo na economia nacional – de resto, já experimentada pelo governo de Juscelino Kubitschek –, beneficiando-se, por um determinado momento, de uma conjuntura externa amplamente favorável. E, embora o ex-ministro diga que o “desenvolvimento não depende do regime, se democrático ou autoritário”<sup>301</sup>, não custa nada lembrar que as mencionadas “reformas fundamentais” foram endossadas pelo Congresso Nacional a toque de caixa, sem direito ao contraditório, “encurtando”, por assim dizer, a trilha dos militares às altas taxas de crescimento.

De qualquer forma, importa recuperar as palavras de Delfin Netto no que se refere ao tratamento dispensado à iniciativa privada pelo governo da época: “[...] na verdade, despertamos o espírito animal dos empresários, que tinham um tratamento benigno do governo”. É possível que a frase tenha sido dita de forma espontânea, inconsciente, mas o fato é que o ex-ministro da Fazenda faz referência a algo realmente novo, talvez a grande inovação legada pelos militares, qual seja, o trato “benigno” do Estado com os empresários.

A fórmula era simples e aparentemente inédita: o governo assumia empréstimos internacionais, com juros baixos e crédito abundante, e investia no desenvolvimento da iniciativa privada no país, com financiamentos de longo prazo. A contrapartida do governo viria através da tributação sobre a produção – cerca de 20% do PIB, em 1973 –, com a arrecadação a ser garantida pelo rigor fiscal. Sem dúvida, tal equação promovia uma variação substantiva na função exercida pelo Estado em relação ao empresariado, passando de “tutor” na era Vargas ou “avalista” no governo JK, à condição de “sócio”. E nesse sentido, não há mesmo razão para se

---

<sup>300</sup> ARRUDA, M. e CALDEIRA, C. **Como surgiram as Constituições Brasileiras**. Rio de Janeiro: FASE, 1986, p. 32-45.

<sup>301</sup> FOLHA DE S.PAULO. op. cit., p. B10.

duvidar que os governos militares tenham despertado o “espírito do capitalismo” no Brasil, claro, em condições bem distintas daquelas abordadas pelo tipo ideal weberiano. Restaria saber então qual o impacto na estrutura da sociedade brasileira deste novo protagonismo desempenhado pelo Estado.

Ainda sobre a declaração de Delfin Netto, há também um detalhe que não pode passar despercebido e que merece ser retomado adiante. De acordo com a reportagem da *Folha de S.Paulo*, quando se referiu ao “espírito animal dos empresários” o ex-ministro da Fazenda no regime militar, estaria: “parafraseando o atual ministro, [o petista] Guido Mantega, que também quer estimular o espírito animal dos empresários”.<sup>302</sup>

---

<sup>302</sup> Ibidem.

## 4.2 Novos personagens em cena

Voltando à década de 1970.

Em detrimento dos altos índices de crescimento colecionados, na prática o desenvolvimentismo dos militares não alterou o quadro da distribuição da renda no Brasil. Ao contrário, a concentração de riqueza registrada no período contribuiu para alargar um pouco mais as margens econômicas do histórico hiato social do país: entre 1970 e 1972, por exemplo, a proporção de brasileiros com renda inferior a um salário mínimo passou de 50,2% para 52,2% da população economicamente ativa.

No mesmo período, os brasileiros com rendimentos de 7 a 10 salários mínimos saltaram de 1,7% para 2,3%, e os com mais de 10 salários mínimos subiram de 2,2% para 3,2% da população com rendimentos monetários, conforme mostra a Tabela 9, na página seguinte. Logo, a fórmula do “milagre brasileiro” parecia mesmo resumir-se no paradoxo entre “crescimento e pobreza”.<sup>303</sup>

Para tal diagnóstico, contribuem também os três agravantes anteriormente mencionados: 1) crescente urbanização, com a fuga do mundo rural se traduzindo em concentrações populacionais nas grandes cidades; 2) intenso fluxo migratório, movimentando 12,8% dos 93 milhões de habitantes e registrando elevado total de entradas nos estados do Centro-Sul do país; 3) forte industrialização, com notável participação do Estado em investimentos industriais, protagonismo este exercido graças a uma conjuntura externa favorável e corroborado tanto pelas cifras das superintendências, como pelas declarações do ministro da Fazenda da época. Somados ao agravamento no quadro de distribuição de renda, tais fatores foram responsáveis por profundas transformações na sociedade brasileira, observadas após o eclipse do “milagre”.

---

<sup>303</sup> CAMARGO, C.P.F. et al. op. cit., p. 65.

TABELA 9  
Distribuição da renda no Brasil

| RENDA                       | PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM RENDIMENTOS MONETÁRIOS |       |
|-----------------------------|---|-------|
|                             | 1970  | 1972  |
| Menos de 1 Salários Mínimos | 50,2%   | 52,5% |
| De 1 a 2 Salários Mínimos   | 28,6%   | 22,8% |
| De 2 a 3 Salários Mínimos   | 10,2%   | 9,8%  |
| De 3 a 7 Salários Mínimos   | 7,1%  | 9,4%  |
| De 7 a 10 Salários Mínimos  | 1,7%  | 2,3%  |
| Mais de 10 Salários Mínimos | 2,2%  | 3,2%  |

Fonte: SINGER, P. Mais pobres e mais ricos. Opinião, n°116, 24/1/1975 apud CAMARGO, C. P. F. et al. op. cit, p. 65.

Com a “crise do petróleo”, em 1973, o que antes era crédito abundante a juros baixos se tornou vultoso saldo devedor. O endividamento, antes usado para investir, converteu-se em dívida para consumir, isto é, para bancar as importações de petróleo. Começava a trajetória descendente dos índices colecionados pelo “milagre”.

Entre 1974 e 1980, o crescimento médio do PIB caiu de 11,1% (1968-73) para 7,1%, mesmo com o governo elevando o volume de investimentos de 19,5% (1968-73) para 22,6% do PIB. As exportações caíram (de 24,6% para 18,3%) e as importações também (de 27,5% para 20,6%). Além disso, a conta corrente (US\$ - 8.206 milhões) e a balança comercial (US\$ -2.439 milhões) apresentaram saldo devedor. Como consequência, apenas dois índices econômicos tiveram elevação significativa no período: a inflação, que saltou de 19,1% (1968-73) para 51,8%, e a dívida externa, que foi de US\$ 1,8 milhões (1968-73) para US\$ 2,6 milhões.<sup>304</sup>

Em resumo, num curto intervalo de tempo, uma “revolução silenciosa” se processou no Brasil e alterou de maneira definitiva a estrutura de sua sociedade. Nesse sentido, os municípios que compõem o chamado Grande ABC, região metropolitana de São Paulo, exemplificavam os termos contraditórios daquela “revolução”.

Convertido num dos principais pólos industriais do Brasil ainda nos anos 50, o ABC paulista sintetizava de modo dramático a realidade de crescimento e pobreza promovida pelo desenvolvimentismo dos militares, com índices sociais alarmantes

<sup>304</sup> FOLHA DE S.PAULO. op cit., p. B10.

de notórias implicações econômicas, políticas e culturais. No início da década de 1970, por exemplo, os censos demográficos do IBGE diziam que os migrantes correspondiam a mais de 70% da população total residente nos municípios do Grande ABC (em Diadema eram 82%). Na média, 10,3% tinham menos de 1 ano de residência (16,5% em Diadema), 11,7% de 1 a 2 anos (20,5% em Diadema), 13% de 3 a 5 anos (20,4% em Diadema) e 35% tinham de 6 a mais anos de residência no município (45,3% em São Caetano do Sul):

TABELA 10  
Região Metropolitana de São Paulo [Grande ABC] – 1970  
Pessoas não naturais do município por tempo de residência (em % da população total)

| MUNICÍPIOS            | TEMPO DE RESIDÊNCIA |       |       |          |       |
|-----------------------|---------------------|-------|-------|----------|-------|
|                       | Menos de 1 ano      | 1 a 2 | 3 a 5 | 6 e mais | Total |
| Diadema               | 16,5                | 20,5  | 20,4  | 24,6     | 82,0  |
| Mauá                  | 9,5                 | 14,1  | 16,7  | 32,9     | 73,2  |
| Ribeirão Pires        | 8,4                 | 8,9   | 10,8  | 36,0     | 64,1  |
| Rio Grande da Serra   | 15,2                | 10,8  | 16,0  | 27,8     | 69,8  |
| Santo André           | 5,8                 | 7,5   | 9,0   | 43,4     | 65,7  |
| São Bernardo do Campo | 10,9                | 13,2  | 12,1  | 35,5     | 71,7  |
| São Caetano do Sul    | 5,9                 | 7,1   | 6,0   | 45,3     | 64,3  |

Fonte: CAMARGO, C.P.F. et al. op. cit., p. 31.

Em decorrência da expansão demográfica, o Grande ABC também expunha elevados índices de população favelada, especialmente, São Bernardo do Campo e Diadema, tal como os demais municípios da região metropolitana, principalmente Guarulhos, Osasco e São Paulo. Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios), a região metropolitana de São Paulo assinalava a existência de 54.739 barracos, com 255.977 habitantes, no último trimestre de 1971, e de 70.920 barracos, com 318.285 habitantes no fim de 1972. Para o último trimestre de 1975, projetava-se a existência de cerca de 590 mil habitantes da Grande São Paulo alojados em barracos, todos com características sócio-econômicas semelhantes: “[...] trabalhadores braçais na construção civil, ‘biscateiros’, não qualificados na indústria, voltando-se o trabalho feminino quase que exclusivamente para empregos domésticos remunerados [...]”; sendo que em 80% dos casos, os rendimentos familiares não ultrapassavam dois salários mínimos.<sup>305</sup>

<sup>305</sup> CAMARGO, C.P.F. op. cit., p. 36-37.



No conjunto da população total residente na Grande São Paulo, as mulheres, além de se dedicarem às atividades de prestação de serviços (35% do total da força de trabalho feminina em 1972), também estavam presentes na indústria de transformação (29%), no serviço social (13%) e no comércio de mercadorias (9%). Os homens estavam distribuídos nos ramos de atividade da seguinte forma: 40% na indústria de transformação, 14% no comércio de mercadorias, 14% na prestação de serviços, 7% na construção civil e 7% no ramo de transportes, comunicação e armazenagem.<sup>306</sup>

Assim, a localização das favelas seguia a trilha da industrialização, com barracos amontoados em áreas próximas do mercado de mão-de-obra não qualificada. Os favelados eram expulsos de seus barracos tão logo a valorização atingisse os terrenos privados ou uma obra pública desse um novo destino urbano ao terreno onde se localizavam. Quando a pressão imobiliária e a repressão das favelas tornavam-se mais vigorosas numa determinada cidade da região metropolitana de São Paulo, novas áreas faveladas surgiam em municípios vizinhos, onde os negócios imobiliários ainda não se apresentavam tão lucrativos. A transferência das favelas de São Caetano para Mauá, por exemplo, ocorrida naquela época, se constituiu um flagrante de “limpeza” de uma região marcada por intensa valorização mobiliária.<sup>307</sup>

Sem dúvida, a realidade social da região metropolitana de São Paulo, em particular, do Grande ABC, expressava de maneira superlativa os principais termos daquele processo de urbanização experimentado pelas grandes cidades dos estados do Centro-Sul e, de modo localizado, por algumas capitais da região Norte e mesmo do Nordeste; isto é, na rota da industrialização – esta financiada de modo incisivo durante o governo militar –, o amontado de barracos converteu-se num fenômeno nacional, num resumo da urbanização brasileira nas décadas de 1970 e 1980. E somados aos déficits nos serviços públicos essenciais – saúde, educação, transporte, energia, água e esgoto –, no início dos anos 70, os números da questão habitacional no Grande ABC apenas confirmavam o sentido “excludente” do desenvolvimento comandado pelos militares.

Em função do excepcional fluxo migratório então registrado, a construção de novas identidades – individuais e coletivas – tornou-se condição inalienável aos

---

<sup>306</sup> Ibidem, p. 86-87.

<sup>307</sup> Ibidem, p. 37.

atores envolvidos naquele processo. E em detrimento do volume de investimentos do Estado na iniciativa privada, eram tais atores os que também sentiam na pele a disparidade no tratamento dispensado pelos militares aos serviços públicos, expressa na defasagem gritante entre a infra-estrutura disponível e a demanda real. Motivadas pela formação de novas identidades e pela ineficácia da infra-estrutura pública, as relações estabelecidas por aqueles atores sociais resultaram numa simbiose de novo tipo, responsável por conferir um novo significado à participação associativa dos brasileiros.

Como se sabe, a prática associativa sofreu fortes restrições desde os primeiros dias do regime militar, com intervenção em sindicatos e a extinção de partidos políticos, por exemplo. Apenas para lembrar, entre 1964 e 1965, 383 das 483 entidades existentes no Brasil sofreram intervenções; no período 1964-1969, 108 líderes sindicais e representantes políticos dos trabalhadores tiveram a suspensão de seus direitos políticos e/ou cassação de mandatos eletivos.<sup>308</sup> Do mesmo modo, com a decretação do AI-2, em 1966, todos os 13 partidos políticos<sup>309</sup> com funcionamento legal no país foram substituídos por apenas dois: ARENA (Aliança Nacional Renovadora) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Assim, a década de 1970 assistiria ao incremento de outras formas de organização associativa, dentre as quais, associações voluntárias de bairros, clubes recreativos, associações religiosas e grupos profissionais.

De acordo com os dados disponíveis, a cidade de São Paulo apresentava em 1971 o seguinte quadro associativo: 19,68% de sua população total participava de alguma associação esportiva, 15,74% estava associada a entidades sindicais, 9,6% pertencia a grupos profissionais, 5,09% a clubes no local de trabalho, 3,12% atuava em associações de bairro e 2,66% em associações religiosas. Mas quando eram observados apenas os números da periferia da cidade, o quadro associativo mudava

---

<sup>308</sup> Ibidem, p. 130-131.

<sup>309</sup> "Durante a Terceira República [1945-64], o TSE [Tribunal Superior Eleitoral] concedeu registro provisório a 32 organizações partidárias. Entre 1947 e 1952, entretanto, 16 desses registros foram cancelados [...]. Em 1946, outros três partidos já se haviam fundido entre si. Quando do golpe de 1964, havia 13 partidos políticos em funcionamento legal no Brasil, todos com registro eleitoral definitivamente concedido. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) atuava na clandestinidade desde 1947 [...]". Eram eles: PSD (Partido Social Democrático), UDN (União Democrática Nacional), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PSP (Partido Social Progressista), PR (Partido Republicano), PDC (Partido Democrata Cristão), PTN (Partido Trabalhista Nacional), PL (Partido Libertador), PST (Partido Social Trabalhista), PSB (Partido Socialista Brasileiro), PRP (Partido da Representação Popular), PRT (Partido Rural Trabalhista), MTR (Movimento Trabalhista Renovador). SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 11-31.

radicalmente. Exceto as participações em associações esportivas (16,7%) e associações de bairro (3,1%), com índices próximos à média, as demais formas de associativismo listadas sofriam uma queda brusca: sindicatos (4,9%), grupos profissionais (0%) e clubes no local de trabalho (0%); em contrapartida, o percentual de participação em associações religiosas (8,4%) aumentava significativamente na periferia de São Paulo.<sup>310</sup>

Em meados da década de 1970, argumentava-se com razão que o alcance limitado do jogo político institucional na efetivação de direitos fundamentais era reforçado pela pequena participação da população em organizações voluntárias de caráter instrumental – sindicatos, grupos profissionais, associações de bairro –, entidades que deveriam servir de canais de expressão de demandas sócio-econômicas básicas. Ou seja, reconhecia-se que a fragilidade reivindicativa das associações sindicais e de bairro explicava-se pelas mesmas razões – leia-se autoritarismo político-institucional dos militares – que reduziam os canais de participação política a partidos com pouca capacidade aglutinadora, incapazes de levar adiante as aspirações populares fundamentais. Contudo, ainda em 1976, ressaltava-se que o baixo nível de participação não indicava que tais associações não pudessem exercer, em certos momentos, um papel expressivo na expressão das demandas sociais básicas e na reivindicação de direitos, aliás, como se verificou mais tarde.<sup>311</sup>

Em comum, todas as formas associativas apresentavam o fato de romperem com o exclusivismo estatal na produção dos espaços políticos, inclusive, com muitas delas assumindo para si a tarefa de elaboração e gestação de novas identidades coletivas. Ainda que vários sindicatos, associações de bairro, esportivas ou religiosas, contassem com algum tipo de subvenção e/ou interferência do poder público, eram inúmeras as ações que ocorriam preferencialmente à margem do aparato político-institucional montado pelos governos militares. Em alguns casos, as entidades associativas buscavam preencher justamente a ausência e/ou ineficácia do Estado na representação dos interesses populares e na prestação de serviços; não por outro motivo, nos primeiros anos da década de 1970, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC gabava-se por oferecer o “maior serviço odontológico do sindicalismo paulista” e outras realizações assistenciais, de corte nitidamente

---

<sup>310</sup> CAMARGO, C. P. F. et al. op. cit., p. 137.

<sup>311</sup> Ibidem, p. 136-137.

clientelista.<sup>312</sup> E a partir de novas práticas associativas, os atores passariam a estabelecer novas relações com o espaço público marcadas tanto pelo mencionado “clientelismo”, como pela desconfiança dos sujeitos com relação às instituições políticas e com os sistemas políticos de mediações.<sup>313</sup>

Note-se, portanto, que os espaços políticos produzidos pela prática associativa da época procuravam se distanciar ao máximo do palco político-institucional armado pelos militares, num gesto razoável e compreensível, diga-se. Regido pelo bipartidarismo desde 1966, o calendário eleitoral foi mantido durante todo o período ditatorial, com eleições regulares para os cargos parlamentares de vereador, deputados federal e estadual e senador. Mas uma vez extintos todos os partidos, cassados e/ou exilados os principais líderes políticos da oposição, a via eleitoral foi utilizada apenas para ratificar a hegemonia desfrutada pelo regime junto à sociedade até meados dos anos 70. Nunca é demais lembrar que, após os resultados eleitorais de 1970, uma parcela significativa do MDB propôs a “autodissolução” do partido-movimento.<sup>314</sup>

Desse modo, antes da vitória eleitoral emedebista, em 1974, o jogo político-institucional permaneceu muito distante de assumir um papel decisivo na expressão das demandas e interesses mais imediatos da população, tampouco se mostrou como um instrumento eficaz na elaboração de novas identidades coletivas. Coube

---

<sup>312</sup> Sobre este aspecto, a pesquisa de Éder Sader não deixava dúvida: “[...] o que ressalta da atividade sindical nesse período que vai de 1969 até 1972 é o empenho para dotar o sindicato [dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema] de uma infra-estrutura que atraísse os trabalhadores pelos serviços prestados. Embora reafirmando que a função principal consistia na defesa dos interesses dos trabalhadores nas relações de trabalho, a diretoria parecia dar-se conta da necessidade de atrair os operários a partir de uma expectativa clientelista dominante entre eles. A edificação da nova sede, cujas obras se iniciam em 1972, é diversas vezes anunciada nas páginas da Tribuna Metalúrgica como expressão da pujança da entidade. Em 1971 foi aberta uma subsede em Diadema. O serviço odontológico é apresentado como ‘o maior (...) do sindicalismo paulista’. Além disso, a diretoria apresenta no quadro de suas realizações: a instalação de um laboratório de análises clínicas; a compra de uma ambulância; a instalação de enfermaria; a ampliação dos serviços jurídicos, médicos, odontológicos e de prótese, além da farmácia; a ampliação de um posto de abastecimento de gêneros alimentícios, funcionando como um supermercado com preços abaixo dos do comércio”. SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 280-281.

<sup>313</sup> Ibidem, p. 12-13.

<sup>314</sup> Dizia Rodrigo Patto Sá Motta: “Os resultados eleitorais francamente negativos colhidos pelo partido nas eleições de 1970 causaram uma grande comoção em suas fileiras. A proposta de autodissolução, levantada anteriormente em outros momentos, voltou a ser ventilada. A descrença nas possibilidades de ação efetiva da oposição nos quadros do autoritarismo somou-se o desânimo com o magro desempenho eleitoral. O desalento fez com que se pensasse seriamente em dissolver o MDB [...]”. Em termos percentuais, afirma Motta, “os votos do partido para a Câmara Federal caíram de 28,4% [em 1966] para 21,3% [em 1970]. Os votos nulos e brancos ultrapassaram a votação emedebista atingindo 30,3% do total”. MOTTA, R. P. S. **Partido e sociedade**. A trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997, p. 136-138.

então às associações de bairro, recreativas, religiosas, etc., formar “politicamente” seus membros, capacitando-os para vida pública.

TABELA 11  
Sociedades de Amigos de Bairros [SABs] – Discriminação das atividades [São Paulo, 1970]  
(Em categorias não mutuamente excludentes)

| AÇÕES                    | ATIVIDADES                                 | PORCENTAGEM DAS SABs |
|--------------------------|--|----------------------|
| Promocionais             | Curso MOBREAL                              | 2,7                  |
|                          | Cursos Regulares                           | 6,7                  |
|                          | Cursos de Alfabetização                    | 6,7                  |
|                          | Cursos de Formação de Mão-de-Obra          | 17,3                 |
|                          | Outros de extensão                         | 2,7                  |
|                          | Clubes (de Mães, de Jovens)                | 1,3                  |
|                          | Atividades Culturais                       | 5,3                  |
| Assistenciais            | Donativos                                  | 41,3                 |
|                          | Assistência médico-dentária e farmacêutica | 12,0                 |
|                          | Encaminhamentos                            | 10,8                 |
|                          | Assistência ao menor, à família, jurídica  | 8,0                  |
| Reivindicações           | Melhorias Urbanas                          | 88,0                 |
|                          | Equipamentos Sociais                       | 65,3                 |
| Recreativas e Esportivas | Jogos                                      | 13,3                 |
|                          | Excursões                                  | 14,8                 |
|                          | Festas                                     | 54,8                 |
| Religiosas e Cívicas     |  | 24,0                 |

Fonte: SÃO PAULO, Prefeitura do Município, Secretaria do Bem-Estar Social, Departamento de Integração Social. Caracterização Tipológica de Entidades Sociais. São Paulo, s. d. (circa 1972) apud CAMARGO, C. P. F. et al, op cit, p. 122.

Observando os dados acima, nota-se que a grande maioria das associações de bairro no município de São Paulo encontrava sua principal forma de atuação nas ações reivindicativas, catalogadas em “Melhorias Urbanas” (88%) e “Equipamentos Sociais” (65,3%). De certo modo, os índices aferidos em 1970 revelavam tanto a insuficiência dos serviços públicos ante a demanda social, como o caráter “político” assumido – inconscientemente e/ou espontaneamente<sup>315</sup> – pelas Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), cobrando as responsabilidades do Estado diante daquele caótico processo de urbanização experimentado nos grandes centros. Ainda que o caráter reivindicatório da ação não implicasse na maioria das vezes numa postura de

<sup>315</sup> Isto é, segundo a lógica dos fatos, de acordo com as contingências da vida, e não propriamente graças à vontade expressa de um ator constituído, no caso, as SABs.

enfrentamento e sim de “troca de favores”<sup>316</sup> com o poder público, era evidente a capacidade das associações de bairro em promover, primeiro, a elaboração e organização dos interesses coletivos, e depois, a mediação entre a comunidade e as instituições políticas e jurídicas do regime; em poucas palavras, uma atuação eminentemente política.

Outro dado relevante das SABs, diz respeito aos índices de participação colecionados pelas associações de bairro junto aos diferentes estratos sociais. No começo da década de 1970, enquanto outras associações apresentavam números díspares de participação voluntária segundo a estratificação da população – exceto as associações religiosas<sup>317</sup> –, as SABs registravam uma adesão homogênea em todos os níveis sociais da capital paulista: alto (2,3%), médio (2,3%), médio baixo (5,0%) e baixo (3,6%). E embora as porcentagens não fossem assim tão expressivas, vale dizer que as SABs concentravam a maior taxa de participação dos estratos mais baixos da população em São Paulo: sindicato (2,5%), clube no local de trabalho (2,5%), associação religiosa (1,8%) e associação esportiva (1,1%) eram as outras associações freqüentadas pelos de “baixo” no início dos anos 70.<sup>318</sup>

Dedicado a contemplar as expectativas mais imediatas da população, o caráter reivindicativo assumido pelas associações de bairro revelava também os termos da identidade política elaborada pelos novos atores sociais surgidos naquele período. Sem necessariamente contestar o regime, valendo-se muitas vezes do clientelismo oferecido nos becos do aparato institucional armado pelos militares, a

---

<sup>316</sup> Tomado de empréstimo de ocorrências geralmente verificadas no plano eleitoral, o termo talvez não seja o mais adequado para sintetizar o relacionamento “político” das associações de bairro e de suas lideranças com o poder público. No entanto, a “troca de favores” expressa bem o pragmatismo das relações estabelecidas na maioria das vezes e de resto já constatada no comportamento eleitoral: “[...] a maioria dos eleitores [de São Miguel Paulista, bairro na periferia da zona leste de São Paulo, com alto índice de migração nordestina] vota em quem conhece, em quem é acessível. Gersino, por exemplo, resolveu votar em Nodeci Nogueira e, por deferência a ela, no marido, Jorge Paulo Nogueira [para deputado federal, em 1978]. Já havia votado em Nodeci para vereadora e ‘na época da campanha política ela forneceu telefone, endereço, tudo direitinho, inclusive, qualquer dia que a gente quiser falar com ela a gente vai, ela tá lá à disposição, atende a gente. O meu irmão já foi falar com ela, ele tava desempregado, pra ela arrumar uma carta de apresentação. Ela deu a carta e foi atendido na prefeitura’ [...]”. CALDEIRA, T. P. R. Para que serve o voto? (As eleições e o cotidiano na periferia de São Paulo). In LAMOUNIER, B. (org.). **Voto de desconfiança**. Eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 99.

<sup>317</sup> Conforme a seguinte classificação: “Grupo Profissional”: Alto (52,3%), Médio (11%), Médio Baixo (1,7%) e Baixo (0%); “Sindicato”: Alto (22,1%), Médio (20,5%), Médio Baixo (17,5%) e Baixo (2,5%); “Associação Religiosa”: Alto (3,1%), Médio (3,7%), Médio Baixo (2,5%) e Baixo (1,8%); “Clube no local de trabalho”: Alto (6,9%), Médio (8,5%), Médio Baixo (4,7%) e Baixo (2,5%); e “Associação Esportiva”: Alto (63,9%), Médio (35,1%), Médio Baixo (8,8%) e Baixo (1,1%). CAMARGO, C. P. F. et al. op cit, p. 140.

<sup>318</sup> Ibidem, p. 140.

prática associativa das SABs extraía das contradições estabelecidas nas relações materiais, na infra-estrutura – como preferem os marxistas –, a sua razão mais sincera.

### 4.3. Democracia e cultura política

Antonio Gramsci<sup>319</sup> ensina que a virtude da política está na combinação do uso da coerção com consentimento. Seu conceito de hegemonia afirma que a constituição de um bloco histórico – isto é, de um projeto político-cultural capaz de legitimar perante a sociedade o poder usufruído por determinada elite dirigente – começa propriamente no campo das ideologias, esfera em que os homens e suas classes tomam consciência da realidade.<sup>320</sup>

Em sociedades complexas, com interesses variados e em permanente estado de tensão, diz Gramsci, as elites dirigentes são obrigadas a fundar canais de diálogo com demais setores e classes sociais, além daqueles aos quais estão vinculados de modo orgânico. A força cede lugar à astúcia e as elites são convidadas a demonstrar outras virtudes, que não sejam verificadas apenas através de métodos eficazes no uso exclusivo e legal da violência.

Muito embora a hegemonia política de determinado grupo sobre o conjunto social possa ser conquistada e sustentada por certo tempo com base na coerção, no arbítrio, na força, mesmo nas modernas sociedades capitalistas, Gramsci alerta que em algum momento esse regime terá de fazer “concessões” para garantir sua legitimidade e assim consolidar a hegemonia alcançada. Para que as concessões não ameacem a estabilidade do poder constituído, o grupo dirigente passa a mobilizar instrumentos político-culturais com vistas à “formar” os interesses dos outros grupos sociais e difundir “novos” valores no interior da sociedade.

Numa relação dialética, portanto, a longevidade de um bloco histórico está associada à capacidade de seus dirigentes em manusear armas e palavras com igual destreza, extraíndo disso uma síntese possível. Nas sociedades democráticas, com a arena da política livre de impedimentos, a lógica do consenso se torna a principal estratégia na luta por posições no interior da sociedade política, e em casos assim, as palavras costumam fazer as armas baixarem. Nas ditaduras, ao contrário, com os meios políticos interditados pela força, as táticas de conflito costumam prevalecer alimentadas pela convicção de que há um inimigo a ser vencido, num contexto em que as palavras são geralmente incapazes de acompanhar o ritmo

---

<sup>319</sup> GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>320</sup> Esta é a interpretação oferecida por José Álvaro Moisés e com a qual temos plena concordância. Cf. MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**. Bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995, p. 89-91.



frenético imposto pela guerra de movimento. Em ambos os casos, porém, coerção e consentimento são necessários para preservar a hegemonia política, legitimar a elite dirigente e realizar o projeto político-cultural promulgado por determinados setores e classes sociais.

E a teoria se aplica à prática.

Após a queda do Estado Novo, o Brasil viveu uma experiência democrática então sem precedentes em sua história. Entre 1945 e 1964, em detrimento das teses de populismo, de fato os brasileiros foram às ruas: para saudar a FEB na volta da campanha contra o fascismo, para dizer ao lado de Getúlio Vargas que “O Petróleo é Nosso” e mais tarde chorar a morte do fundador do trabalhismo brasileiro; para comemorar o primeiro título de campeão mundial de futebol e depois também o segundo; para exigir reformas de base ou mesmo marchar em devoção a Deus, a família e a propriedade.

De acordo com Jorge Ferreira, durante aquele período a política nacional passou a ser discutida nas ruas, nos sindicatos, na imprensa e nos quartéis. E não foram poucos os episódios que mobilizaram a sociedade em torno dos ideais de democracia e de reformas. Ferreira cita o “queremismo”, tornado um amplo movimento de massas, como expressão marcante da cultura popular registrada entre as décadas de 1940 e 1960.<sup>321</sup>

A política fora apropriada por parcelas da população secularmente excluídas do jogo político. Estas tomavam o céu de assalto e faziam da política matéria-prima na produção de identidades individuais e de classe. Aos trancos e barrancos, isto é, colecionando toda sorte de conflitos, contradições, imperfeições, a República parecia finalmente completar o arco inaugurado em 1889 e ampliado a partir de 1930 sob evidente base autoritária.

No plano da organização sindical, cerca de 500 sindicatos, 49 federações e 4 confederações atuavam sem restrições no Brasil até 1º de abril de 1964.<sup>322</sup> E até 27 de outubro de 1965, data da promulgação do Ato Institucional nº 2, eram 13 os partidos políticos que dispunham de registro eleitoral e funcionavam livremente no país, sem falar do clandestino PCB.<sup>323</sup>

Os militares golpearam tudo isso.

---

<sup>321</sup> FERREIRA, J. **O imaginário trabalhista**. Getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 375-376.

<sup>322</sup> CAMARGO, C. P. F. (et al). op. cit., p. 131.

<sup>323</sup> SCHMITT, R. op. cit., p. 11-30.

Em nome da democracia, promoveram intervenções nos sindicatos, fecharam os partidos e instituíram o bipartidarismo. Conciliaram eleições livres, diretas e regulares para assentos parlamentares de todos os níveis – municipal, estadual e federal – com escolhas indiretas, muitas vezes extemporâneas, para cargos executivos e de senadores da República. Sacrificaram e excluíram do território nacional as principais lideranças e referências da época. Enfim, parecendo encarnar o genuíno espírito revolucionário – afinal, aquilo se autoproclamava uma “revolução”<sup>324</sup> –, os militares se dedicaram com empenho à premissa reservada aos “novos” regimes de apagar os vestígios do passado e executaram uma esterilização política sem paralelo na trajetória do republicanismo brasileiro.

Quanto aos métodos coercitivos empenhados pelos militares na consolidação da “nova” hegemonia, existe uma literatura realmente extensa dissertando sobre o assunto. No entanto, ainda pouco se sabe sobre as relações de consentimento estabelecidas durante as duas décadas de vigência do regime militar (1964-1985).

Admitindo a vitalidade explicativa da tese gramsciana, a ditadura brasileira pode ser vista então enquanto a representação política de um “novo” bloco histórico, este portador de “novas” bases político-culturais a serem difundidas na sociedade. Esta seria a motivação derradeira para a instalação do “novo” regime, fundar um “novo” processo civilizador no Brasil. Nestes termos, portanto, cabe a pergunta: qual a matéria que compõe a cultura política legada pelos militares a toda uma geração de brasileiros, formados sob o manto do autoritarismo e do cerceamento político?

Tecnocracia costuma ser a resposta mais lembrada. Um governo de técnicos<sup>325</sup>, comandado de cima para baixo por um príncipe despersonalizado e que suplanta as contradições através do esmagamento da antítese. E se todos os conflitos de interesses e valores deságuam na política, que se interdite então seus afluentes ou que se mantenha sua vazão sob estrito controle. Retirados os homens, entram em cena as máquinas, as coisas; é a vez dos técnicos.

---

<sup>324</sup> Para uma visão bastante oportuna sobre o conceito de revolução: Cf. AGGIO, A. **Revolução e democracia no nosso tempo**. 2ª ed. Franca: Unesp, 1997, p. 21-44.

<sup>325</sup> Em defesa da política, Marco Aurélio Nogueira se propõe a compreender a crise enfrentada nos últimos tempos pela política, os políticos e seus partidos. Para tanto, Nogueira define a existência de três tipos específicos de política: a “política dos políticos”, baixa, mesquinha, de pequenas e restritas ambições, classificada por ele como “política com pouca política”; a política dos técnicos, administrativa, exata, supostamente neutra, arrolada como “política sem política”; e a “política dos cidadãos”, democrática, inclusiva, coletiva, para Nogueira uma “política com muita política”. Cf. NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política**. São Paulo: Senac, 2001, p, 55-66. Ao reparar nos termos propostos por Nogueira para a “política dos técnicos”, uma “política sem política”, é possível constatar sua abrangência na atualidade e notar seu vínculo com os tecnocratas dos anos.

Não resta dúvida: o viés tecnocrático do militarismo impregnou vários setores da sociedade brasileira, contaminando sucessivas gerações. Dotados de certo nível de conhecimento – ainda que específico –, os tecnocratas formavam também uma elite dirigente, em boa medida, separada do todo social em função dos baixos índices educacionais colecionados no país. Intelectuais orgânicos<sup>326</sup>, oriundos de classes que participavam daquele vigoroso processo de produção capitalista empreendido pelos militares. Dirigentes no mundo da produção; estes eram os tecnocratas.

Mas a tecnocracia, enquanto projeto político-cultural, não parece ter sido capaz de afirmar-se de modo preponderante sobre a sociedade brasileira como um todo. Atuando como uma espécie de “cultura de especialistas”, a tecnocracia não dispunha de condições estruturais totalmente favoráveis, algo que lhe permitisse enterrar de vez a cultura popular do período anterior ao golpe. Mesmo que através do mundo do trabalho tenha sido transformada em parâmetro de disciplina por uma quantidade enorme de trabalhadores, definitivamente, a tecnocracia não resume a cultura política daquele período pelo simples fato de não ter alcançado o status de cultura popular; talvez, os populares se sentissem mais bem representados por um jogador de futebol, tricampeão mundial, do que pela figura aritmética de um técnico industrial.

Do ponto de vista econômico, o nacionalismo entoado pelos militares não se revelava estatista, ancorando sua idéia de “Brasil Grande” no substantivo fomento dado à iniciativa privada. Numa arriscada cirurgia, operada pelos tecnocratas, irmãos siameses foram separados e o eixo nacional-desenvolvimentista do pré-1964 foi enfim desarticulado. Antes, o desenvolvimento estava a serviço dos interesses da nação; com os militares, o nacional é que parecia se submeter aos ditames do capital industrial.

A indústria de bens duráveis e semiduráveis colecionava recordes de produção e vendas, instituindo novos padrões de consumo. A mediação daquele Estado protetor do pré-1964 dava lugar a uma postura que instigava a livre iniciativa econômica e estimulava a competição. Fortalecido, o mercado surgia como “novo”

---

<sup>326</sup> Diz Gramsci, a respeito da natureza dos intelectuais orgânicos: “[...] Todo grupos social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. [...]”. GRAMSCI, A. op. cit., v. 2, p. 15.

ente mediador. Colecionando índices de crescimento econômico jamais vistos, o Estado se concentrava na emergência do “espírito do capitalismo” e na promoção da “paz social”, deixando à própria sorte todos os milhares de migrantes que seguiam a trilha da industrialização brasileira.

Pela TV a cores – uma das novidades da época – aquela nova sociedade de massas se descobriria. E justamente através da tela colorida, coincidência ou não, o enigma começaria a ser revelado.

Num comercial dos cigarros Vila Rica, um dos campeões mundiais com a seleção brasileira de futebol em 1970 aparecia no vídeo e indagava-afirmando: “Você gosta de levar vantagem em tudo, certo?” A versão impressa da mesma propaganda trazia um cartaz com o jogador ao lado do maço de cigarros, em baixo da marca e dos dizeres: “Leve mais vantagem”; logo abaixo, o preço em destaque (Cz\$ 18,00). Estava promulgada a “Lei de Gerson”.<sup>327</sup>

De início a peça publicitária não causou qualquer polêmica. Mais tarde, incorporada pela cultura popular, a lógica da vantagem seria narrada como uma nova versão do “jetinho brasileiro”, definida como elemento constitutivo da identidade nacional. A “Lei de Gerson” passava então a figurar no rol das leis que realmente parecem valer algo neste país, a saber, as não escritas; outro traço da cultura brasileira.

A idéia de levar vantagem em tudo sintetizava a fórmula dos tecnocratas de superexposição do mercado – e superexploração do trabalho, é sempre bom lembrar – combinada com o cerceamento dos espaços políticos. A “Lei de Gerson” expunha, sobretudo, o predomínio da noção de competição – esta francamente estimulada pela livre concorrência – convertida em matéria-prima das relações sociais então estabelecidas. Na ausência de valores político-culturais, aquela nova sociedade de massas valia-se daquilo que estava disponível na tentativa de soldar suas identidades individuais e coletivas, tomando de empréstimo termos e procedimentos retirados de sua – recém-ostensiva – convivência com o capital. E assim, equações econômicas se transformavam em cultura política.

Outra face do mesmo processo pode ser vista na profusão de organizações associativas de novo tipo. Criadas à margem do Estado e alijadas da política, as Sociedades de Amigos de Bairro (SABs) e as Comunidades Eclesiais de Base

---

<sup>327</sup> Cf. ISTOÉ. **Lei de Gerson**. São Paulo, n. 1578, 29 dez. 1999. Disponível em:<<http://www.terra.com.br/istoe/politica/1999/12/22/003.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2005.

(CEBs) – estas últimas analisadas no capítulo anterior – têm nas questões sociais uma fonte comum em suas demandas.

A perversa combinação de crescimento e pobreza produzia um rastro de degradação ambiental e humana. Cidades inteiras foram erguidas no entorno dos pólos industriais, sobrepondo-se barracos, expandindo-se avenidas. Pontes de concreto armado para escoar o tráfego pesado, por “milagre”, se tornaram improvisados conjuntos habitacionais, que, em detrimento do improvisado e das condições precárias, duraram anos até serem removidos. E como tantos outros direitos conquistados neste país, também a urbanização se fez, melhor dizendo, quando se fez, utilizando-se a via da reivindicação.

Mas na época dos militares o Brasil não expandiu apenas nos grandes centros. Intenso no eixo Rio-São Paulo, o fluxo migratório de entradas também foi constante nas regiões Norte e Centro-Oeste. Diante da ineficiência – quando não, total inexistência – do Estado na prestação de serviços e garantia de direitos, parcelas significativas das populações localizadas nos chamados grotões do país tiveram de se organizar do mesmo modo que ocorria nos centros urbanos. Em localidades assim, as CEBs cumpriram um papel fundamental no sentido de sistematizar os pleitos colhidos da realidade social e transformá-los em vontade coletiva.

O impacto do novo associativismo não se fazia sentir apenas nas classes populares. Setores médios da sociedade registraram igual profusão de associações esportivas e grêmios recreativos. Era o mundo privado, laico ou não, dando forma a uma prática associativa responsável por formalizar novos comportamentos e valores sociais, auxiliando de modo decisivo a composição da identidade político-cultural de toda uma geração de brasileiros.

Não se trata aqui de desqualificar ou diminuir a importância dos atores mais decididamente empenhados na resistência democrática emedebista. Ao contrário, o que se busca afirmar é a configuração de outras formas de resistência ao excessivo controle exercido pelos militares sobre a política. Formas estas nascidas da iniciativa privada, vinculadas ao social e cujo ponto de unidade sugeria uma mútua negação ao Estado, aos políticos e à política. Fenômeno que pôde ser observado de norte a sul do país, desde o início da década de 1970; talvez, fruto da concessão de um regime temeroso em moderar o rígido domínio mantido sobre o mundo político.

A escolha democrática feita pela sociedade brasileira no começo dos anos 1980 apresentava uma fissura que, em boa medida, determinaria o curso da transição democrática no Brasil. Ensaçada desde meados da década de 1970, ainda no contexto da abertura, a dissociação entre democratização política e democratização social<sup>328</sup> deixava claro que os atores envolvidos naquele processo haviam sido formados em diferentes locais durante os últimos vinte anos.<sup>329</sup>

A escolha dos brasileiros foi antes uma recusa ao autoritarismo. Esta era a conclusão de José Álvaro Moisés, em meados dos anos 1990, após analisar a mudança de atitudes e opiniões da sociedade brasileira quanto a instituições e participação política:

TABELA 12

Mudanças nas atitudes e opiniões dos brasileiros quanto a instituições e participação política (em %)

|              |   | 1972 | 1982 | 1989<br>a | 1989<br>b | 1990 | 1993 |
|--------------|---|------|------|-----------|-----------|------|------|
| Instituições | 1. A favor da intervenção dos militares na política             | 79   | 52   | 46        | 42        | 36   | 36   |
|              | 2. A favor dos partidos políticos (1)                           | 51   | 71   | 50        | 49        | 53   | 48   |
|              | 3. Contra a intervenção do Estado em sindicatos ou greves (2)   | 7    | 42   | 62        | 60        | 70   | 75   |
| Participação | 4. A favor de eleições diretas ou de participar de eleições (3) | 57   | 82   | 61        | 66        | 71   | 50   |
|              | 5. A favor do direito de voto dos analfabetos (4)               | 38   | 60   | 58        | 59        | 56   | -    |

(1) Em 1972, a questão referia-se a “dar mais poder aos partidos”; em 1982, à capacidade dos partidos de “realizarem uma tarefa útil à sociedade”; em 1989 e 1993, à possibilidade de “um só partido” ser melhor para o país, e, em 1990, a se “os partidos são indispensáveis à democracia”.

(2) Em 1990, a questão referia-se a se o governo tem “o direito de reprimir greves e o uso de tropas para isso”.

(3) Em 1972, a questão referia-se a eleições diretas para governador, enquanto em 1982 para presidente da República; de 1989 a se o entrevistado “votaria se não fosse obrigatório”.

(4) Em 1989 e 1990, a questão referia-se a dar o direito de voto “a pessoas sem estudo”.

Fonte: MOISÉS, J. A. op. cit., p. 117.

Dentre tantas questões possíveis, especificamente duas chamam a atenção em relação aos dados reunidos por Moisés: 1) a queda nos percentuais de adesão à

<sup>328</sup> AGGIO, A. op. cit., p. 101-134.

<sup>329</sup> Vale dizer, o “partido da ordem” parecia que estava ciente disso e apostava na cisão, tanto que de Aliança Renovadora Nacional (ARENA) passou a se chamar Partido Democrático Social (PDS). Note-se que, além da marota inclusão do “Social”, os pedessistas excluíram qualquer referência ao “Nacional”. Em 1992, o PDS fundiu-se ao PDC e deu origem ao Partido Progressista Renovador (PPR). Atualmente, o antigo PDS responde por PP (Partido Progressista). Cf. SCHIMTT, R, op. cit., p. 74.

presença dos militares na política, entendida como uma negação às formas autoritárias de governo, não foi acompanhada de crescimento correspondente nos índices de apoio aos partidos ou à participação eleitoral, termômetros importantes de qualquer sistema democrático que se preze; 2) a trajetória descente dos apoiadores do autoritarismo é seguida da rota ascendente nos números de brasileiros que rechaçavam a intervenção estatal ao livre direito de associação e organização dos trabalhadores e de seus interesses.

E diante dos fatos, duas conclusões são inevitáveis. A primeira diz respeito às bases político-culturais da legitimidade democrática no Brasil. Tendo em vista que os índices aferidos por José Álvaro Moisés não sofreram qualquer alteração substancial desde então, especialmente em relação aos níveis de apoio aos partidos e às eleições, caberia indagar: os processos de transição e consolidação da democracia no país logram êxito em difundir uma cultura política democrática capaz de assegurar a hegemonia conquistada por anos a fio, sem riscos de retorno ao arbítrio?

A escolha democrática dos brasileiros não significou um decidido gesto de afirmação e apego aos valores democráticos, mas sim uma firme opção contrária ao domínio dos militares. Este novo ciclo da democracia no Brasil foi inaugurado negando-se o autoritarismo, ao invés de assumir-se de modo integral as responsabilidades, os desafios e as possibilidades colocados por aquele regime democrático que brotava.

A segunda conclusão se refere à notável ascendência nos percentuais de brasileiros que se manifestavam contrários à intervenção do Estado no direito de greve e na livre associação; vale dizer, o único quesito que registrou crescimento ininterrupto durante o período 1972-1994. Isto seria reflexo do associativismo dos anos 1970-1980 ou do “espírito do capitalismo” e de seu “instinto animal”? De todo modo, a negação à presença estatal em temas de interesse dos entes privados, esta sim, parecia consolidada em meados da década de 1990, nos “anos dourados” do neoliberalismo.

Portanto, fica a impressão de que aquela versão de americanismo<sup>330</sup> posta em prática pelos militares no Brasil resultou numa obra estranha. De um modo, consentiu no desenvolvimento de um novo tipo de associativismo, aparentando

---

<sup>330</sup> Cf. VIANNA, L. W. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

estimular a organização cívica da sociedade. De outro, retirou-lhe a dimensão política, obrigando as novas práticas associativas a tomar de empréstimo referências e procedimentos específicos às outras esferas da vida em sociedade. Raciocínios econômicos e questões sociais ditariam a partir de então o comportamento adotado em cena pelos novos atores.

Livre das amarras autoritárias de um ator que, embora despersonalizado, trazia consigo a marca da Ibéria, o americanismo ressentiu-se no curso da transição de uma cultura política que lhe subsidiasse e de um partido que fosse seu legítimo porta-voz. Na escassez de valores político-culturais, teve de se contentar em dispor da equação custo-benefício sem o auxílio de qualquer tradição democrática ou mesmo de qualquer outra tradição política.

Diferente do que supõe a sociologia contemporânea, a escolha racional (*rational choice*)<sup>331</sup> – isto é, a livre opção de mobilizar a fórmula perdas-e-ganhos para determinar atitudes e comportamentos políticos – não exigiu uma cultura política democrática robusta por parte dos brasileiros como condição necessária à sua efetivação. Segundo os teóricos da escolha racional, o procedimento é geralmente verificado em sociedades complexas, com predomínio das relações de mercados e profundo compromisso democrático. Nestes casos, afirmam, costuma ser grande a possibilidade de transferência desta lógica da vantagem, própria aos raciocínios e equações econômicas, às questões referentes ao universo da política. No entanto, a escolha racional não substitui ou invalida a presença de elementos políticos-culturais, ao invés disso, por se tratar de um modo de proceder, um comportamento em relação ao mundo político, busca selecionar racionalmente os valores e as tradições que deverão ser empregados em tal ou qual oportunidade. Em função disso, a escolha racional dependeria de um ambiente cívico consolidado, com culturas políticas enraizadas e de forte apelo democrático.

Na prática, a teoria se mostrou outra. Proclamada no Brasil pela “Lei Gerson”, a lógica da vantagem, a relação perdas-e-ganhos, a equação custo-benefício, todas passavam diretamente do mercado para a política. Sem tradição democrática capaz de lhe dar suporte, o que de início era para ser uma atitude assumiu status de valor e princípio político-cultural. Nascia uma nova cultura política na sociedade brasileira: a escolha racional.

---

<sup>331</sup> Cf. GREEN, D. P. e SHAPIRO, I. Teoria da escolha racional e ciência política: um encontro com poucos frutos? **Perspectivas**, São Paulo, n. 23, p. 169-206, 2000.



Sem contar como um portador que lhe garantisse vazão integral, o americanismo no Brasil se abrigou então em uma de suas criações mais originais. Um organismo novo, aparentemente despersonalizado, avesso a teorias e sem tradições políticas a lhe guiar o caminho, que deveria ser trilhado na prática.

Mas havia um problema.

Aquele moderno partido valia-se da “vantagem do atraso”<sup>332</sup> para se inserir no mercado da política. Nascido a partir de estratos avançados daquela nova sociedade, logo, igualmente interessado em fazer escolhas racionais, o novo partido compartilhava o comportamento registrado pelo associativismo, de negação do Estado e da política. Estes deveriam ser tomados e “purificados” pelos instintos egoísticos da sociedade civil. E assim como faziam os sindicalistas autênticos, as CEBs e algumas SABs, a arma daquele novo partido era o conflito, convertido por seus adeptos em método político. A fundação do PT selou o encontro entre escolha racional e lógica do conflito.

Nascia uma nova cultura política partidária no Brasil: o petismo.

---

<sup>332</sup> VIANNA, L. W. **A transição**. Da Constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989, p. 79.

## CONCLUSÃO

Karl Marx<sup>333</sup> aconselha a não confiar no relato de um partido sobre si mesmo. A rigor, os analistas empenhados em compreender o Partido dos Trabalhadores (PT) recusaram o conselho até o momento; salvo honrosas exceções.<sup>334</sup>

Há três décadas tinha-se uma mesma certeza: o PT representa uma novidade na política brasileira. A pergunta era: quais seriam então seus termos?

Validando-se frases e fantasias exclamadas pelos petistas a respeito de seu partido, o PT foi tido como expressão avançada do socialismo democrático. Nascido de baixo, a partir da iniciativa autônoma dos trabalhadores, o partido passou a encarnar a refundação da esquerda no Brasil.

Princípio fundamental do modo petista de governar, a democracia participativa assumiu ares paradigmáticos. Imaculado, o Partido dos Trabalhadores era visto como o altar onde a política se reinventava, portador de uma verdade ética mística, metafísica, etc.

O tempo passou e os fatos comprovaram o oposto.

Nem tão socialista, autônomo ou imaculado. A implacável objetividade da história desfez uma a uma as máscaras cuidadosamente confeccionadas ao longo dos anos. Logo, concluiu-se, não haveria novidade alguma naquele já distante 10 de fevereiro de 1980.

Ledo engano.

Hoje, em razão das circunstâncias – isto é, no exercício do governo federal –, os petistas são muitas vezes obrigados a entrar em cena sem figurino, nus. Mas a nudez não será castigada, ao menos em relação ao PT. Ela mostra que por baixo dos ternos alinhados estão os mesmos atores dos tempos da fundação. Flácidos, de certo, porém ativos. A novidade de 1980 permanece viva.

Ao contrário dos termos narrados e fantasiados por seus protagonistas, o PT nasceu da crise, melhor dizendo, de crises: crise nas esquerdas, crise na economia, crise na política, crise na sociedade. E Gramsci ensina que as crises indicam

---

<sup>333</sup> Diz Marx, em *O Dezoito Brumário*, referindo-se a orleanistas e legitimistas: “[...] E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade [...]”. MARX, K. *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*. In MARX, K e ENGELS, F. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, p. 225.

<sup>334</sup> A refinada leitura de Luiz Werneck Vianna é um ótimo exemplo.

instantes de passagem, momentos de transição, contextos em que o velho não morreu e o novo ainda não nasceu. Nesse sentido, é possível entender que os fundadores do PT pretenderam dar uma resposta às crises com a criação do partido.

Nascia o novo; morria o velho.

O PT enterrou o velho partido leninista. Fez da prática sua principal teoria, tornando-se um moderno partido de massas, tal como anunciou Mario Pedrosa no discurso inaugural. Rompeu tradições e declarou independência, acreditando ser gestor de uma nova cultura política.

De fato. Fruto de um americanismo às avessas, o Partido dos Trabalhadores expôs de modo monográfico e específico a face dos novos personagens surgidos após duas décadas de modernização conservadora no Brasil.

Financiados pelo Estado militar, a livre iniciativa e o mercado fundaram o capitalismo selvagem no país, produzindo novos padrões de comportamento e de consumo. Centrado na fórmula crescimento e pobreza, o desenvolvimento econômico brasileiro colecionou índices históricos num curto período e reforçou deficiências seculares, dentre as quais, a concentração de renda e a desigualdade social.

Mas o “milagre” não se fez apenas na economia. Operou-se na época uma precisa esterilização política. Partidos políticos foram fechados, entidades sindicais interditadas, com a disseminação da tortura, do exílio, da morte, do medo. A política se tornara “coisa de subversivo”. Até meados da década de 1970, a resistência democrática agrupada no MDB não fazia frente ao “Fuscão Preto” e à TV colorida, afinal, havia sido despertado o instinto egoístico e de consumo daquela nova – porque majoritariamente urbana – sociedade de massas.

No entanto, como tudo no capitalismo, aquele suposto progresso tinha seu preço. O surto de industrialização deixava uma trilha de miséria e pobreza. Milhares de brasileiros foram lançados à própria sorte por um Estado mais interessado em patrocinar a nova fase do capital e controlar os canais de representação política. À margem de qualquer assistência estatal, a massa humana que se aglomerava ao redor dos pólos industriais encontrou numa nova prática associativa um modo corrente de organizar interesses e garantir intervenção coletiva.

Estas eram as bases daquele estranho americanismo. Empreendido pela força do autoritarismo, fundava uma nova sociedade de massas, que, impregnada pelo “espírito do capitalismo”, enxergava na vantagem uma virtude. Impedidos de

manifestarem-se livremente na rua, os novos atores sociais criaram novos círculos associativos, reunidos na esfera privada. E pela lógica dos fatos, a sociedade civil se organizou, assumindo-se apolítica – ou anti-política? – e avessa a qualquer tipo de intervencionismo estatal em matérias de seu interesse.

Quando finalmente se libertou do ranço autoritário já era tarde; o destino do americanismo no Brasil estava selado.

Amputados de suas tradições político-culturais, os brasileiros apelavam para equações e raciocínios econômicos ao verbalizarem suas reivindicações sociais. Ao se deparar com questões propriamente políticas, a nova sociedade de massas converteu aquela atitude em valor. Assim, a relação dos brasileiros com a política – políticos, partidos, instituições – passou a ser determinada pela relação custo-benefício; a partir de então, opções e concepções políticas resultariam de uma escolha racional. Estes são os termos mais gerais da cultura política democrática disseminada após o eclipse do regime militar.

Embora não admitia publicamente, o PT é sim portador de uma cultura política, a escolha racional, acrescida da noção de conflito – há muito mobilizada pelos sindicalistas autênticos, esquerdas e pelo associativismo de base – enquanto método político de ação. Originalmente centrado em extrair vantagem do atraso, paulatinamente, isto é, a partir do instante em que tomou assento no Executivo, o PT começou a se deparar com as vantagens do moderno, conversão que parece ter sido completada com o governo Lula. Contudo, seus parâmetros político-culturais permanecem os mesmos: obter a melhor relação custo-benefício qualquer que seja o conflito político em questão. Criado pelo PT, este é o petismo.

Sem cortes, do ABC ao Planalto.

## REFERÊNCIAS

AGGIO, A. **Revolução e democracia no nosso tempo**. 2ª ed. Franca: Unesp, 1997.

AGGIO, A. (et al). **Política e sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.

AGGIO, A. e LAHUERTA, M. (orgs.). **Pensar o século XX**. Problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Unesp, 2003.

ALMOND, G. A. e VERBA, S. **The civic culture**. Political attitudes and democracy and five nations. Boston: Little/Brown, 1965.

ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1992.

ARÓSTEGUI, J. **La Historia Vivida**. Sobre la historia del presente. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

ARRUDA, M. e CALDEIRA, C. **Como surgiram as Constituições Brasileiras**. Rio de Janeiro: FASE, 1986.

AVRITZER, L. (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2004.

AZEVEDO, C. B. **A estrela partida ao meio**: ambigüidades do pensamento petista. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BAIA, P. F. **Economia política do Partido dos Trabalhadores**: um estudo sobre o discurso petista (1979-1994). 1996. 215f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2996.

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

BERSTEIN, S. A cultura política. In RIOUX, J-P. e SIRINELLI, J-F. (orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BETTO, F. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Batismo de sangue**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda**. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e democracia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOITO JUNIOR, A. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOTELLA, J. En torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos. In CASTELLO, P. e CRESPO, I. (edits.). **Cultura política**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1997, p. 17-37.

BRANDÃO, M. A. **O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BUENO, R. **A encruzilhada petista: entre a velha esquerda e a social-democracia**. Mogi das Cruzes: Pensamento Livre, 2003.

CALIMAM, A. A. (coord.) **Legislativo Paulista – Parlamentares – 1835/1998**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998, p. 152-153. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/w eb/legislativo/parlamento/capitulo4/parte20.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2007.

CAMARGO, C.P.F. (et al). **São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza**. São Paulo: Loyola, 1976.

CAMPOS, J. R. **O que é trotskismo**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração de industrial no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: Global, 1985.

CAPISTRANO Fº, D. (et al). **Há o que fazer**. A esquerda na nova república. São Paulo: HUCITEC, 1986.

CERRONI, U. **Teoria do partido político**. São Paulo: LECH, 1982.

CESAR, B. T. **Verso, reverso, transverso: o PT e a democracia no Brasil**. 1995. 257f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1995.

CHACON, V. **História dos partidos brasileiros**. 3ª ed. Brasília: UnB, 1998.

CHAUÍ, M. (et al). **Leituras da Crise**. Diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (orgs.) **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

CORREA, H. **O ABC de 1980**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COUTINHO, C. N. Democracia como valor universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, n.9, mar. 1979, p. 33-47.

DAGNINO, E (org.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEMIER, F. (coord.) **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

DUTRA, E. R. de F. História e culturas políticas. Definições, usos e genealogias. **Varia História**, n. 28, dez. 2002, 13-28.

DUVERGER, M. **Sociologie Politique**. 2ª ed., Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

FAORO, R. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FERNANDES, F. **Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Nova república?** 2ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FERREIRA, J. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, J. e REIS, D. A. (orgs.). **As esquerdas no Brasil – Revolução e democracia (1964-...)**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIORI, J. L. **O vôo da coruja**. Para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FORTES, A. (org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 179.

FREDERICO, C. (org.). **A esquerda e o movimento operário 1964-1984 – A reconstrução**. v. 3. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 31ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FRENCH, J. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

GADOTTI, M. e PEREIRA, O. **Pra que PT**. Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GAGLIETTI, M. **PT: ambivalências de uma militância**. Porto Alegre: Dacasa: Palmarinca: Cruz Alta: Unisc, 1999.

GARCIA, M. A. (org). **As esquerdas e a democracia**. São Paulo: Cedec: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOMES, A. C. Brizola e o trabalhismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004, p. 15-16.

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GREEN, D. P. e SHAPIRO, I. Teoria da escolha racional e ciência política: um encontro com poucos frutos? **Perspectivas**, São Paulo, n. 23, p. 169-206, 2000.

HADDAD, F. **Desorganizando o consenso**. Nove entrevistas com intelectuais à esquerda. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

HARNECKER, M. **A greve na voz dos trabalhadores**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

IANNI, O. **O ABC da greve operária**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **O colapso do populismo no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe**. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JAGUARIBE, H. (org.). **Brasil: sociedade democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

KECK, M. E. **PT: a lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991, p. 25.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

LAMOUNIER, B. (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1990.

\_\_\_\_\_. **Voto de desconfiança**. Eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979. Petrópolis: Vozes, 1980.

LAMOUNIER, B. e MENEGUELO, R. **Partido políticos e consolidação democrática, o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LATINOBAROMETRO. **Informe Latinobarometro 2007. Banco de datos en línea**. Santiago, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, n. 14-15, 2001.

LINHART, R. **Greve na fábrica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.



MAGALHÃES, I., BARRETO, L. e TREVAS, V. (orgs.) **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARQUES, J. L. **Rio Grande do Sul a vitória da esquerda**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARQUES, R. M. e MENDES, A. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. In **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1 (101), p. 58-74, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n1/a04v26n1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

MARONI, A. **A estratégia da recusa**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, K. e ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MIR, L. **Partido de Deus**. Fé, Poder e Política. São Paulo: Alaúde Editorial, 2007.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**. Bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MOREL, M. **Lula o metalúrgico**. Anatomia de uma liderança. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

MOTTA, R. P. S. **Partido e sociedade**. A trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997.

NASCIMENTO, E. W. **PT: impasses da esquerda no Brasil**. 1999. 237f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política**. São Paulo: Senac, 2001.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PARANÁ, D. **O filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula**. São Paulo: Xamã, 1996.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. 1ª reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

PECAULT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEDROSA, M. **Sobre o PT**. São Paulo: Ched Editorial, 1980.

\_\_\_\_\_. **Carta aberta a um líder operário**. Rio de Janeiro, 1º ago. 1978. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1370s>>. Acesso em: 24 out. 2007.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Ed. USP, 2003.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

REMOND, R. (et al). **Hacer la historia del siglo XX**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2004.

RÉMOND, R. (org). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

RICCI, R. Lulismo: três discursos e um estilo. **Revista Espaço Acadêmico**, ano IV, nº 45, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/045/45ricci.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta: Fapesp, 1997.

RODRIGUES, L. M. **CUT: os militantes e a ideologia**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

ROMANO, C. C. **Da abertura à transição: o PCB e a cultura política democrática da esquerda brasileira**. 2001. 175f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, E. (org.). **E agora, PT?** Caráter e identidade. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SALLUM JR, B. **Labirintos**. Dos generais à Nova República. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SAMUELS, D. As bases do petismo. **Opinião Pública**. v. 10, n. 2, Campinas, out. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762004000200002&script=sci\\_arttext&tIng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762004000200002&script=sci_arttext&tIng=pt)>. Acesso em: 12 mar. 2006.

SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SECCO, L. **Gramsci e o Brasil**. Recepção e difusão de suas idéias. São Paulo: Cortez, 2002.

SEGATTO, J. (et al). **PCB - Memória Fotográfica 1922-1982**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, L. I. **Lula – Entrevistas e Discursos**. São Bernardo do Campo: ABCD Cultural, 1980.

SILVA, C. S. M. **Contribuição para uma análise da política de formação do Partido dos Trabalhadores – PT**. 1996. 165f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

SIMIONATO, A. C. **Partido dos Trabalhadores: uma utopia inacabada**. 1996. 187f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1996.

SINGER, A. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

\_\_\_\_\_. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: as eleições presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: Edusp, 1999.

SINGER, A. e KOWARICK, L. A experiência do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**. n. 35, mar. 1993, p. 195-216.

SINGER, P. **Um governo de esquerda para todos**. Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-1992). São Paulo: Brasiliense, 1996.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOMERS, M. R. ¿Que hay de político o de cultural en la esfera política y en la esfera pública? Hacia una sociología histórica de la formación de conceptos. In MORAN, M. L. (comp) **Zona Abierta**. España: 77/78, 1996/1997, p. 31-94.

SOUZA, I. R. O. G. de. **Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores**. Petrópolis: Vozes, 1988.

VIANNA, L. W. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

\_\_\_\_\_. **A transição**. Da Constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, L. W. (org) **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG: Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

VOIGT, L. **A formação do PT: esboço de reconstrução histórica**. 1995. 193f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

WAINWRIGHT, H e BRANFORD, S. (edit.). **En el ojo del huracán**. Visiones de militantes de izquierda sobre a crisis política de Brasil. Disponível em: <<http://www.tni.org/reports/newpol/brasildossier-s1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

WEFFORT, F. **Por quê democracia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WITKOSKI, A. C. **Diversidade intelectual e cultura política**: abordagem gramsciana da pedagogia petista. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.